



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL Nº 0007/AM/21, de 20/12/2021

Aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Cidade de Pombal, no Auditório da Biblioteca Municipal de Pombal, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Pedro da Silva Moreira, Maria Adelaide Pereira da Conceição, José Gomes Fernandes, Luís Renato Guardado Marques, Elisabete Gameiro João, João Paulo Antunes dos Santos, Carla Mariza Marques Guerra Fernandes Pereira, Henrique Manuel dos Santos Bicho Rodrigues Mota, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Leandro Gabriel Pedro Siopa, Ilídio Manuel da Mota, Luís Couto dos Santos, Manuel José Carreira Serra, Nicolle Lourenço, Nuno Gabriel Almeida de Oliveira, Fernando Rodrigues Matias, Alexandre Filipe Fontes dos Santos, Marlene Vaz Matias, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Amado Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, João Carlos Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Nelson da Silva Pereira, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos, Manuel Henrique Nogueira de Matos, Daniel de Brito Ferreira, Maria José Rodrigues Marques e Carla Alexandra Leitão Rodrigues, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata das sessões extraordinárias de 17/10/2021 e de 15/11/2021;
- Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal – Anexo A;
- Ponto 1.4. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o ano de 2022 e Plano Orçamental Plurianual 2023/2026 e respetivos anexos;
- Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2022/2026;
- Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, no ano económico de 2022, nos termos do art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06;
- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para 2022;
- Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2021;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2021;
- Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2021;
- Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2021, a cobrar no ano de 2022;
- Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Estabelecimento da taxa municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2022;
- Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2022;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto- Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto (domínio da ação social);
- Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Seguro dos Eleitos Locais - Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, alterada pelas Leis n.º 52-A/2005 de 10 de Outubro, pela Lei n.º 53-F/2006, de 29/12 e pela Lei n.º 2/2020, de 31/03;
- Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estratégia Local de Habitação de Pombal;
- Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o “Regulamento Municipal do Sistema de Uso Partilhado de Bicicletas – POMbike”;
- Ponto 2.16. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, não se tendo verificado qualquer falta.

De seguida, informou ter recebido um pedido de substituição do membro da Bancada do Partido Socialista, Aníbal Henrique Cardona, pelo que foi chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na respetiva lista, Pedro da Silva Moreira que não pode comparecer, tendo sido chamada a cidadã seguinte, Carla Alexandra Leitão Rodrigues. Mais informou que o Presidente da Junta de Vila Cã, devido a doença súbita, informou que em sua representação iria participar na presente sessão a secretária da referida Junta de Freguesia, Maria José Rodrigues Marques.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Meus senhores, deputados municipais, munícipes que aqui se encontram a assistir, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, membros da Mesa, vejo também na



MUNICÍPIO DE POMBAL

assistência o antigo Presidente da Câmara, Eng.º Narciso Mota, que quero também cumprimentar daqui.

Queria, então, dar início aos nossos trabalhos, e queria fazê-lo com um esclarecimento, que não é mais do que a aplicação do Regimento.

Como sabem, a Mesa está aberta a que se constitua um grupo, ou que haja iniciativas para revisão do Regimento, mas entende que não pode, nem deve ser ela a tomar essa iniciativa, portanto, se houver acordo para constituição de uma comissão ou de um grupo para revisão do Regimento, a Mesa da Assembleia está disponível, evidentemente, para aceitar isso, e espera que haja alguma iniciativa formal nesse sentido.

Quanto à ordem do dia, refiro-me a isso porque sei que isso foi objeto de algum questionamento, ou até de pronunciamento público, eu queria recordar que o Regimento em vigor diz que a ordem do dia de cada sessão é elaborada pela Mesa, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 11.º, e deve incluir os assuntos indicados pelos membros da Assembleia Municipal, desde que sejam da competência desta e o pedido correspondente seja apresentado por escrito, com antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da sessão.

A Mesa – e eu falo por mim, mas com certeza que é uma posição comum – nunca obstará a nenhuma inclusão de nenhum ponto na ordem de trabalhos, e tem todo o interesse em que isso seja devidamente esclarecido, desde que este procedimento seja seguido, isto é, desde que lhe seja requerido por escrito até cinco dias úteis antes. E quero deixar isto claro, porque neste caso, para esta Assembleia Municipal, o que aconteceu foi que houve duas perguntas sobre se haveria, ou não, agendamento em separado, sem qualquer indicação de intenção, muito menos de requerimento nesse sentido – numa delas, até, primeiro houve um contacto informal, por WhatsApp, depois houve dois requerimentos por e-mail, apenas com esse esclarecimento, como se pretendessem saber se a Mesa ia tomar essa iniciativa por si própria, independentemente de qualquer intenção de pedir esse agendamento separado.

E depois, realmente, foi feito um requerimento à Mesa, no dia 14, nos termos deste artigo, para que houvesse agendamento em pontos separados de um conjunto de recomendações de membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, que mereceu o seguinte despacho, que eu quero passar a ler à Assembleia:

“Nos termos da disposição regimental citada pelos requerentes, a ordem do dia da Assembleia Municipal deve incluir os assuntos indicados, desde que sejam da sua competência e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis da data da sessão, no caso de sessões ordinárias.

A Assembleia Municipal ordinária está convocada para 20 de dezembro, e o presente requerimento deu entrada no dia 14, às 15h06, isto é, com uma antecedência menor, apenas de dois dias úteis, aliás, a ordem do dia já tinha sido fixada e enviada.

Com este fundamento, foi indeferido o requerido.”

Quero deixar claro que, para qualquer Assembleia futura, independentemente da revisão do Regimento, se for feito o devido requerimento até cinco dias úteis antes, por escrito, os pontos serão agendados, para que não haja qualquer polémica, e não haja qualquer dúvida sobre isto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Neste caso, não foi cumprido o Regimento e entendi que não podia, sob pena de chegarmos aqui, e alguém pretender alterar a ordem de trabalhos.

Portanto, queria prestar este esclarecimento e também queria prestar um outro.

Houve um pedido de envio de documentação impressa e eu queria pedir aos membros da Assembleia Municipal que, quando receberem, não deixem para a véspera, ou para um ou dois dias antes, os pedidos de envio de documentação impressa, porque pode ser um pouco em cima – para quem não quer apenas documentação em suporte eletrónico -, compreendo isso, mas peço que façam o pedido assim que puderem.

Vi que havia um pedido de palavra neste ponto, eu queria perguntar para que pretende usar da palavra. Se está em causa este ponto, este esclarecimento, não há aqui nenhum debate sobre isto.

Se quiser tratar sobre esta questão, se for uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, eu tenho todo o gosto em lhe dar um ou dois minutos, mas não é para discutir isto. Isto é um esclarecimento que eu estou a prestar, não estou a entrar em debate com ninguém.

É uma questão de facto? Então, depois, no período de antes da ordem do dia, dar-lhe-ei a palavra sobre a matéria.

*Está prestado este esclarecimento, e avançamos para o **Período de antes da ordem do dia**, onde há intervenções na generalidade, e terá uma hora (sessenta minutos) de tempo, onde poderão ser discutidos todos os assuntos.”*

Período de antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação das atas.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu pergunto se há alguma intervenção, algum pedido de correção, ou se alguém quer usar da palavra sobre este ponto, sobre a ata da anterior reunião, realizada em 15 de novembro de 2021. São duas atas, é a ata de 17 de outubro, que é a ata da sessão de empossamento e instalação, e a ata de 15 de novembro, que é a ata da reunião que fizemos com eleições apenas.”

Não se tendo verificado qualquer inscrição, passou-se à votação das atas em apreciação.

A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco abstenções, aprovar as atas de 17 de outubro e 15 de novembro.

Ponto 1.2 Leitura/Resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Querida dar conta de que foi recebido, na Assembleia Municipal, um conjunto de requerimentos que mereceram despacho, designadamente os seguintes requerimentos ou recomendações – eu uso a designação genérica, requerimento:

- **O Requerimento n.º 1/GMPS 2021** – Constituição de norma para imposição de levantamento topográfico perimetral e respetiva avaliação imobiliária em



MUNICÍPIO DE POMBAL

transações de património predial nos quais intervenha o Município, subscrito por Leandro Siopa, recebeu o despacho:

“Para conhecimento e eventual debate na Assembleia Municipal.”

- *A Recomendação n.º 4/GMPS/2021 - Programa IRS Compra Local, também dei o despacho:*

“Para conhecimento e eventual debate na Assembleia Municipal.”

- *A Recomendação n.º 3/GMPS/2021 - Capacitação de desfibriladores nos espaços desportivos do concelho, relator João André Varela Coelho, também recebeu o mesmo despacho:*

“Para conhecimento e eventual debate na Assembleia Municipal.”

- *O Requerimento n.º 2/GMPS/2021 - Teleassistência domiciliária.*

- *A Recomendação n.º 1/GMPS/2021 - sobre a remoção de amianto em espaços públicos.*

Este é o expediente que eu aqui tenho, de que quero dar conhecimento. Poderão ser consultados – não vou estar a ler os requerimentos individualmente – e depois, ou hoje, antes da ordem do dia, ou quando for requerida a sua inscrição em ponto autónomo, poderão ser debatidos, se houver interesse nisso.

Ponto 1.3. Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal – Anexo A.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Antes ainda de abrir o período de intervenções, queria notar que houve uma reunião informal com representantes dos Grupos Municipais para aplicar o critério da proporcionalidade, para alterar o Anexo A do Regimento da Assembleia Municipal, para o Ponto n.º 1.3 do Período de Antes da Ordem do Dia, que diz respeito à distribuição de tempos.

A distribuição de tempo que está prevista no Regimento, atualmente, é uma distribuição proporcional, ou melhor, é mais do que proporcional, favorece mais os grupos menos votados, porque dá quatro minutos de mínimo a cada grupo, e depois, a partir daí, é que é proporcional. E a aplicação deste critério aos resultados da última eleição deu a seguinte distribuição, arredondando para a unidade mais próxima:

- *Para os deputados eleitos pelo PSD – quatro minutos de base, mais trinta e três minutos (trinta e sete minutos);*
- *Para os deputados eleitos pelo Partido Socialista - quatro minutos de base, mais nove minutos (num total de treze minutos);*
- *Para o deputado do Oeste Independente - quatro minutos de base, mais um minuto (cinco minutos); e*
- *Para o deputado independente - quatro minutos de base, mais um minuto (cinco minutos).*

Além disso, para completar a hora, há um tempo reservado para o Presidente da Câmara, que é de vinte e cinco minutos. Isto corresponde ao que já estava em vigor, mas alterado, de acordo com a presente composição da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu pergunto se posso submeter esta alteração a votação, para podermos realizar o primeiro período de antes da ordem do dia.”

Colocada a alteração do Anexo A ao Regimento da Assembleia Municipal a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta para efeitos de imediata execução.

Ponto 1.4. Intervenções na generalidade.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos agora abrir o ponto de intervenções na generalidade, isso já contará no tempo do período de antes da ordem do dia. Como digo, não há aqui nenhuma intenção de provocar nenhum incidente. A única coisa que eu peço é que se querem discutir, em ponto autónomo, na ordem do dia, qualquer ponto, solicito que cumpram o Regimento e enviem até cinco dias úteis antes da sessão – que ela já estava convocada – um requerimento escrito.

De resto, reitero que a Mesa cumprirá sempre o Regimento e agendará todos os pontos que forem requeridos na ordem do dia, desde que o requerimento seja feito, ou dê entrada, com o pedido de agendamento, até cinco dias úteis antes da ordem do dia.

Tenho um pedido de uso da palavra do membro da Assembleia Municipal João Varela Coelho.

Pergunto se mais alguém se quer inscrever para o período de antes da ordem do dia. Poderão ainda haver outras inscrições.

Como estamos aqui, na primeira sessão, em organização do trabalho, eu, pelo menos, não conheço todas as pessoas, mas também por causa de estarem de máscara, pedia só que quando alguém fizer o sinal para intervir, levante o braço, diga o seu nome, para nós identificarmos, e também para indicação na contagem dos tempos, porque há tempo, não só global, mas também é preciso para a ata saber quem são as pessoas.

Bem, temos já aqui um conjunto de inscrições. Queria também acrescentar o seguinte: os membros da Assembleia Municipal – nós aqui não estamos no Salão Nobre, e portanto, temos uma disposição diferente – provavelmente também variaremos da próxima vez. Além disso, não temos lugares fixos. Estava aqui uma indicação, uma localização meramente indicativa, mas os membros da Assembleia Municipal são livres de se sentarem onde quiserem, compreendo perfeitamente. Só que isso levanta um problema: é que nós nem sempre sabemos a que grupo pertencem, e há um limite de tempo máximo por Grupo Municipal. Portanto, eu peço que digam não só o nome, mas também a que Grupo Municipal pertencem.”

João Varela Coelho (PS):

“Boa tarde a todos.

Senhor Presidente, antes de mais, permita-me só fazer notar que não houve aqui a delicadeza de ter em conta que o Partido Socialista é um Partido de esquerda, e portanto, o convite para ficar do lado errado da sala, acho que tenho de relevar, ao ponto de me sentar deste lado, atrás dos demais eleitos, o que lamentamos, naturalmente.

Depois, em relação à questão das nossas propostas e recomendações, naturalmente a intenção era evidente, era que elas viessem aqui para ser discutidas, incluídas na ordem



MUNICÍPIO DE POMBAL

do dia, e isso ficou evidente no dia 6, quando me dirigi a V. Exa., e no dia 10, quando reforcei esse pedido, depois de constatar que não estavam na ordem do dia.

Naturalmente, não compreendemos Porque é que não estamos com essas propostas e com essas recomendações – que o Senhor Presidente chamou de requerimentos, mas que não são, não é a mesma coisa, como sabe. Eu não estou aqui para discutir Leis, as pessoas avaliam, não em função da substância do tema, mas da posição que as pessoas ocupam. V. Exa. está enquanto Presidente, tem o poder para decidir o que é que inclui e o que é que não inclui. Nós, manifestamente, até porque entendemos que temos a nossa razão, não podemos concordar, e também não podemos conviver com naturalidade com este condicionamento do período de antes da ordem do dia, a nossa possibilidade de intervenção impossibilita-nos de discutir os documentos que enviámos a V. Exa. no ponto em que isso devia ser feito, que era no ponto anterior.

Nesse sentido, não podemos participar, naturalmente, deste ponto, e vamos ter que nos ausentar da sala, para voltar para o período da ordem do dia, porque este condicionamento da nossa posição e do nosso direito de oposição é realmente uma prática que não valoriza o órgão, naturalmente, não valoriza a posição do Presidente da Mesa da Assembleia, não só pela atuação até este dia, mas também naquilo que está a acontecer já, e gostaríamos que fosse o primeiro dia em que ficasse assinalada uma mudança de atitude, até com algum retratamento. Infelizmente, não constatamos isso, e ficamos preocupados para o mandato, e percebemos que há uma dificuldade de entender que o Partido Socialista também tem um direito e um dever de participar na construção de soluções para Pombal.

Constatada esta dificuldade de fazermos oposição em Pombal, porque a maioria assim não o aceita, vamos, então, permitir que V. Exas. façam aquilo que entenderem com o tempo que vos está disponível, e com a gestão que arbitrariamente V. Exa. faz desse tempo.

Voltaremos para o período da ordem do dia, para discutir o Orçamento e outros documentos.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Bem, já agora, esclareço só que, como é claro, não houve nenhum requerimento antes do dia 14 de dezembro; o que houve foi uma pergunta, talvez para que a Mesa agendasse por iniciativa própria. Eu tenho os papéis, estão disponíveis, podem ser tornados públicos. Esta é uma tentativa de criação de incidentes que, realmente, não dignifica, a meu ver, quem as protagoniza, mas enfim, veremos, e lamento esta situação.

De todo o modo, penso que continua a haver quórum, e não podemos deixar de avançar no período de antes da ordem do dia.

Caro membro da Assembleia Municipal, Renato Guardado, tem a palavra.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Ora, muito boa tarde a todos.

Depois deste incidente infantil a que acabámos de assistir, não é por as pessoas se ausentarem que vão deixar de ouvir, da parte da Bancada do PSD, aquilo que têm de ouvir.

E portanto, neste período de antes da ordem do dia, nas intervenções na generalidade, não me vou dirigir à Câmara Municipal, nem ao seu Presidente, nem à Assembleia



MUNICÍPIO DE POMBAL

Municipal, e ao seu Presidente; vou-me mesmo dirigir à Bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, que tem feito nos últimos meses um processo de chicana política, e do que vamos vendo, apenas se limita a criar confusão.

Isto a que assistimos agora é, nada mais, nada menos do que mais um exercício infantil, como se costumava fazer nas associações de estudantes, e coisas do género, mas que, neste momento, não é nesse tipo de órgão que estamos. E portanto, não o dignifica.

Afirmo também isto com base nos quinze requerimentos que dirigiram à Câmara Municipal, solicitando um conjunto diversificado de informação. Mas, reparem, o assunto nunca foi bem o teor dos requerimentos; o assunto foi a quantidade de requerimentos, colocados à dúzia, qual feirante a apregoar descontos. À dúzia é mais barato? – Pergunto eu.

E porquê? Porque é que isto foi colocado desta forma pela Bancada do Partido Socialista, perguntarão todos os Pombalenses. Será uma assunção do pouco trabalho que este Partido tem feito, e ser esta uma tentativa de recuperar o tempo perdido de trabalho de Oposição? Será por uma súbita vontade de trabalhar? Ou será com o objetivo de entupir os serviços da Câmara, para que além de todo o trabalho normal, que nesta fase do ano sempre têm, teriam também de dar resposta a estes requerimentos, maioritariamente sobre questões de mandatos anteriores? Pois, para mim é evidente que é esta última a conclusão certa. O objetivo nunca foi verdadeiramente o de requerer informação sobre determinada matéria; o objetivo sempre foi o de não terem resposta imediata, para poderem fazer mais um número de vitimização, e conseguirem no espaço público aquilo que pretendem, um pouquinho mais de protagonismo, nem que para isso se tenha de recorrer a estes subterfúgios infantis, tal como esta temática dos lugares da sala, ou do abandonar da sala num ponto que nada tem a ver com o ponto que estamos a discutir.

Reparem, se o objetivo fosse o de ter esta informação, e a preguiça de a recolher não fosse muita, muitos destes requerimentos não seriam necessários. A título de exemplo, e daquilo que foi difundido na internet pela Bancada do Partido Socialista, até vou dar uma ajuda: relativamente ao requerimento sobre anomalias das estações de tratamento de águas residuais, vejam a informação do Presidente, que vem, por exemplo, a esta Assembleia Municipal. Até dou uma ajudinha: sobre as ETAR's, a partir da pág. 99, está lá a informação, como está todos os anos, é só ir ao site do Município procurar.

Eu sei que dá trabalho.

Sobre o requerimento dos critérios utilizados para a limpeza dos rios que atravessam o concelho, foram feitas N sessões públicas a descrever todos estes trabalhos, veio inclusivamente à Assembleia Municipal, noutros mandatos, um extenso relatório que serviu de base à candidatura aprovada do Município ao Fundo Ambiental para intervenção em rios. Foi aprovado em Câmara um procedimento com esta descrição, é só ir ao site do Município procurar.

Dá trabalho, eu sei.

Atas das reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, é só ir ao site procurar.

Dá trabalho, eu sei.

Mapa de Pessoal na educação, vejam a documentação que vem, por exemplo, também a esta Assembleia Municipal, está lá a informação, como está todos os anos, é só ir ao site do Município procurar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dá trabalho, eu sei.

Transferência para associações e IPSS's de 2011 a 2021, está no site, nas atas e na documentação das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal, tal como no último ponto desta Assembleia Municipal. É só ir ao site procurar.

Dá trabalho, eu sei.

Custos associados à celebração do Natal, este é, de todos, o mais caricato. É que esta informação foi à reunião de Câmara recentemente. E portanto, os vossos companheiros que representam o PS na Câmara Municipal de Pombal têm essa informação. Esta nem dá trabalho, é só mesmo uma questão de conversarem e se articularem.

Fico-me por aqui, para não ser maçudo, mas julgo que a mensagem fica explícita: se querem mesmo ter informação para trabalhar, e sair desta chicana política da vitimização, metam mãos à obra, que a informação está toda disponível, é só ir ao site do Município procurar.

Dá trabalho, eu sei, mas se não o fazem, não é por culpa do Município. Não metam os serviços da Câmara a fazer o trabalho político que vocês têm preguiça de fazer. Mais trabalho e menos vitimização é a recomendação que aqui deixo.

Por fim, outro grande assunto de vitimização: enviámos a proposta para a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal e não foi agendada, o grande tema político desta Assembleia, pelos vistos. Espantemo-nos todos, quando se percebe que, afinal, o pedido de agendamento não foi corretamente feito, como o Senhor Presidente já explicou. Mas, mesmo assim, o que faz o PS? Vitimização, e coloca em causa o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntando se quer continuar a ser Presidente da Assembleia Municipal. Mas, o que é isto? Que culpa tem o Presidente da incompetência e da preguiça da Bancada do PS? O PS não pode simultaneamente queixar-se que o Regimento não é cumprido, mas quando lhes convém, já se deviam aligeirar os procedimentos. Será isto? Lanço uma ideia, provavelmente o próximo requerimento da Bancada Socialista será um requerimento para a criação de um Regimento à medida das suas vontades.

Registemos todos a postura de aparente desonestidade e superioridade intelectual da Bancada do PS: erra, mas uma hora depois de percecionar o erro, em vez de aprender, já estão na comunicação social a dar conferências de imprensa e a vitimizarem-se.

Volto a perguntar: será que aqui também há um interesse real em discutir as propostas em concreto? Ou será uma vontade de criar um facto político, para tentar exposição mediática, à boleia da figura do nosso Presidente da Assembleia Municipal, que é cabeça de lista do PSD por Leiria às eleições legislativas? Pois, também me parece que seja este o verdadeiro objetivo e motivação.

Lanço aqui o repto, na pessoa do Líder da Bancada do PS, João Coelho, para apresentar aqui um pedido de desculpas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Depois de toda esta trapalhada, é o mínimo que pode fazer. Se a presunção da superioridade intelectual, demonstrada mais uma vez nesta ausência da Bancada da Assembleia Municipal da sala, para não poder ouvir o contraditório, como este que aqui faço, se essa superioridade intelectual não falar mais alto, tenho a certeza que esse pedido de desculpas é o que fará.

Muito obrigado."

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada. Exmo. Presidente da Mesa, Doutor Paulo Mota Pinto, secretários da Mesa, Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Dr. Pedro Pimpão, Senhores Vereadores, inclusivamente os do PS – felizmente ficaram na sala e não decidiram abandonar, em parceria com os vossos colegas deputados – caros colegas deputados (os que se encontram na sala), caros funcionários, comunicação social:

Em primeiro lugar, obviamente, desejar a todos umas boas festas, por nos encontrarmos nesta altura do ano.

E é também esse o tema sobre o qual gostaria de falar aqui hoje, as festividades de Natal no nosso concelho. Eu tenho para mim que esta é uma excelente época que nós devemos aproveitar para dinamizar o concelho e conseguir captar também aqui algumas pessoas, tanto os emigrantes que regressam nesta altura, e, naturalmente, gostam de se associar a este tipo de festividades, como também aqueles que cá estão, e ainda para mais, para conseguirem aqui impulsionar um bocadinho o comércio local, que nesta altura em particular tem essa necessidade, e realmente, acho que deve ser dado esse reforço e essa ajuda.

E portanto, reparámos, este ano, que o Município decidiu dar particular relevância a estas festividades, pese embora também o pouco tempo que tiveram para as organizar, tendo em conta que apenas tomaram posse no final de outubro. Também teriam uma desculpa fácil para cancelar estas festividades, por força da pandemia. No entanto, conseguiram adaptar-se, e apesar de não haver programação a partir do dia 26 de dezembro, em virtude disto, conseguimos criar aqui uma dinâmica muito importante na cidade – temos uma pista de gelo, há uma programação bastante vasta, há iluminação, o Mercado de Natal, o comboio, há animação, tanto na cidade, como nas freguesias. E há gente na rua, e percebe-se facilmente que as pessoas estão a gostar, e que gostam também de ter esta dinâmica na cidade.

Também eu tenho particular gosto em ver a minha cidade e o meu concelho a investir nesta altura do ano, equiparando-se a tantos outros concelhos vizinhos, que já deram esta aposta como garantida noutros anos.

E portanto, se muitos, tal como eu, também ficam contentes por haver este tipo de dinâmica na cidade, há muitos outros que se queixam, ora que não se faz investimento e que não há nada na cidade, ora quando há, porque o investimento é elevado. E portanto, acho que uma coisa não acontece sem a outra, e se queremos ter alguma dinâmica, temos que ter investimento também. E portanto, lamento também que o Partido Socialista tenha votado contra, na reunião de Câmara, esta questão do natal, e aproveito até para recordar uma intervenção da Dra. Odete relativamente a esta matéria, numa reunião de Câmara anterior, e que passo a citar: “Acho que é uma componente importante, até porque nós visitamos outros concelhos e percebemos que a iluminação é algo que chama as pessoas. Obviamente que, depois, a iluminação tem que ser consolidada com outras atividades que sirvam de chamariz às pessoas, para que se desloquem àqueles territórios...”, e que sentia até que “... o orçamento será certamente muito reduzido para esta matérias das festas de natal.”

Realmente, quanto a isso, não posso estar mais de acordo, mas acho que se, efetivamente, queremos ser um chamariz de pessoas, temos também que investir – como, aliás, os nossos concelhos vizinhos já fazem, Leiria investe meio milhão de euros (este ano) nas festividades de Natal, as Caldas da Rainha, cerca de 200.000€, a Batalha, mais de



MUNICÍPIO DE POMBAL

150.000€, com um terço dos habitantes de Pombal. E portanto, não podemos, num dia, dizer que Pombal merece mais e melhor, que queremos ser um chamariz de pessoas, e que falta investimento, e no dia seguinte, quando isso é feito, dizer que é caro e que não se devia ter gasto tanto – até porque creio que todos entenderão que para um Executivo que, como já referi, entrou em funções no final de outubro, e começou desde aí a tomar as diligências para organização do natal, que os valores não sejam os mesmos daqueles que começaram a tratar e a organizar esta matéria, com uma antecedência maior.

E portanto, se recorreram, para isto – que também é outro assunto polémico – à ajuda de alguém capaz e com uma grande experiência na organização deste tipo de eventos, então acho muito bem que o faça, porque acho que os resultados estão à vista, e devemos apostar nesta área, apostar em trazer mais gente a Pombal, e começar a criar aqui a marca do Natal em Pombal. E portanto, acho que a semente está lançada, agora é continuar o trabalho.

Da minha parte, estão de parabéns.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Muito boa tarde a todos, mesmo àqueles que estão lá fora, e que não quiseram ficar aqui dentro, cumprimento-os também.

Tenho por hábito falar apenas quando entendo que o que se discute é importante, e isto, acho que é importante, porque é, de facto, um exemplo do que é, ou pode não ser, a atividade política.

Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PS vieram requerer a alteração da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de forma extemporânea, fora de prazo, o que parece revelar impreparação ou incompetência na ação política, pois conhecem, ou não deviam ignorar, o Regimento da Assembleia Municipal, mais concretamente o art.º 33.º. Ao acusarem publicamente o Presidente da Assembleia Municipal de os ignorar, o que sabem ser falso, estão a tentar pôr-se em bicos dos pés para tentarem beneficiar da exposição mediática e do prestígio académico e social do Presidente da Mesa, revelando a imaturidade política e egocêntrica ao procurarem protagonismo por qualquer meio.

Sabendo, como sabem, que não lhes assiste razão, por terem apresentado a sua pretensão fora de prazo, insistindo no conflito, fugindo da sala e do debate político, e demitindo-se dos seus deveres, estão a agir de má fé e a desprestigiar a atividade política – eles próprios, e o seu Partido, com a habitual arrogância de quem se sente acima da Lei, seguindo as pisadas de alguns dirigentes nacionais do PS, e da sua cultura política, que se tem manifestado, designadamente na intolerância à crítica, como demonstra o recurso aos insultos e às ameaças aos adversários, tais como, por exemplo, o uso de gestos em forma de pires e cornitos, e uso de afirmações do teor “quem se mete com o PS, leva”, na criação de um ambiente de crispação social, com radicalização das ações – como foi hoje a fuga desta sala – quando estão na Oposição, como apelo à desobediência civil, mesmo com a justificação do direito à indignação. na confusão, noutra âmbito, entre o Partido e o Estado, ou a captura do Estado pelo Partido, como tem sido a formação de Governos endogâmicos e a celebração de negócios entre o Estado e as empresas que lhe são afetas, no interesse das suas clientelas, e a discriminação negativa dos restantes cidadãos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em representação da Bancada do meu Partido, direi ao Presidente da Mesa, à Mesa, e a todos os presentes, que não entramos em política desse género, não fazemos política assim. E quero deixar o meu apoio, sobretudo ao Presidente da Mesa da Assembleia. Obrigado.

Fernando Matias (PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente. Permitam-me que cumprimente, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara, todos os presentes.

Trago aqui a minha preocupação – e acho que deve ser a preocupação de todos nós – que é fazer um ponto de situação sobre os cuidados de saúde no nosso concelho. A Ordem dos Médicos do Centro condenou o encerramento das urgências do Hospital Distrital de Leiria, a partir das vinte e duas horas (22h00) do dia 12 de outubro, por falta de médicos, considerando que a situação é grave e resulta da gestão negligente do Governo.

Também o público dizia que as horas extraordinárias e a prestação de serviços já teriam custado mais de 400.000.000€ ao Serviço Nacional de Saúde. Até setembro deste ano, os enfermeiros já tinham feito mais de cinco milhões de horas extras, e os médicos, mais de quatro milhões de horas extras, e o número de horas realizadas vai continuar a subir. Não podemos culpar o estado atual da pandemia, já lá vão quase dois anos. Mais, a pandemia, efetivamente, só veio mostrar o estado da saúde, e o cansaço, e a sobrecarga em horas de trabalho dos profissionais de saúde – de todos os profissionais de saúde.

Também esta preocupação, a nível do Centro Hospitalar de Leiria, que serve uma população de quatrocentos mil habitantes. Isto é tanto mais grave porque são quatrocentos mil habitantes que estão em risco de saúde.

E se os cuidados de saúde diferenciados estão doentes, o diagnóstico dos cuidados de saúde primários não é mais animador. Entendo que os cuidados de saúde primários são um pilar fundamental dos cuidados de saúde à população, na prevenção, no tratamento e na promoção da saúde. Dão um precioso contributo para os anos de vida em saúde dos cidadãos.

Em junho de 2020, o médico Ricardo Mexia afirmava: “Na prática, estes cuidados não cobrem as necessidades da população, sabendo que existem em Portugal setecentos mil cidadãos sem médico de família.” Em maio de 2021, a Ministra da Saúde, numa audição regimentada na Assembleia da República, reconhecia que o número de utentes servidos pelo Serviço Nacional de Saúde sem médico de família aumentou nesse ano, e atinge atualmente os novecentos mil habitantes.

Seguindo, reconhece-se que atualmente há cerca de um milhão de pessoas sem médico de família, quando falta recuperar a atividade nos Centros de Saúde.

No primeiro ano da pandemia, em 2020, em fevereiro desse ano fizeram-se menos treze mil e quatrocentos contactos presenciais de médicos e de consultas de enfermagem. O estudo foi encomendado pela Ordem dos Médicos e pela Associação Nacional de Administradores Hospitalares.

Vindo para o nosso concelho, e falando aqui dos cuidados de saúde primários nas nossas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, na União de Freguesias de Albergaria dos Doze, S. Simão e Santiago, em Albergaria dos Doze não há médico há dois meses, tem enfermeiro e administrativo; em Santiago de Litém, tem médico, enfermeiro e administrativo, com consulta alargada às quartas-feiras; em S. Simão fechou



MUNICÍPIO DE POMBAL

definitivamente este ano. Freguesia de Vila Cã, sem médico, tem enfermeiro e administrativo, utentes desesperados sem consultas e com exames por serem vistos. Freguesia de Abiul, tem dois médicos para dois ficheiros, um enfermeiro e um administrativo, consultas alargadas às segundas-feiras, e atrasos nas mesmas consultas. Vermoil, um médico de licença de maternidade até ao próximo ano, em março, tem um enfermeiro e um administrativo, tem receituário por assinar. Freguesia das Meirinhas, tem médico, tem enfermeiro e administrativo, aparentemente não existem problemas. Freguesia de Carnide, tem médico, tem enfermeiro, e o administrativo é fornecido pela Junta de Freguesia. A nível da UCSP do Vale do Arunca, Freguesia do Lourical, tem cinco mil utentes, três médicos (um em fim de contrato), três enfermeiros, com absentismo alargado, e tem um administrativo em baixa parcial – um em baixa, e outro em baixa temporária. Freguesia de Almagreira, tem enfermeiro, tem médico, a consulta alargada é à segunda-feira, e o horário do administrativo não se ajusta, na consulta alargada, ao horário do médico – ou seja, o médico tem que estar a atender sozinho até às vinte (20h00). Freguesia da Pelariga, tem médico, tem enfermeiro, e a consulta alargada é às quartas-feiras. Da Freguesia da Redinha não consegui dados.

Perante este panorama – que, de facto, é grave – qual foi o meu espanto, que em maio de 2021, antes das eleições autárquicas, estive numa reunião convocada pelo ACES do Pinhal Litoral, onde estiveram também os representantes das freguesias, dos Presidentes das Juntas de Freguesia, os representantes dos Partidos com representação na Assembleia Municipal, fizemos um diagnóstico da situação, mas não passou disso. Vieram as eleições, e penso que o trabalho foi feito só para esse período. Havia, de facto, propostas de reorganização dos cuidados de saúde primários e criação de USF com vários polos, apelava-se a uma solução de compromisso para todo o território, pedia-se para ultrapassar os constrangimentos e criar novas oportunidades, e as USF seriam uma solução com ganhos em saúde.

Fico perplexo com a falta de sensibilidade – e para terminar – da tutela para resolver os problemas da acessibilidade dos portugueses aos cuidados de saúde – financiamento, recursos humanos e equipamentos – com a inércia dos gestores das unidades de saúde regionais, face aos défices de atendimento das populações nas áreas de influência, com os atos únicos que configuram propósitos eleitoralistas e não preocupações. E pergunto a esta Assembleia representativa da comunidade: o que pretendemos fazer para exigir respostas da tutela?

Tenho dito.”

Luís Couto dos Santos (Oeste Independente):

“Obrigado. Boa tarde a todos.

Face aos últimos acontecimentos aqui nas intervenções na generalidade, queria só dizer à Mesa que da parte do Oeste Independente, não tem nenhuma hostilidade da nossa parte, e naturalmente respeitamos a instituição – o órgão, neste caso.

No entanto, não poderia deixar de dizer que, neste momento, somos uma Oposição ao Executivo, e Oposição, efetivamente, e isto traz-nos um papel de maior responsabilidade, e continuaremos a exercê-la, relativamente a este órgão, e de acordo com as funções para as quais nós fomos eleitos. E portanto, assim continuaremos.

E também aproveito para lembrar que, efetivamente, também temos pedidos ao Executivo, estamos a aguardar pelas declarações – ao contrário aqui do que o Renato



MUNICÍPIO DE POMBAL

Guardado refere, efetivamente, nem toda a informação está disponível no site da Câmara, e às vezes é necessário pedi-la. E continuaremos a aguardá-la, naturalmente. Há informações que estão, outras que não estão, grande parte está, efetivamente o Município tem um grau elevado de transparência, e por isso mesmo não temos nenhum problema em aguardar pela informação que nos irá chegar atempadamente. E obviamente compreendemos algumas necessidades de tempo, às vezes são complexas.

Por isso, voltando aqui, trago aqui dois assuntos para as intervenções na generalidade. Um tem a ver com que chegou ao nosso conhecimento – e queríamos confirmação por parte do Executivo – que está prevista uma extensão da Rede Pombus a duas freguesias. Não sei se isso é para já, se será só para duas de imediato, há processos de pilotagem. Desde as eleições que fizemos chegar ao Executivo uma série de sugestões de otimização das linhas atualmente existentes, permitindo, entre outros, o seguinte: a título de exemplo, durante o período de férias, todas as linhas são garantidas com apenas oito dos dez autocarros do Pombus, em média, cada linha passa cerca de dez a onze vezes por cada localidade, havendo uma ineficiente gestão de recursos que poderia potenciar maior cobertura. Entendemos que o princípio base inicial eram os limites da Freguesia de Pombal, o que, obviamente, permitiu que mesmo situações em que o bom senso nos ditasse a extensão da linha até à localidade limítrofe mais próxima, isso não tivesse acontecido. Enviámos dez sugestões de otimização, que potencialmente podem aumentar a cobertura das seguintes localidades e freguesias, sem investimento inicial ou de grande monta, pela libertação de um autocarro, que permitiria a cobertura da Freguesia da Pelariga – que não se entende, visto ser contígua à cidade de Pombal, e optou-se primeiro por cobrir localidades mais distantes, como o caso dos Mendes, o que, naturalmente, acaba por criar aqui alguma ineficiência da necessidade premente. Ou seja, esta população aqui da Pelariga, que acaba por permanentemente vir à cidade de Pombal, e poderia ser aqui uma priorização.

A extensão da linha verde, da Aldeia dos Redondos até Almagreira, permitia um ganho imediato de eficiência. A possibilidade de ter uma saída de manhã a partir da Guia, Ilha, Mata Mourisca e Carriço para a zona industrial Manuel da Mota, e respetiva ligação às linhas 3 e 3.1, para a ligação a Pombal, fariam um excelente serviço a quem trabalha nesta zona industrial, ou então estuda na ETAP.

Nos períodos durante o dia, há a possibilidade de haver uma linha Pinheirinho – Mata Mourisca – Guia – Ilha – Mendes, para colmatar necessidades diárias desta população. Todas estas questões já foram enviadas ao Executivo, mas as minhas perguntas específicas são: quais as freguesias que são cobertas de imediato, para este projeto-piloto, se é que há, e quando é que se prevê estas alterações, se é que existem, ou se vamos aguardar mais tempo, relativamente a alguma potencialização de serviços que são solicitados para várias pessoas.

O segundo assunto que trago, e que também já foi referido pelo Oeste Independente no Conselho Municipal da Juventude, é um estudo recentemente publicado, que apresenta uma urgência nos nossos mais jovens. Entre janeiro e julho deste ano, o INEM registou um aumento de 24% nas ocorrências do Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise. Além disso, houve também um aumento de 7,2% nos problemas psiquiátricos e suicídios. Na faixa etária entre os dez e os quinze anos, foi registado um aumento de cerca de 125%, de abril a junho, de perturbações a nível de saúde mental.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em Portugal, existem três suicídios por dia; para cada morte por suicídio, existem entre vinte e vinte e cinco tentativas de suicídio. O suicídio é a segunda causa de morte na população mais jovem a nível mundial, e o consumo de antidepressivos e ansiolíticos a nível nacional disparou para níveis estratosféricos, incluindo nos mais jovens, algo que a longo prazo terá consequências nefastas, inclusivamente para a nossa população mais jovem.

A nossa sugestão – e é um dos pedidos aqui – é que sugerimos um plano de intervenção a nível das escolas do concelho, principalmente nas faixas etárias entre os dez e os quinze anos, com as seguintes medidas: a implementação de medidas de prevenção imediata, através de testes de avaliação de psicologia clínica, com ênfase na ansiedade e depressão, como forma de identificar atempadamente indícios de patologias, e a disponibilização de psicólogos clínicos – nós sabemos que existem psicólogos educacionais nas escolas – para toda a comunidade estudantil, abrangendo não só os alunos, mas também pais, funcionários e professores.

Ao fazermos esta abordagem, poderemos estar a prevenir situações críticas para o futuro da nossa população. Nós sabemos que em sede de Orçamento Central e da tutela central, a saúde mental, apesar de estar no discurso do dia, não se reflete, depois, em termos orçamentais, nos últimos anos; também não se reflete relativamente aos próximos anos, relativamente ao que nós iremos discutir nos próximos pontos, em termos de ações preventivas e de ação, em termos de Orçamento. Existe, sim, em termos desta área, talvez a questão aqui do inquérito à organização, aos funcionários da Câmara, mas, se calhar, aqui, tendo em conta que este assunto é um assunto emergente – é um assunto importante e, neste momento, emergente – talvez aqui possamos rever estas situações e equacionar verdadeiramente, ao longo do próximo ano – nós sabemos que os Orçamentos, depois, podem ser alterados durante o ano, é prática comum que isso aconteça, o documento que nós iremos aprovar nos próximos pontos é volátil ao longo do tempo, mediante as situações. Numa situação de emergência como esta, era a nossa sugestão, efetivamente, que pudéssemos incluir isto nos próximos meses, em termos de implementação.

Obrigado.”

Henrique Mota (PPD/PSD):

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal e demais Vereação, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, endereço a todos os meus respeitosos cumprimentos, e aproveitando o ensejo, desejo-vos um feliz natal e um próspero ano novo.

Soubemos há poucos dias que nenhum dos doze projetos apresentados por instituições do Concelho de Pombal no âmbito do Programa PARES 3.0 foi aprovado pela Segurança Social. O Programa PARES 3.0, Programa de Alargamento a Redes de Equipamentos Sociais, visava apoiar a construção, beneficiação e melhoramento de estruturas residenciais para pessoas idosas, serviços de apoio domiciliário, centros de dia, centros de atividades ocupacionais, lar residencial e residência autónoma, tendo-lhe sido atribuído um cabimento orçamental de 145.000.000€ para todo o território nacional. No entanto, só os doze projetos concelhios representam investimentos na ordem dos 11.300.000€. Para se ter uma ideia das necessidades neste setor, o montante das candidaturas ultrapassou os 1.150.000.000€.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ainda para melhor reforçar aquilo que deveria ser um desígnio nacional de apoio à terceira idade, concentremo-nos nos seguintes números: de acordo com os dados dos Censos de 2021, Portugal tem 23,4% da sua população com mais de sessenta e cinco anos. Por cada cem jovens, há agora cento e oitenta e dois idosos. Portugal é o terceiro país mais envelhecido do mundo, só atrás do Japão e de Itália.

Ora, este programa é o espelho do modus operandi do Partido Socialista governar, ou se quisermos dizer melhor, dizer que governa. Aquando da apresentação daquele programa, fez-se um enorme alarido mediático, mas vamos a ver e, efetivamente, atribuem-se tostões a um programa cujas necessidades reais ascendem a muitos milhões. Para sinalizar esta governação, vulgo agência de publicidade, este é o Governo que para uma pequena alteração na comparticipação dos contratos-programa com as creches do concelho, que representou um acréscimo de dezenas de euros, convocou todas essas instituições para um ato protocolar, com a assinatura pública em conjunto de todos esses contratos. Lá está, valoriza-se a forma, em vez da substância.

Voltando ao Programa PARES 3.0, este destinava-se a IPSS's, Misericórdias e ONG's, não abrangendo entidades privadas. Quando elencamos a necessidade daqueles investimentos, não estamos a falar de questões dogmáticas "esquerda / direita", não estamos a discutir milhões para parcerias público-privadas; falamos, sim, de investimentos efetuados por instituições que se substituem ao Estado relativamente a uma incumbência direta desse mesmo Estado.

Chamando mais uma vez à colação os projetos das instituições concelhias, mais propriamente a construção da ERPI Residência Sénior Senhora do Cardal, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Pombal, recentemente inaugurado, foi um projeto cujo investimento rondou os 2.300.000€. Deixem-me enaltecer o papel da Misericórdia, bem como de todas as outras instituições, que com o seu espírito empreendedor avançaram com este e outros projetos, mesmo sabendo que para além do Município, poderiam não contar com qualquer outro apoio – o que se veio a verificar.

Com este projeto, todas as partes envolvidas, exceto o Governo Central, cumpriram com as suas atribuições, competências e escopo a que se dedicam. Desde logo, a instituição que avançou com o projeto para colmatar uma necessidade concelhia, e que, ao tê-lo feito, contribuiu para a dinamização da economia, pagando impostos, nomeadamente IVA, e criando postos de trabalho.

Por outro lado, o Município também cumpriu com a sua parte, ao ter atribuído um apoio de 500.000€, tal e qual fez e se propõe fazer para todas as instituições que queiram construir estruturas residenciais. Como se vê, só o Estado Central é que vai sacudindo a água do capote.

Os projetos concelhios não foram contemplados, não porque não fossem necessários para combater necessidades das instituições, e, por conseguinte, dos seus cidadãos, por falta de mérito, ou por qualquer outra ordem de razão processual; foram-no por uma evidente falta de dotação estatal para fazer face às necessidades reais da população sénior, ou por um conjunto de critérios menos visíveis e obscuros.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal, desde o passado dia 7 de dezembro, e até ao dia 22 de fevereiro de 2022, estão abertas as candidaturas para a requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais no âmbito do PRR. A pergunta que lhe dirijo é se no seguimento daquilo que foi feito pelo Município, com as



MUNICÍPIO DE POMBAL

candidaturas ao PARES, vai existir algum apoio camarário na promoção e acompanhamento dessas candidaturas, visto que se existem instituições que têm estruturas capazes de as elaborar, outras existirão onde isso não acontece.

Ainda no âmbito do PRR, e em coordenação com a Associação Nacional de Municípios, recomendo que sejam alterados os pressupostos de acesso àquele programa, isto porque só serão elegíveis projetos que tenham contrato de empreitada assinado no ano de 2020. Seria importante alargar esse âmbito, nomeadamente a projetos que no âmbito do PARES tenham sido excluídos por falta de dotação orçamental, sob pena de os projetos destas instituições, nomeadamente as instituições concelhias, ficarem mais uma vez excluídos de qualquer apoio.

Recomendo ainda ao Município os seus bons ofícios para, junto da Segurança Social, evidenciar a necessidade de que exista um aumento substancial na comparticipação por cada utente em lares e estruturas residenciais.

Chegados a 20 de dezembro, as instituições já sabem que houve um aumento, e bem, do salário mínimo nacional para 2022, de 40€, mas não sabem qual o aumento da comparticipação. O aumento do salário mínimo nos últimos anos não tem sido acompanhado pela subida proporcional das comparticipações estatais, o que faz com que muitas IPSS's se debatam com enormes dificuldades de tesouraria e de funcionamento.

Com este aumento do salário mínimo, teremos de considerar o aumento da inflação previsto para o próximo ano, que terá consequências ao nível da subida dos bens de consumo, eletricidade e outros. A comparticipação da Segurança Social é na ordem dos 433€ por cada utente de lar, quando, segundo um estudo da Universidade Católica, o custo médio em território nacional por utente ronda os 1.100€. Portanto, urge que a Segurança Social aumente as comparticipações e comunique os montantes em vigor para 2022.

Por último, e estando em causa nesta Assembleia a discussão do Orçamento Camarário, lanço-lhe um desafio, para que em conjugação com a Associação Nacional de Municípios, se desenvolva uma forma de comparticipação municipal por cada utente em lar. É uma questão que já foi discutida no seio da Associação Nacional de Municípios, tendo por interlocutores a CNIS e a União das Misericórdias. Só a título de exemplo, o Município de Arraiolos comparticipa as IPSS's com um acréscimo de 10% relativamente ao apoio da Segurança Social.

Temos que tudo fazer para que os lares sejam um local para se viver, e não para se morrer.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Começo por cumprimentá-lo, e aos secretários da Mesa, um cumprimento ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos colegas deputados, aos técnicos do Município, à comunicação social, e a todos lá em casa.

Eu vou, nesta minha primeira intervenção – que espero que seja a primeira de muitas, de trabalho, relacionada com assuntos de interesse puro para a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca – não quero deixar de sublinhar a pertinência de desejar um bom mandato a todos, nesta primeira reunião ordinária, em especial à Câmara Municipal, ao seu Executivo e ao seu Presidente, uma vez que, com certeza, se o mandato



MUNICÍPIO DE POMBAL

for bom a nível municipal, será, por consequência, também para as freguesias, que é para isso que cá estamos.

Como eu disse há pouco, a minha intervenção vai ser relacionada com matérias de interesse para a União de Freguesias. Quero aqui hoje, já no período de antes da ordem de trabalhos, falar sobre uma matéria que é deveras importante, que tem a ver com o desenvolvimento económico e com a captação de investimento. Eu soube, naturalmente, que a candidatura para o projeto de ampliação da zona industrial, a norte, caiu. Gostaria de questionar o Senhor Presidente sobre os reais motivos, o que é que fez com que, realmente, esta candidatura não tivesse tido o sucesso que todos esperávamos. Mas, mais importante do que isso, neste ponto em que nos encontramos, qual é que é a estratégia para rapidamente darmos resposta a uma daquelas que é das maiores necessidades que temos a nível do Oeste, no que à zona industrial diz respeito. Eu insisto várias vezes neste tema, vou continuar a fazê-lo, naturalmente, a zona industrial da Guia não tem um metro de terreno para vender, tem, felizmente, conforme o novo Executivo Municipal já é testemunha, várias empresas interessadas em se instalarem lá, estamos a falar de captação de investimento que é decisiva para o crescimento do nosso território, e em concreto para a zona Oeste. E portanto, gostaria de saber se já há, ou não, uma estratégia definida para dar rapidamente o próximo passo, para não perdermos tempo, em função de, neste caso em concreto, tempo ser efetivamente dinheiro.

Na sequência ainda disto, também é uma matéria sobejamente discutida neste fórum, e que tem a ver com uma obra estruturante, que é a variante que há de fazer a ligação da rotunda da A17 à rotunda da Nacional 109, para consequentemente dar apoio à zona industrial da Guia. É uma matéria que já tem imensos anos, eu queria também perguntar se temos esperança, a curto prazo, de podermos ter boas notícias, em função do crescimento expectável para a nossa atividade industrial do Oeste.

Termino a minha intervenção, deixando uma nota de reconhecimento e de agradecimento ao Executivo, fazendo jus àquele que foi o nosso comportamento com o anterior Executivo, no que à matéria dos mediadores interculturais diz respeito. E portanto, se na altura aplaudimos a leitura de uma Câmara Municipal que olhou para o oeste do concelho e viu pertinência, naturalmente, no que às comunidades estrangeiras que temos diz respeito, se avançar com esta candidatura, hoje que ela já está no terreno, aprovada, montada, é sinal de que o novo Executivo também teve a leitura de dar seguimento a esse trabalho. E deixar esta nota de agradecimento, penso que não só a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, mas também o meu colega Pedro, do Carriço, teremos com certeza bastantes dividendos positivos em relação a este instrumento social que, de facto, para as comunidades estrangeiras vai ser decisivo no que à integração diz respeito, mas também no que à adaptação destes novos agregados também dirá respeito, no que à ação social diz respeito, mas também à ação comunitária, e sobretudo à questão da adaptação a nível cultural e social. Portanto, muito obrigado, e um reconhecimento pela ação do novo Executivo.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Mesa não regista mais inscrições de membros da Assembleia Municipal, de deputados municipais. Portanto, eu vou agora passar a palavra ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, para usar da palavra neste período de antes da ordem do dia.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente, os membros da Mesa, todos os membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal, público que nos acompanha, comunicação social. Dentro do tempo que tenho nesta minha intervenção, responder às perguntas que foram também suscitadas pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal, e também prestar aqui alguns esclarecimentos e dar algumas informações, aproveitando este tempo, porque acho que também é útil os membros da Assembleia Municipal terem conhecimento de algumas iniciativas que se vão realizando, e que merecem também ser partilhadas.

Individualmente, começar por dizer que relativamente ao incidente que hoje aqui aconteceu, não me vou pronunciar sobre ele. Nós todos fomos eleitos com o objetivo de contribuir para a elevação do debate político, é isso que temos feito, é isso que estamos a fazer, é isso que vamos continuar a fazer, independentemente dos incidentes que queiram originar para atrapalhar esta nossa missão, que é uma missão de muita responsabilidade, de humildade, e o que as pessoas esperam de nós é que coloquemos aqui o interesse dos Pombalenses à frente de qualquer interesse político-partidário.

Relativamente às outras intervenções, dizer que relativamente ao natal, a Nicolle Lourenço destacou aquilo que é a programação de natal e, sobretudo, mais do que a programação, é o sentimento que nós temos neste natal, que as pessoas valorizam muito esta época, e era bom que estes valores que estão subjacentes a esta época natalícia pudessem perdurar durante todos os dias do ano, para que nós percebêssemos que viver em comunidade é viver em partilha, em solidariedade, respeitando as diferenças, mas fazendo dessas mesmas diferenças força para encararmos os desafios. E os desafios são enormes, pela frente.

E também subscrever aquilo que foram as palavras do José Gomes Fernandes, relativamente também à solidariedade para com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, relativamente ao incidente desta Assembleia.

O Fernando Matias tocou aqui num ponto que é um dos pontos mais importantes do nosso território, e que se prende com a falta de resposta que as nossas populações têm relativamente aos cuidados de saúde primários. E esse é um assunto muito importante. Eu gostava que em vez de fazerem conferências de imprensa para levantarem incidentes políticos nas redes sociais, fizessem conferências de imprensa para denunciarem junto da tutela a importância de valorizarem aquilo que é o Serviço Nacional de Saúde e a resposta que é preciso dar às nossas populações.

Nós temos várias Extensões de Saúde frequentemente com falta de profissionais de saúde, não há um regime de substituição relativamente às falhas, e quem sai prejudicado desta situação são as pessoas. E é pelas pessoas que nós aqui estamos. E quando perguntava o Fernando Matias o que é que a Assembleia Municipal pode fazer, pode acompanhar a Câmara e os seus Vereadores – e nisso, conseguimos na Câmara também ter consenso – na reivindicação para que aquilo que são os compromissos assumidos pelo ACES do Pinhal Litoral e pela ARS possam ser cumpridos, e para que haja profissionais de saúde



MUNICÍPIO DE POMBAL

para atender às pessoas que estão a passar por um período muito exigente, e que é preciso valorizar o Serviço Nacional de Saúde, e a forma de o fazer é cumprindo com as suas responsabilidades, com as suas obrigações, e dar resposta, dar resposta em todo o território.

E naquilo que foi o elenco que o Fernando Matias aqui nos trouxe, dá bem para ver aquilo que é a intervenção que as Juntas de Freguesia, instituições de menor dimensão, de menor capacidade financeira, que se vão substituindo muitas vezes à Administração Central para garantir que os cidadãos das suas freguesias tenham acesso aos cuidados de saúde primários.

E portanto, também aqui o meu reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos Presidentes de Junta e pelas suas equipas, relativamente a esta matéria. E o compromisso da Câmara Municipal é continuar a exigir e a reivindicar que sejam respeitados todos os compromissos assumidos nesta matéria.

Lúis Couto, dizer que a Oposição é muito bem-vinda quando é construtiva, quando não tem que concordar com tudo, mas quando dá propostas para podermos encontrar caminhos diferentes para aquilo que são as soluções que nós temos.

Relativamente à Rede Pombus, não há nenhuma proposta de ir para uma ou outra freguesia; aquilo que está a ser feito neste momento é o estudo para assumir o compromisso – e um compromisso que os Senhores Membros da Assembleia Municipal também vão assumir connosco, ao aprovarem o Orçamento e as Grandes Opções do Plano – de começarmos a alargar aquilo que é a rede de transportes urbanos, que hoje está restrita à Freguesia de Pombal, e que nós assumimos o compromisso de ir alargando a outras freguesias do Concelho de Pombal. E isso tem que ser feito de forma séria, rigorosa, e que não comprometa aquilo que são os avanços que nós conseguirmos fazer nos próximos anos. O ideal seria servir todas as freguesias, todo o concelho, é para aí que vamos trabalhar, mas vamos trabalhar com passos certos. E as sugestões que deu, naturalmente, também podem ser integradas dentro do trabalho que está a ser desenvolvido pela Senhora Vereadora com o pelouro, e pelo responsável, e que já estamos a estudar essa hipótese de alargamento.

Relativamente à temática da saúde mental, ela merece a maior consideração da nossa parte. Nós sabemos – ainda agora estava aqui a analisar alguns estudos que nos dizem que esta pandemia, em termos daquilo que é o impacto na saúde mental, nomeadamente de crianças e jovens, e nas famílias em geral, tem aqui um impacto muito significativo, e que nós temos que ajudar. E mais uma vez estamos disponíveis para ajudar as unidades de saúde, e todas as pessoas que trabalham nesta área, para encontrarmos respostas para as pessoas, e nomeadamente para as crianças e jovens, relativamente a esta temática.

O Henrique Mota trouxe-nos aqui um assunto que é da maior importância, porque eu estive na sessão que o Henrique Mota fez questão de salientar, e por onde eu vou, todos elogiam o trabalho que os nossos dirigentes das IPSS's e das Misericórdias do nosso concelho desenvolvem, e pelos seus técnicos, pelos dirigentes, pelos colaboradores. E a verdade é que o discurso não cola com a realidade, porque se elogiam o trabalho que é feito pelas nossas IPSS's e pelas nossas Misericórdias, que são empreendedoras, que procuram respostas novas, que querem aumentar as suas valências, querem diversificar as suas valências, o que é certo é que deviam ter também – e do ponto de vista do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Município têm tido esse acompanhamento, nomeadamente financeiro, logístico e outros, mesmo agora em períodos de pandemia, nós continuamos a ajudar as instituições sociais, quer com equipamentos de proteção individual, ou outro apoio logístico que precisam, mas também ajudamos do ponto de vista financeiro, para que eles, que têm espírito empreendedor, possam ter esse acompanhamento do Município de Pombal, e sacrificamos outro nível de investimentos, naturalmente, mas porque entendemos que esse investimento também é prioritário. Mas, por parte da Administração Central, não vemos esse mesmo apoio.

E temos doze projetos, são muitos projetos. Para além da quantidade, estamos a falar do mérito desses projetos, dessas candidaturas, que infelizmente nenhum deles, num concelho com um reconhecimento deste dinamismo social, nenhum deles foi aprovado o seu financiamento. E de certeza que não foi pelo mérito, porque todas as intervenções têm mérito reconhecido pela qualidade daquilo que são as suas candidaturas.

E portanto, coloca-nos a questão, Porque é que isto acontece, e depois, aquilo que nos dizem é: no PRR podem ter essa oportunidade. E então, já vamos um passo para a frente. No PARES, ainda não foi; esperemos que no PRR seja. Mas, depois, vamos analisar o PRR, e se formos analisar à lupa o PRR, também nos colocam muitas dúvidas sobre se, realmente, o montante de financiamento que está previsto no PRR é suficiente para todas as candidaturas que no âmbito nacional não foram aprovadas, no âmbito do PARES.

E por isso, infelizmente, quem fica a perder são as instituições, mas mais importante do que as instituições, são as pessoas do nosso concelho que precisam dessas respostas. E está elencado no diagnóstico social que, face aos números do envelhecimento da população, e das listas de espera dos próprios lares, nós precisamos de mais respostas no nosso concelho, e nós estamos a trabalhar para essas respostas, mas, depois, não estamos a ter o devido acompanhamento de quem devia dar esse estímulo, esse apoio, a quem investe, a quem empreende, a quem arrisca, para termos mais respostas no nosso concelho. E essa chamada de atenção é mais do que justificada, e também fiquei com a nota de, junto da Associação Nacional de Municípios – porque este tem que ser um esforço muito mais abrangente, muito mais alargado, muito mais integrado – criarmos realmente aqui um mecanismo que, tal como acontece noutra tipo de apoios, também possamos ter aqui, do ponto de vista dos Municípios, outro tipo de capacidade financeira para podermos apoiar permanentemente – pelo que eu percebi, e creio que também era esse o objetivo – apoiar permanentemente as respostas das nossas instituições sociais.

Relativamente ao Gonçalo Ramos, é isso que eu entendo destas reuniões, são reuniões de trabalho, com representantes da população, pessoas que foram eleitas, que apresentaram programas eleitorais, que disseram às pessoas para o que vinham, e as pessoas escolheram-nos, dos vários Partidos políticos, para virmos aqui trabalhar em prol delas. E é isso que estamos aqui a fazer. E nós preferimos trabalhar.

E dizer que relativamente àquilo que foram as questões levantadas, nomeadamente do ponto de vista daquilo que é a estratégia económica do Concelho de Pombal – e a estratégia económica do Concelho de Pombal é uma estratégia que não é da Câmara, é uma estratégia que não é da Assembleia Municipal, é uma estratégia que não é de nenhum Presidente de Junta; é uma estratégia integrada de todas as pessoas que fazem parte do nosso concelho, e que querem que haja futuro no nosso território. E só há futuro se nós apostarmos no investimento económico, se tivermos mais empresas, se tivermos



MUNICÍPIO DE POMBAL

mais emprego, se tivermos emprego mais qualificado, e só assim é que nós vamos conseguir fixar as novas gerações no nosso território.

E portanto, eu creio que isto é uma estratégia que não é do Partido A, ou do Partido B; é uma estratégia comum a todos aqueles que querem o melhor para o território. E independentemente de a candidatura que foi submetida para a zona industrial da Guia não ter sido aprovada, porque, na altura, não estavam ainda resolvidas todas as questões relacionadas com a propriedade dos terrenos – havia algumas questões legais, jurídicas, habilitação de herdeiros, etc., e que ainda não estão resolvidas – independentemente disso, a nossa estratégia, e a estratégia que os Senhores Membros da Assembleia Municipal vão aprovar no Orçamento e Grandes Opções do Plano, é ter uma estratégia a curto, médio e longo prazo – requalificar as zonas industriais que temos, alargar aquelas que hoje fazem parte da alçada do Município, e criar novas zonas industriais no nosso território. Isto não se faz em dois dias, não se faz de um dia para o outro, mas essa é a estratégia global. E sendo uma estratégia global, naturalmente que a zona industrial da Guia também está integrada nessa estratégia.

Relativamente à variante da Guia, neste momento está em estudo de impacto ambiental, e está na APA para pedir novos elementos. Agora, vamos acompanhar os desenvolvimentos destes processos, que são obrigatórios antes de lançar qualquer procedimento, e esperar sinceramente que este novo programa de financiamento comunitário, nomeadamente o Portugal 2030, possa ajudar-nos a concretizar aquilo que é um desejo antigo da comunidade da Guia e, naturalmente, de todos os territórios vizinhos, e daquilo que nós consideramos, do ponto de vista do Município, também um investimento importante para aquele território, e para o futuro daquele território.

Relativamente à última questão, dos mediadores interculturais, isto é uma área da maior importância, porque hoje nós temos cada vez um maior número de imigrantes no nosso território, eu acho que é um aspeto positivo, temos é que trabalhar para a sua integração, para a sua inclusão. E este projeto dos mediadores interculturais, creio eu, vai contribuir para esse efeito.

Senhor Presidente, ainda tenho tempo, vou aproveitar para dar também aqui algumas informações.

Primeiro, manifestar, em nome da Câmara Municipal, e de todos os Senhores Vereadores, o nosso pesar pelo falecimento de Herculano Leitão, que foi ex-atleta e ex-treinador do Sporting Clube de Pombal, era uma figura carismática, e queria deixar aqui essa nota, que nós já tivemos oportunidade também de deixar em reunião de Câmara, e eu, pessoalmente, também associar-me a essa nota de pesar.

Depois, dizer que um dos compromissos que nós assumimos, de reflorestar Pombal e de ter plantação de cerca de vinte e quatro mil árvores autóctones pelo nosso concelho, já deu os primeiros passos, e portanto, já estamos a avançar nesse objetivo.

Partilhar também com os Senhores Membros da Assembleia Municipal que temos uma nova jovem autarca, que foi eleita depois das nossas eleições, num eleitorado mais exigente, um eleitorado jovem que participou, em todas as escolas do nosso concelho, na eleição da Sara Gaspar, que é de Carnide, mais uma mulher de Carnide – e aqui também cumprimento a Senhora Presidente da Junta pela coincidência. O que é certo é que participaram nestas eleições mais de mil e setecentos alunos das nossas escolas do concelho. E quando dizem que os jovens estão afastados da atividade cívica, estes são



MUNICÍPIO DE POMBAL

bons exemplos que nos ajudam, e são, para mim, um estímulo para que nós continuemos a acreditar que estes projetos têm impacto, porque a Sara foi eleita porque apresentou três ideias que ela queria para o nosso território, e todos os candidatos apresentaram ideias para o território, ideias diversas, ideias interessantes. E foi eleita com o objetivo de concretizar essas mesmas ideias. Ou seja, vamos passar das palavras às ações, e depois também haveremos de encontrar aqui uma forma de a Assembleia Municipal se ver envolvida naquilo que há de ser o trabalho da Sara, enquanto jovem autarca, num mandato que é da duração de um ano – é mais curto do que o nosso, face também ao âmbito do programa, assim o justifica, para que depois possamos ter aqui, no próximo ano, outras Saras a participarem desta forma ativa. Mas, queria não só cumprimentar a Sara, como todos os candidatos, os jovens candidatos, porque realmente se empenharam neste programa, que agora vai ter continuidade.

Queria também dar-vos nota de que, no Dia do Município, nós inaugurámos um programa que é a Câmara de Portas Abertas, porque eu entendo que a Câmara Municipal não é do Presidente da Câmara, não é dos Vereadores, não é de nenhum de nós, nós estamos cá transitoriamente, estamos a cumprir uma missão para a qual fomos eleitos pelas pessoas, e depois nós vamos embora, e outros virão para o nosso lugar. É assim que eu acho que nós devemos ver o exercício das nossas funções. Mas, entendo também que a Câmara, enquanto instituição e enquanto edifício físico, é de todos os Pombalenses. E portanto, têm sido dinamizadas várias iniciativas na própria Câmara, e no próximo dia 27 de dezembro vamos ter, na Câmara Municipal, a tomada de posse dos novos órgãos da Confederação Musical Portuguesa, o que também justifica, realmente, o facto de abrirmos o nosso Município a outros horizontes e instituições de outra dimensão.

Queria também dar-vos nota da projeção nacional do nosso concelho, a nível desportivo. Nós tivemos, no último fim de semana, nas Meirinhas, a final da Taça de Portugal de ginástica em trampolins, organizada pela Federação Portuguesa de Ginástica, tivemos aqui os melhores atletas a nível nacional, e isso também é um reconhecimento da confiança que vão depositando no nosso território, em várias modalidades, e não só na modalidade rainha, no futebol, nós conseguimos também ter esse nível de atratividade para outros eventos.

E queria cumprimentar – a Câmara também já o fez – a Leonor Veríssimo, que foi campeã nacional de juniores em natação, mil e quinhentos metros livres, é atleta do Núcleo de Desporto Amador de Pombal, o Miguel Dias, que conseguiu atingir – e também é um feito importante – os oitavos de final do Campeonato Mundial de Karaté, assim como o Tomás Silva, o Marco Pascoal e o Ricardo Subtil, que também numa competição internacional, obtiveram o terceiro lugar no Jorkyball.

Queria também informar os Senhores Membros da Assembleia Municipal – e creio que, depois, também vai ser distribuído a cada um de vós – que apresentámos publicamente um plano estratégico educativo municipal, um documento muito interessante, que nos dá orientações também daquilo que há de ser o nosso trabalho nesta área da educação, que é uma área importantíssima, onde vamos assumir responsabilidades maiores a partir já do mês de abril do próximo ano. E queria aqui deixar o meu agradecimento e um reconhecimento ao Prof. Valdemar Almeida e à Ana Cabral, que conduziram este



MUNICÍPIO DE POMBAL

processo, e que nós agora vamos implementar junto da comunidade escolar, nos próximos anos.

E queria dizer que, neste seguimento, nós começámos na semana passada o Roteiro da Educação, precisamente para manter e reforçar a relação de proximidade com a comunidade educativa, e também perceber quais é que são as suas expetativas.

E por último, para não me alongar mais, dar só nota de que no fim de semana de 11 e 12 de dezembro se realizou o Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde, de entre várias temáticas, merece destaque a descentralização e a regionalização, e que parece que já há um acordo, pelo menos daquilo que foi a resolução, as conclusões aprovadas no Congresso, de iniciarmos o processo de regionalização a partir de 2024, com a realização de um referendo. Pelo menos foi essa a perspetiva, a mensagem que foi transmitida, tanto pelo Primeiro Ministro, como pelo Presidente da República. Portanto, também é uma questão que eu acho que nós também, como representantes locais, temos que acompanhar com a maior atenção, porque, naturalmente, isto é uma matéria que vai mexer sempre com as autoridades regionais, aquilo que são as competências também das autarquias locais, etc. Portanto, é uma matéria a acompanharmos.

E por isso, Senhor Presidente, eram estas as informações que queria deixar à Assembleia.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara Municipal.

É o primeiro período de antes da ordem do dia em que participo, e portanto, queria só, se me permitem, registar que entendo que este período é um período sempre importante das Assembleias Municipais, onde se podem discutir assuntos substanciais, de importância para os municípios, que não estão na ordem do dia. E este período mostrou isso, porque houve aqui assuntos novos, que não tinham sido tratados, que foram levantados, e que foram também abordados. E não queria deixar de fazer essa referência. Quero também, já agora, agradecer as referências que foram feitas de solidariedade pelo incidente com que começou, infelizmente, este período de antes da ordem do dia, que eu não vou prolongar. Tenho aqui os e-mails que recebi, são meros pedidos de esclarecimento. O primeiro e único requerimento, realmente, foi só com dois dias de antecedência.

Queria só, sobre isto, ainda dizer e recordar que, nos termos do nosso Regimento, é dever dos membros da Assembleia Municipal contribuir para a eficácia e prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal, e também, nos termos da alínea a), participar nas sessões ou nas reuniões da Assembleia Municipal e não se ausentarem antes do final dos trabalhos. É logo o primeiro dever, a alínea a) do art.º 29.º do Regimento.

De todo o modo, com isto, eu penso que podemos considerar encerrado o período de antes da ordem do dia. Não sei se haverá mais pontos antes da ordem do dia.

Temos, porém, ainda o período de intervenções do público. E sobre isso, a Mesa registou uma inscrição, que é da munícipe Beatriz Marques Branco, que não sei se está presente. O assunto é uma petição apresentada pela AMAGO. Este período tem, segundo o Regimento, uma duração máxima de vinte minutos.

Eu peço agora para passar a palavra, e convido a usar da palavra a munícipe Beatriz Marques Branco, agradecendo a sua participação na Assembleia. É muito bem-vinda. Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Beatriz Branco (Município):

“Obrigada.

Antes de mais, desejar uma boa tarde a todos. Cumprimentar, na pessoa do Senhor Presidente, a todos os membros desta Assembleia, o público, e desejar a todos, antes de mais, um excelente mandato.

A minha primeira questão é exatamente para o Senhor Presidente da Mesa, sobre a nossa comunicação de uma petição, com as assinaturas mais do que suficientes para ser discutida nesta casa, que deu entrada no verão, ainda no mandato anterior, voltámos a dar entrada dela em 18 de outubro, e ainda não obtivemos resposta da parte da Mesa da Assembleia. Gostaria de saber se está tudo bem, se devemos adotar outro tipo de procedimento em relação a esta situação, que é, realmente, uma petição que neste momento reúne novecentas e cinquenta assinaturas, quase o triplo daquilo que seria necessário.

As minhas questões, de seguida, serão para o Senhor Presidente da Câmara, em relação – e uma vez que o Presidente de Junta Gonçalo Ramos levantou esta questão, é também uma curiosidade que tenho, que é: considerando que o financiamento para aquela expansão não foi aprovado, e portanto, não vai haver, ficamos em que ponto? Qual será a estratégia da Câmara, o que é que vai fazer com aqueles metros que tem em sua propriedade, neste momento.

E ainda sobre o mesmo assunto, e após alguma análise daquilo que são os documentos da consulta pública online – que aproveite para avisar que poderá ter comentários e participações até ao dia 12 de janeiro – houve uma coisa que nos saltou à vista, e que tem a ver com um cronograma que consta de um relatório, em que tem umas datas para a aquisição dos terrenos, e de seguida, a última linha desse cronograma é uma hasta pública, algures ali em 2022. E eu queria perguntar que hasta pública é essa, se é pretensão do Município vender cada parcela em hasta pública, se vão haster toda a totalidade do loteamento – que não me parece possível – fiquei realmente com essa dúvida, ou se, considerando que o financiamento não foi aprovado e não vai haver loteamento, para já, se tencionam haster toda a área.

Por fim, um assunto mais macro, tem a ver com aquilo que é a ação social, ou a falta dela, no novo núcleo de ensino superior de Pombal, pertencente ao Instituto Politécnico de Leiria. O problema do alojamento para os estudantes é transversal no país inteiro; no entanto, há um problema que poderia ter sido evitado – eu não sei, de momento, qual é que é a estratégia que a Câmara adotou com o Politécnico, mas queria perguntar, ao nível da ação social, como é que está a ser garantido, por exemplo, o acesso a cantinas sociais a estes alunos que estão neste momento neste núcleo de formação.

E deixar desde já uma proposta: se não há uma solução para estes alunos, de momento, poderem ter refeições a um preço social, que a Câmara Municipal abra as portas a estes alunos à sua cantina, talvez em cooperação com os serviços de ação social do próprio Instituto Politécnico de Leiria.

E é tudo. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem.

Eu queria, antes de mais, acusar a receção, recordo-me dessa petição. Esta é a primeira Assembleia Municipal ordinária, tinha como ordem principal de trabalhos a aprovação



MUNICÍPIO DE POMBAL

do Orçamento. Mas, eu queria dizer à munícipe que antes da próxima Assembleia Municipal Ordinária será tomada decisão, ou de inscrever para a próxima Assembleia, ou terá uma resposta a fundamentar, se não for o caso. Entretanto, também será encaminhada à Câmara Municipal, para poder também instruir devidamente e se pronunciar sobre o ponto. Isso é o estado da petição – que, aliás, já vinha de trás, do anterior mandato.

Quanto a esse ponto, que era dirigido à Mesa, penso que está coberto.

Não sei se o Senhor Presidente pretende usar da palavra sobre este ponto. Senhor Presidente, por favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Também muito brevemente, dizer, relativamente às questões suscitadas pela Beatriz Santos, nós fomos notificados na semana passada desta decisão, relativamente à candidatura, o que não obsta a que possa haver outras candidaturas, e que nós, no âmbito dos vários pacotes que nós esperamos sinceramente que existam – porque já nos disseram que iam ser abertas algumas para zonas de acolhimento empresarial – nós esperamos que possamos reinscrever este investimento, que é um investimento significativo, também no âmbito de algum processo de financiamento comunitário.

Independentemente dos financiamentos comunitários – e nós, neste momento, estamos a avaliar internamente aquilo que há de ser a estratégia a seguir – o nosso objetivo passa por criar mais espaços para fixar mais empresas, para criar mais emprego. É naturalmente que esta expansão da zona industrial da Guia deve ter essa finalidade. E portanto, independentemente da estratégia a seguir, a estratégia passará quase necessariamente por lotear aquela zona, e depois proceder à venda dos lotes.

Portanto, relativamente a essa matéria, não posso também dar-lhe mais informação neste momento, porque ela também ainda não existe.

Relativamente à outra questão – e é muitíssimo pertinente – do núcleo de formação do Politécnico de Leiria, estou a assistir a outro movimento muito interessante, que queria partilhar convosco, que é a própria organização dos estudantes, dos alunos, que não sendo ainda muitos em quantidade, estão muito dedicados a que o núcleo de formação do Politécnico de Leiria seja bem-sucedido no nosso concelho, e eu acho que isso é uma mais valia. Já estivemos reunidos com eles, ainda há pouco tempo, e uma das questões que analisámos – porque eu também não gosto de soluções impostas, gosto de soluções partilhadas – foi precisamente como é que nós podíamos suprir a falta de uma cantina – e também não fazia sentido nenhum ter uma cantina lá, não faz sentido nenhum – de que forma é que nós podemos ajudar, realmente, para que os jovens estudantes possam obter acesso a refeições, e a refeições a um custo minimamente aceitável para jovens que estão a estudar naquele núcleo de formação. E temos encontrado aqui algumas parcerias, e logo de início, colocámos essa possibilidade – creio que quando se iniciou este processo de constituição deste núcleo de formação aqui em Pombal, houve essa possibilidade de os jovens irem à cantina da Câmara – naturalmente, isso articulado entre as várias instituições. E isso está em cima da mesa, essa possibilidade. Temos ajudado de outras formas, e estamos atentos, e a tentar ajudar a resolver a situação.

Outra situação, que é mais complexa de ser resolvida de um momento para o outro, tem a ver com o alojamento, que é outra das questões que é mais estrutural. E aí, queria dar-



MUNICÍPIO DE POMBAL

vos nota – queria dar no ponto do Orçamento, mas posso dar-vos já, e eu já falei disto também em sede de reunião de Câmara – que nós, neste momento, temos um acordo de princípio com o Politécnico de Leiria para constituir uma residência para estudantes, para jovens, no nosso concelho, sendo que o Município assume a responsabilidade de encontrar um terreno minimamente central para o efeito, de custear o projeto, e depois o próprio Politécnico de Leiria candidatar esse projeto, no âmbito do PRR, ter esse financiamento, fazer a obra, e depois gerir essa oferta também com os serviços da ação social do próprio Politécnico, que é uma grande notícia – ainda anteontem me ligou o Presidente do Politécnico de Leiria a dizer que essa COL ia ser aberta agora, e que iriam avançar, então, com esse procedimento. Mas, como em tudo, vamos esperar para ver, vamos acompanhar o processo, e esperar que tenha o melhor desenvolvimento.

Paralelamente, e independentemente de termos residência, ou não, temos de trabalhar em aumentar aquilo que é a oferta disponível para os jovens que no próximo ano letivo nós queremos que venham para Pombal. No próximo ano letivo, estamos fortemente empenhados em que os seis cursos técnicos superiores profissionais possam ter mais alunos, muito mais alunos, e já estamos também em negociações – o termo não é o mais certo, mas estamos a articular com o Politécnico de Leiria para termos mais oferta, e oferta diferenciada também nos cursos técnicos superiores profissionais, nomeadamente dentro da STG, nas áreas da tecnologia, da gestão informática, que são áreas muito interessantes, e que são áreas com muita saída profissional, e na área do turismo de natureza, com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, onde também já temos um acordo de princípio – mas, são acordos de princípio – no sentido de também abrirem aqui uma dessas áreas, no âmbito daquilo que também é a estratégia do Politécnico de Leiria, e a nossa também, porque nos próximos anos queremos também valorizar o turismo de natureza, o turismo ativo e sustentável. E portanto, creio que podem haver aqui boas sinergias.

Mas, para fazer face a esse objetivo, temos que aumentar a nossa oferta, a oferta de habitação para esses jovens – e ainda no Conselho Municipal da Juventude falámos também sobre essa necessidade de termos aqui uma rede, uma rede integrada de comunicação, o Município tem que assumir aqui um papel de liderança, no sentido de também apelar à comunidade para que disponibilizem habitação para os jovens estudantes do ensino superior, como se faz em todas as cidades académicas. Nós não somos ainda uma cidade académica, mas somos uma cidade e um concelho que vai ter esta resposta, e tendo esta resposta, tem que ter o apoio da comunidade. E o apoio da comunidade, nesse caso, é nós termos mais camas disponíveis, apartamentos, moradias – ou seja, sensibilizarmos quem tem imóveis para esta finalidade, que no primeiro semestre do ano que vem possamos ter aqui uma campanha integrada e criar uma bolsa de habitação para os jovens que queiram vir estudar para Pombal.

Obrigado, Senhor Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. A Mesa não regista mais inscrições no período de intervenção do público. Portanto, podemos dar por encerrado este período.”

Ponto 2 - Período da ordem do dia:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“A informação do Presidente da Câmara era um dos documentos que foram entregues – tem duzentas e doze páginas, com certeza que não esperam que proceda aqui à leitura, a leitura terá sido feita por cada membro da Assembleia Municipal, e feita de forma diligente, com análise, com certeza.

Pergunto se alguém se quer inscrever para intervir nesta discussão. Aqui, chamo à atenção que, segundo o Regimento, as intervenções aqui são limitadas a cinco mais três minutos – cinco na primeira intervenção, o máximo de três na segunda.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas da Bancada do PSD e do Oeste Independente, caros amigos que faziam aqui tanta companhia, e que agora fugiram para aí, do Partido Socialista, ainda bem que a birra acabou e que os senhores voltaram à sala.

Senhor Presidente da Câmara, eu queria, em nome da Junta de Freguesia das Meirinhas, agradecer-lhe o comboio de natal, que foi uma experiência extraordinária para as crianças, bem como o Natal Mágico. Foi importante para a freguesia, para os mais idosos e para os mais novos, ficámos todos muito satisfeitos.

No entanto, penso que no próximo ano nós temos que ter uma visão mais alargada do Município, e fazer com que este esforço do Natal e da iluminação também chegue às freguesias. Senhor Presidente, estaremos disponíveis para colaborar consigo no reforço e no apoio à iluminação dos nossos largos e dos nossos centros de freguesia.

Também me apraz registar o excelente apoio que o Município deu na captação para Pombal da Taça de Portugal de Ginástica em Trampolins, que foi um evento bastante concorrido, que se realizou no Pavilhão Gimnodesportivo das Meirinhas, e que nos encheu de muita satisfação ao ver que Pombal é central, e que esta centralidade poderá trazer mais eventos deste género e potenciar a nossa posição também no turismo desportivo.

Senhor Presidente, também queria, como antigo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, e também como conhecedor disto, perguntar se o Senhor Presidente já fez o custeio de quanto é que custou aos contribuintes, nomeadamente aos nossos munícipes, a resposta, a preparação, a análise e resposta dos requerimentos que os senhores do Partido Socialista apresentaram – porque para serem tratados, têm um custo, um custo de hora e um custo de homem. Acho que esse custo deve ser assumido pelo Município, mas também deve ser apresentado. Acho que é importante os atores políticos, que exigem transparência, que exigem rigor, também terem essa noção. E essa noção, é importante que nós também a tenhamos.

E era o que me aprazia registar.”

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Mota Pinto, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, na sua pessoa, Dr. Pedro Pimpão, caros elementos da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta, funcionários da



MUNICÍPIO DE POMBAL

autarquia e público presente, comunicação social, e cumprimentando também todos aqueles que seguem a transmissão online da Assembleia Municipal.

Nós estamos em tempo de Natal, tempo de paz, tempo de reflexão, também tempo de reunir a família e de apelar à solidariedade e à fraternidade, tempo de coragem, tempo para esquecer por breves momentos as dificuldades, olhando para os valores e dando valor às coisas que realmente importam.

Este foi um ano muito difícil, um ano em que a pandemia ainda continua, e um ano em que o natal está e vai ser seguramente vivido de maneira diferente. O natal é uma época de alegria, e é com alegria que, este ano, o natal se mostrou de forma diferente em Pombal, um natal colorido e cheio de luz. A nossa cidade está muito bonita, e parablenizo o Executivo.

Mas, para ficar ainda mais bonita, peço que para os anos vindouros a nossa zona histórica também seja brindada com um toque mais luminoso e com atividades diferenciadoras, porque os comerciantes e os seus habitantes também o merecem.

A iluminação também não se deve ficar pelo natal, temos que garantir uma melhoria da segurança e da circulação na freguesia, garantindo uma correta iluminação das vias, aumentando redes de passeios, asfaltagens, a acessibilidade, a rede coletora de efluentes domésticos, assim como todas as intervenções defendidas aquando da nossa reunião de trabalho do PPI e do PAM.

É com imenso agrado que vejo o início da requalificação do Viaduto Eng.º Guilherme Santos, que vai desde a fonte luminosa até à rotunda de acesso à zona industrial da Formiga. Esta obra, encimada com a colocação das bandeiras de todas as freguesias do Município na ponte sobre o Rio Arunca, dá uma maior dignidade a uma das principais entradas da cidade. Venham daí os restantes 89% da obra, que bem merecemos.

Mas, essas obras não devem ficar por aí; devem estender-se à zona industrial da Formiga, de onde todos os dias ouvimos pedidos de ajuda, principalmente dos confinantes da Rua da Indústria, que ensejam há muito tempo por intervenções e melhoria em pavimentos e iluminação. As zonas industriais são realmente cartões de visita para muitos dos que nos visitam.

Um dos cartões que gostaríamos também que tentassem melhorar é o da iluminação no nó da A1 e IC8 com a estrada do Lourical, que se encontra desligada há mais de um ano, e que quem nos visita realmente nota uma entrada muito tristonha.

Mas, o maravilhoso e simples facto de estarmos aqui hoje, reunidos com toda esta gente, é já maravilhoso. Preparar-nos para festejar mais um natal já é, em sim, um grande motivo para agradecer. E aproveito para agradecer o enorme esforço para que, em tão pouco tempo, este Executivo Municipal tornasse a nossa cidade ainda mais bonita e convidativa para quem a visita e para quem nela mora.

Desejo a todos um feliz Natal, e votos de um feliz Ano Novo.”

Alexandre Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, muito obrigado.

Permita-me, nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia, cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimentar o Senhor Presidente de Câmara e os restantes Vereadores, cumprimentar também os colegas, membros desta Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta, os técnicos do Município, a imprensa, e todos os que nos acompanham.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Permitam-me, nesta breve intervenção, eu que sou o deputado municipal mais novo desta Assembleia, vir reforçar aquelas que foram as palavras do Presidente da Câmara, na sua intervenção anterior, em relação à importância do projeto “Jovem Autarca”. Permitam-me que dê os parabéns ao Executivo anterior pelo lançamento deste projeto, mas que dê os parabéns também a este Executivo, a estes técnicos municipais que durante as últimas semanas acompanharam estes jovens que se quiseram candidatar e quiseram mostrar a importância da participação cívica, e permitam-me também dar os parabéns aos professores que em cada uma das escolas se empenharam em mostrar a importância de projetos como estes.

É importantíssimo ressaltar que houve onze candidaturas, e que mais de mil e setecentos alunos estiveram envolvidos neste projeto. Tenho a certeza que este projeto será uma outra ferramenta que permita uma maior participação cívica das novas gerações, em termos de associativismo, em termos políticos, e em termos de participação cívica no Município de Pombal. Que seja também uma das iniciativas que fique marcada, para que ao longo dos próximos anos a taxa de abstenção, principalmente a mais jovem, venha a baixar. E acredito que com iniciativas como esta, promovida pelo Município de Pombal, seja uma das mais valias nesse sentido.

Mas, e em função também dos acontecimentos inesperados desta Assembleia, devemo-nos também lembrar que nós, eleitos, também temos responsabilidades, e também temos o sentido de mostrar a estes jovens que agora se candidataram ao projeto “Jovem Autarca” a função e a responsabilidade de sermos eleitos e de cumprirmos com as nossas responsabilidades.

Portanto, aquilo que eu gostava de dizer, para terminar, era dar os parabéns à vencedora, à Sara Gaspar, como já tive oportunidade de fazer no Conselho Municipal da Juventude, que seja uma mais valia e que possamos, em conjunto, trabalhar por um melhor Município de Pombal.

Muito obrigado.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, Doutor Paulo Mota Pinto, a Senhora Secretária, o Senhor Secretário, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, estimados amigos da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta, estimado público e comunicação social.

Anteriormente não intervim, mas, de qualquer forma, agrada-me o Senhor Presidente da Câmara ter falado na questão dos transportes e da Rede Pombus. É certo que é extremamente necessária a questão dos transportes a nível das freguesias. Claro que todos temos necessidades, as freguesias estão carenciadas desses transportes, escusado será dizer que quando essa rede for destacada e delineada, o Louriçal, a segunda maior freguesia, estando no Oeste, penso que há necessidade absoluta desta ligação entre o Louriçal e Pombal, por todos os motivos, desde o emprego às pessoas mais idosas, e um conjunto de serviços que são necessários na cidade, e isso será uma mais valia e riqueza, com certeza, tanto para o concelho, como para as sedes de freguesia.

Mas, queria aqui trazer também um tema que é extremamente importante, porque tem uma mais valia para o concelho, e por aquilo que foi o desenvolvimento no decorrer dos últimos dias, e que me apraz aqui falar sobre o registo da patente do arroz carolino. O



MUNICÍPIO DE POMBAL

Senhor Presidente da Câmara deve ter este conhecimento, depois de sabermos que foi aprovado o projeto para o emparcelamento do Vale do Pranto, Freguesia do Louriçal – por sinal, Concelho de Pombal – tem ali o Porto de Ferro, que são cerca de trezentos hectares de arroz, e que, efetivamente, tem essa patente como arroz carolino, e que aqui, em termos de concelhos, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Soure e Pombal, temos aquela ponta do Louriçal que foi selecionada também para pertencer a esta patente.

Ora, aqui, houve uma reunião, recentemente, a patente foi criada já a nível europeu em 2016, e pretende-se agora levar a cabo esta patente, que é uma mais valia – tivemos o conhecimento, porque a primeira reunião aconteceu na passada sexta-feira, em Montemor-o-Velho, e irá continuar. Porquê? Porque se temos do mar à serra, temos também esta mais valia, em termos de gastronomia. Nós situamo-nos no Vale do Pranto, é preciso intervir, com certeza, nos rios, temos mais de trinta quilómetros de rios e ribeiros que precisam de intervenção, temos tido contactos com a ARH e a APA, há um desprezo muito grande por parte da tutela, ninguém quer assumir a responsabilidade da abertura destes rios, pela responsabilidade que acresce a qualquer incidente que ali ocorra, e é preciso, Senhor Presidente, que possamos chegar até à tutela do Estado a responsabilidade, para que possamos futuramente assegurar a criação de mais riqueza, e especialmente na agricultura, daquilo que o Louriçal foi e continua a ser, porque faz parte deste concelho, e pode perfeitamente – porque integramos a Associação de Agricultores do Baixo Mondego, e isso é uma mais valia para podermos ficar também neste registo de patente, que servirá não só para o turismo gastronómico, como também turismo de património ambiental e paisagístico, que nos oferecem os arrozais e toda a bacia do Pranto.

Portanto, Senhor Presidente, também agradecer esta mais valia que levou também a nível da cidade, mas acima de tudo também pelas freguesias, aos mais pequeninos – ainda hoje o comboio de natal está na Freguesia do Louriçal, embora o S. Pedro não ajudasse muito, mas esteve ali a animação. E quero deixar aqui os parabéns, e deixar também uma palavra de felicidades e êxito para este Executivo, sinal de que as freguesias também serão contempladas com esse mesmo êxito.

Deixar também aqui, acima de tudo, a esperança de um feliz natal, um próspero ano novo para todos, na certeza de que esta pandemia nos deixará a curto prazo, e teremos um futuro mais risonho.

Muito obrigado.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia, Doutor Paulo Mota Pinto, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente, Dr. Pedro Pimpão, e restantes Vereadores, membros da Assembleia, colegas Presidentes de Junta, comunicação social, e todos os que nos ouvem aqui e lá em casa, muito boa tarde.

Vou enumerar algumas páginas e algumas considerações que eu gostava de ver respondidas, e outras em forma de agradecimento ao Município.

Na pág. 32, faz referência à utilização da piscina pelas várias escolas das freguesias. Gostava de sublinhar e agradecer ao Município a possibilidade de os alunos do Centro Escolar de Vermoil poderem usufruir da Piscina Municipal. São cinquenta e três crianças, num universo de noventa, que vêm todas as semanas aprender a nadar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aproveito também para salientar que as nossas Férias Ativas aproveitaram muitas iniciativas culturais que foram promovidas pelo Município.

Na pág. 52, Encontro de Bandas: no passado mês de novembro realizou-se o Encontro de Bandas, este ano organizado pela Filarmónica Vermoilense, e que juntou perto de trezentos músicos, e mais de trezentas pessoas assistiram. Não é todos os dias que conseguimos juntar mais de meio milhar de pessoas, amantes da música. Isto é cultura.

Queria deixar aqui um agradecimento ao Município por apoiar este evento e dar os parabéns à Sociedade Filarmónica Vermoilense pela organização. É um evento que devemos continuar a apoiar e dinamizar.

Na pág. 68 e 137, Vermoil e a Romanização: no fim de semana do Bodo das Castanhas, foram efetuados dois passeios às ruínas romanas da Telhada, um deles com o apoio do Município, o outro com o apoio da freguesia. Foram mais de quarenta pessoas que visitaram as ruínas, e não foram mais porque estavam limitados Porquestões da pandemia. Gostaria de saber em que ponto se encontra o processo de concurso do sítio arqueológico da Telhada, referido na pág. 137.

Na pág. 87, Escola Primária de Vermoil: queria dar os parabéns ao Município por ter dado início às obras de melhoramento da antiga Escola Primária de Vermoil, que será transformada em Escola da Cultura. No entanto, gostaria de solicitar a melhor das atenções para as necessidades que surgirão para conseguirmos dinamizar essa Escola da Cultura. Não basta fazer obra.

Pág. 109, Bodo das Castanhas: realizou-se o Bodo das Castanhas, que, julgo eu, foi um grande evento. Queria agradecer ao Município a cedência dos ecopontos temporários, que permitiu sermos classificados como Eco-Evento. Aproveito para solicitar que seja equacionado o reforço dos apoios ao evento, tendo em conta todas as alterações que foram necessárias para responder às condições impostas pela pandemia.

Na pág. 116 e 117, ignições de fogos florestais: infelizmente, fomos a freguesia com mais ignições este ano, mas graças à intervenção da nossa Brigada de Primeira Intervenção, dos Bombeiros Voluntários, e de todos os elementos da Proteção Civil, tivemos uma área ardida pouco significativa. Deixo aqui o meu agradecimento a todos os intervenientes, principalmente à nossa Brigada de Primeira Intervenção, que serão quarenta elementos.

Pág. 132, reabilitação do centro de Vermoil: gostaria de salientar a importância que a reabilitação do centro urbano de Vermoil terá na qualidade de vida dos Vermoilenses e no desenvolvimento da freguesia. Agradeço ao Município este primeiro passo, que é a execução do projeto. Outros passos terão que ser dados num futuro muito próximo para conseguirmos melhorar esta qualidade de vida.

Aproveito este momento para reforçar o que disse o nosso colega Fernando Matias, sobre o caos em que se encontram os postos de saúde nas freguesias. No meu caso, e em Vermoil, neste momento, apenas temos um médico um dia por semana, e na semana passada tinha cento e vinte credenciais a aguardar resposta – sim, cento e vinte credenciais, são cento e vinte pessoas que estão à espera de medicamentos ou exames para dar resposta. Estamos numa fase de total rutura dos serviços, precisamos de ajuda urgente. Peço ao Executivo do Município que avalie a possibilidade de as Juntas terem acesso ao Balcão Verde do Serviço Nacional de Saúde 24. Bem sei que é mais trabalho para a Junta, mas temos de fazer alguma coisa. Isto permitiria termos consultas online e



MUNICÍPIO DE POMBAL

conseguirmos responder a algumas credenciais que poderiam ser passadas através de médicos online.

Muito obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, e aproveito esta primeira intervenção também aqui nesta Assembleia para desejar a todos um santo e feliz natal, e que o ano de 2022 nos traga bom ar e tudo de bom, e muita saúde acima de tudo.

Eu vou começar pela saúde, aproveitando aqui a informação do Senhor Presidente, na pág. 167, para agradecer a todos os profissionais de saúde que trabalham ali no centro de vacinação, e principalmente aos trabalhadores do Município, e aos que foram contratados para assegurar que todo aquele processo de vacinação corra muito bem, apesar de todos os constrangimentos, que sabemos que todos os dias estão a mudar algumas regras, e viu-se este fim de semana, com a abertura, em termos de casa aberta, e alteração de regras, o processo correu muito bem. E temos que agradecer, porque o Município – eu vou lembrar aqui – além de ceder o espaço, a cedência de equipamentos, a cedência de energia, a cedência de recursos humanos, eu pergunto aqui se o Município já tem contabilizado o valor que está a gastar naquele centro de vacinação. Faço esta pergunta porque o Presidente da Câmara de Leiria, Presidente da CIM, fez a mesma pergunta no tal Congresso da Associação Nacional de Municípios, que o Senhor Presidente também já falou aqui, colocou essa questão, e disse que em Leiria ainda não receberam nenhum cêntimo – e Leiria tem um centro de vacinação no estádio, como também é público. Portanto, a minha pergunta vai por aí.

E um incentivo, acho que sim, acho que o Município deve continuar, e deve continuar a assegurar este apoio. Porquê? Porque, depois, eu queria ver aqui uma solução – o meu colega de Vermoil já aqui falou em Vermoil, o nosso companheiro Fernando Matias também já falou, no fundo, termos aqui o diagnóstico de todo o concelho, de todas as freguesias. E depois, eu leio uma notícia – posso dizê-lo aqui, quem quiser ler o Público de 14 de dezembro de 2021, uma notícia recentíssima, que diz: “Meia centena de vagas para formar médicos especialistas ficaram por ocupar”. Portanto, há aqui algum problema, porque nós todos, com os nossos impostos, estamos a pagar a formação dos nossos médicos, dos nossos profissionais de saúde, mas depois não os conseguimos fixar cá – cá em Portugal, cá em Pombal, cá nas nossas freguesias. Portanto, qual é a solução? Porque senão vamos andar aqui – e estão aqui pessoas há muito mais anos do que eu, que sabem que esta questão da saúde anda “ad eternum” a ser falada, porque não são os edifícios, nós todos temos consciência que edifícios, nós conseguimos fazer – nós, autarcas, conseguimos fazer os edifícios. Aqui, a questão está nos recursos humanos. E eu não vejo solução, fiquei mesmo preocupado, são trezentos e oitenta e nove jovens médicos, que diz aqui a notícia, os sindicatos dos médicos, faltaram ou desistiram do processo da escolha da especialidade. São os próprios médicos a desistir do processo.

Eu falo em Almagreira, tivemos uma médica espetacular, que esteve lá até arranjar um sítio melhor para ela, como é óbvio, pessoalmente, um sítio mais perto de casa, onde ela podia fazer a vida dela, perfeitamente legítimo. Agora, qual a solução, ou quais as soluções que uma autarquia, por exemplo – e falou-se já aqui da descentralização de competências, se nesta matéria um Município como Pombal terá alguma oportunidade



MUNICÍPIO DE POMBAL

de dizer alguma coisa, porque senão andamos cá todos a discutir edifícios, a discutir polos, não polos, outras coisas com outros nomes, mas, no fundo, o problema está aqui, e vê-se perfeitamente, quem quiser ir ao médico – nós tivemos o cuidado de ter uma reunião, assim que começámos o mandato, com os profissionais de saúde espetaculares que estão em Almagreira, e em que nos foi dito que é muito simples, basta utilizar a internet, fazer a marcação online, temos duas vagas, logo no início. Pois, mas não é bem assim – se quiserem testar, façam essa experiência. Infelizmente, digo-o eu, porque acho que sim, acho que deveria ser assim, apesar de nós alertarmos que temos uma franja de população muito idosa, como é óbvio, que não tem acesso aos meios digitais que alguns de nós já temos e que utilizamos – e eu próprio já utilizei.

Portanto, aqui, o meu apelo, e utilizando este ponto, vai para que o Município, neste mandato – e nós todos aqui, de diferentes quadrantes, de diferentes pensamentos, consigamos todos encontrar aqui um rumo, uma solução, pelo menos para o nosso concelho e para as nossas freguesias, porque senão vamos andar aqui mais não sei quantos anos a discutir o mesmo problema.

Depois, uma última nota, também já foi falado aqui o projeto de Reflorestar Pombal, eu acrescentaria e propunha ao Município que neste Reflorestar Pombal, que se acrescentem as faixas de gestão de combustível que nós todos, enquanto freguesia e enquanto Município, estamos a investir, no fundo, para proteger as nossas aldeias e as nossas populações. Basicamente, seria o quê? Substituir aquelas espécies que os técnicos da área não querem ali – ou seja, o pinheiro bravo e o eucalipto – pelas tais espécies autóctones. Nós comemorámos há pouco tempo o Dia da Floresta Autóctone, e penso eu que é muito tranquilo e muito fácil, e as freguesias certamente serão o parceiro ideal para ajudar também os particulares naquelas faixas junto às habitações a optarem também por este tipo de plantação. No Município já há projetos-piloto, cedendo algumas espécies, havendo parcerias com empresas, conseguimos facilmente e sem grande custo – e percebo, depois vou falar também desta parte no Orçamento – conseguimos, sem grandes custos, fazer um projeto muito giro, e que Pombal continue a dar cartas nesta matéria, porque lembro aqui – e o Daniel falou há bocadinho – Leiria, que é só sede de distrito, só agora, em 2021, é que está a implementar as tais Unidades Locais de Proteção Civil. Pombal, como é óbvio – Porquê? Porque tivemos o incêndio de 2005, muito grande, que a partir daí fomos obrigados, todos, como freguesias, a organizar-nos e a montar os tais kits nas carrinhas, e a arranjar voluntários, que ainda hoje, a custo zero, nos defendem e defendem os nossos bens.

Muito obrigado, Senhor Presidente.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

É um ponto de ordem à Mesa, e um esclarecimento muito rápido.

O ponto de ordem à Mesa é só constatar que é possível fazer intervenções na generalidade neste ponto, o que não era expectável, mas reparo na novidade, em relação ao funcionamento da Assembleia Municipal. Realmente, podemos estender as intervenções na generalidade para a leitura da atividade do Senhor Presidente, é uma novidade que pode ser usada com alguma estratégia, e que eu não sei se deva aproveitar, a bem do espírito do Regimento, que penso que não era isso que previa, mas constato que, afinal, é possível, eventualmente para alguns.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Depois, acrescentava a questão do esclarecimento, porque fiquei com a dúvida se o que foi sugerido aqui era que nós deveríamos condicionar a nossa atividade de Oposição, de fiscalização e de proposta à Câmara Municipal pelos eventuais custos que dela possam advir. Fiquei bastante curioso, realmente não sabia que fazer perguntas à Câmara Municipal custava tanto, ao ponto de nós agora termos de renegar a democracia, e eventualmente nós não cumprirmos a nossa missão de fiscalização da Câmara Municipal.

Os requerimentos – eu tenho que responder, porque eles vão sendo mencionados amiúde – os requerimentos que nós fizemos foram quinze requerimentos, esperámos trinta dias pela resposta, só pelo auto de receção dos documentos, que não chegou, para muitos deles – dos quinze requerimentos, tivemos oito respostas, sendo que num em particular, e só para dar um exemplo, foi constatado que receberam, que ainda não têm resposta, e que deram resposta em devido tempo.

Estava a esclarecer o órgão e os demais Pombalenses que os nossos requerimentos foram perguntas feitas à Câmara Municipal, às quais a Câmara Municipal não deu auto de receção, em muitos deles, e isso seria o mínimo, dizendo que se houvesse alguma dificuldade, dariam resposta em devido tempo – trinta dias, dois meses, três meses, o que fosse. Isso seria o normal numa relação entre municípios e a Câmara Municipal. E essa decisão foi tomada por parte do Senhor Presidente da Câmara, dos serviços da Câmara, como entendeu. A verdade é que nós não tivemos resposta a muitos deles.

E em relação aos custos, acrescento aqui só, há alguns que têm a ver precisamente com custos que a Câmara Municipal assumiu a favor de determinados Pombalenses – em particular, chamo a atenção a um requerimento em concreto, sobre a taxa de extração de inertes, que nós não sabemos se está a ser cumprida, ou não, estamos a falar de 0,10€ por tonelada extraída no nosso concelho, sobre o qual nós não sabemos absolutamente nada, nem se estamos a arrecadar receita que é devida para o concelho. Perguntámos, a pergunta não ofende, penso eu, muito menos no espírito democrático que deve imperar nestas relações, e, no entanto, nós não temos resposta. Eventualmente, os custos que tanto atemorizam o Senhor Presidente da Junta das Meirinhas, eventualmente estariam mais do que cobertos, e eventualmente também o Orçamento ascenderia a outros valores, com outra possibilidade, e com muito menos restrições do que aquelas evocadas – e mal, falaremos disso mais à frente – pelo Senhor Presidente da Câmara.

Portanto, constato isto, agradeço, e fico à espera do esclarecimento, se devemos, ou não, condicionar a nossa atividade pelos eventuais custos que ela possa ter para a Câmara Municipal.

Muito obrigado.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado. Muito boa tarde. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente de Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas membros desta Assembleia Municipal, incluindo aqueles que no início da Assembleia nos faltaram ao respeito, a mim e aos membros da Assembleia Municipal, a este órgão, mas como dizia Jesus Cristo, “perdoai-lhes, porque eles não sabem o que fazem”, e neste caso, nem o que fazem, nem o que dizem, mas como esta é a primeira Assembleia Ordinária do mandato, ainda há esperança que ao longo do mesmo possam mudar de atitude.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E eu uso da palavra agora – era para o fazer no início, no período das intervenções na generalidade, mas decidi fazê-lo agora porque, efetivamente, o assunto que eu queria abordar, e que vem também na informação do Presidente, penso que na pág. 162, que respeita àquilo que também já foi aqui abordado por alguns elementos desta Assembleia Municipal, tem que ver com o problema da saúde do Concelho de Pombal. E eu queria abordar esse tema na presença dos elementos do Partido Socialista desta Assembleia, por isso é que não me inscrevi no período de antes da ordem do dia, porque é um tema, um assunto que deve mobilizar todos, deve mobilizar a sociedade, deve mobilizar a Câmara e a Assembleia Municipal. É um assunto que, mais uma vez, nos leva a concluir que o Governo Central – e neste caso, o Governo do Partido Socialista que nos governa há seis anos – tem sido negligente para o Concelho de Pombal e está na altura de fazer o teste do algodão à Bancada do Partido Socialista de Pombal, está na altura de perceber se, efetivamente, estão empenhados em fazer folclore – como aqui fizeram no início desta Assembleia Municipal – ou se estão empenhados em defender os interesses dos Pombalenses junto de quem de direito.

E portanto, o que eu queria sugerir nas intervenções na generalidade, e que me vejo obrigado a fazer aqui, atendendo à falta de respeito do Partido Socialista, é que esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, toda a Assembleia Municipal se mobilize, subscreva um documento onde exija ao Governo Central, onde exija a quem de direito que a população de Pombal, todos os Pombalenses tenham direito a médico de família e tenham direito a cuidados de saúde, aos mais elementares cuidados de saúde. Há várias populações, – como há pouco foi dito aqui pelo Fernando Matias – no Concelho, que não têm cuidados de saúde neste momento – Vila Cã, que é a minha freguesia, S. Simão de Litém, Albergaria dos Doze, Almagreira, uma série de freguesias que, neste momento, não têm médico de família, ou têm serviços de saúde deficitários. E portanto, eu penso que está na altura de o Concelho de Pombal, de a Assembleia Municipal, com todas as Bancadas envolvidas, se mobilizar e exigir ao Governo Central, venha ele a ser quem for – porque, efetivamente, vamos ter eleições legislativas a 30 de janeiro, e acho que é a altura ideal para comprometer quem vier a ser eleito, seja o Partido Socialista, seja o Partido Social Democrata, a resolver este problema do Concelho de Pombal.

E portanto, a proposta que eu faço aqui ao Partido Socialista, para demonstrar que efetivamente está preocupado com o Concelho de Pombal e com os interesses dos Pombalenses, é que subscreva, nos próximos dias, um documento onde denuncie aquilo que tem sido a falta deste Governo para com o Concelho de Pombal, e onde exija ao futuro Governo, seja ele qual for, que resolva este problema das populações em Pombal. E antes de terminar, deixem-me também dizer outra coisa: aquilo que o Senhor Deputado João Coelho aqui fez neste ponto, se efetivamente estivesse interessado em obter esclarecimentos da parte do Município, conforme têm dito nos últimos dias, tê-lo-iam feito no período das intervenções na generalidade, porque aquilo que ele fez aqui, as questões até pertinentes que aqui colocou – porque algumas delas são efetivamente pertinentes – se se tivesse efetivamente empenhado em obter uma resposta e ver esclarecida essa questão, teria feito isso no período das intervenções na generalidade. Não o fez porque, mais uma vez, optaram por fazer chicana política, optaram por fazer um circo, e optaram por, mais uma vez, não dignificar esta Assembleia, e desrespeitar todos nós que aqui estamos, e todos os Pombalenses.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Tenho dito.”

Leandro Siopa (PS):

“Senhor Presidente, eu não prescindo de dizer duas ou três coisas. Primeiro, para cumprimentar V. Exa., os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os colegas deputados – sem birras, sem nada, sem favas e sem brindes.

E quero dizer que o que eu tinha para dizer, não o vou dizer, porque o Partido Socialista é elevado. Em democracia, nós podemos dizer o que entendemos, e aqui é o espaço para dizer e fazer o que entendemos. E portanto, não vale a pena continuar com este “chiqueiro”, como diz ali o senhor, candidato a deputado da Assembleia da República. Aliás, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Senhor Presidente Paulo Mota Pinto, o colega e companheiro João Antunes dos Santos, e a Carla Mariza, porque em trinta candidaturas no Distrito de Leiria pelo PS e pelo PSD, estão os três nas listas. Portanto, felicidades a todos. O caro João Antunes dos Santos com certeza não vai conseguir, ficou cá para trás. E está aqui também a Lina Oliveira, do Bloco de Esquerda. Tenho terminado a minha intervenção.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Eu pedia que se cingissem, se fosse possível, ao ponto.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Efetivamente, a acusação que é feita ao Partido Socialista, de não querer intervir convenientemente no período de antes da ordem do dia, eu tenho que a devolver ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Isso está entregue, está esclarecido. Estava a esclarecer o Senhor Membro da Assembleia Municipal, João Antunes dos Santos, que a acusação que é feita, de não quereremos intervir, não colhe perante a Bancada do Partido Socialista, porque, efetivamente, essa responsabilidade não nos pertence, pertence à Mesa da Assembleia Municipal, quando faz uma interpretação completamente errada das nossas intenções, não questionando nem respondendo – porque, aliás, é essa a questão que originou toda a confusão inerente à não aceitação das nossas propostas e recomendações.

Acrescento apenas a nossa disponibilidade total para trabalhar com o Partido Social Democrata, essa disponibilidade que já foi reafirmada esta semana em conferência de imprensa, e que faremos durante todo o mandato, disponibilidade total para trabalhar com o Partido Social Democrata em qualquer solução para o desenvolvimento do concelho. Nunca nos negámos a isso – aliás, o facto de não haver essa colaboração recíproca por parte do Partido Social Democrata é que faz com que nós não possamos hoje estar aqui a discutir cinco propostas do Partido Socialista a favor dos Pombalenses. Portanto, nesse aspeto, encontrará sempre respaldo na nossa Bancada do Partido Socialista, da nossa estrutura local do Partido Socialista, assim a estrutura nacional do Partido Socialista tenha a mesma atitude – esperemos que sim – e eventualmente o Governo que será eleito a partir do dia 30, que eventualmente contará com a colaboração de muitos mais do que aqueles que nós esperamos, também consiga arranjar os meios para suprir a necessidade que afeta todos os Pombalenses, e que a nós também nos preocupa.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dito isto, gostava, ainda assim, que me esclarecessem se querem condicionar a atitude do Partido Socialista em função dos eventuais custos que a nossa atuação remete para a Câmara Municipal de Pombal, porque se assim for, temos que repensar todos o que estamos aqui a fazer, porque se é em função dos custos que estamos aqui a atuar, então eventualmente está aqui muita gente que não fala, e que eventualmente poderia representar alguma poupança de algum dinheiro para a democracia em Pombal. Espero que não seja o caso.

Muito obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Eu só uso da palavra para esclarecer que, quando estamos nas reuniões, convém falarmos, mas também convém ouvir, e convém ouvir adequadamente. Eu, na minha intervenção, como constará em ata, como está gravado, como está no Facebook, disse que a Câmara deve assumir os custos relativos a todos os pedidos de informação; agora, a Assembleia e os Pombalenses devem conhecer o custo que existe para processar a informação requerida. Longe de mim, eu, que até sou adepto a 100% da transparência, e que fiz dezenas de comunicações a todos os Partidos políticos dando informação, cercear o Partido Socialista. Nunca. Agora, que há um custo, há, e que deve ser um custo conhecido, sim, deve ser conhecido.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Ora, muito boa tarde a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas de Assembleia, digníssimo público, dignísimos técnicos.

Eu apenas gostaria de intervir aqui porque ouvi dois Presidentes de Junta falar sobre um assunto que a mim me diz respeito, enquanto fui Presidente de Junta, e que hoje é um assunto candente, que tem a ver exatamente com a saúde. Foi o Humberto, e foi aqui o Matias.

O Matias referiu todos os Centros de Saúde, exceto as Unidades de Saúde Familiar. As Unidades de Saúde Familiar no concelho são as únicas estruturas de saúde que estão a funcionar. E enquanto politicamente houver uma vontade, ou um receio de enfrentar as populações, no sentido de as convencer de que há que criar Unidades de Saúde Familiar, que é para esse futuro que está programado o desenvolvimento da assistência de saúde em Portugal, cujas unidades que já estão montadas demonstram que são as únicas que estão a funcionar bem, há que haver essa coragem política, porque nós podemos andar aqui todos a carpir que o Governo Central não dá dinheiro, que as coisas não acontecem, que os médicos não aparecem – em todas as atividades profissionais, as pessoas só não aparecem quando não têm condições profissionais para lá estar, ou quando têm melhores condições. Portanto, nós temos que ser pragmáticos e temos que ser honestos nas conclusões a que chegamos.

Portanto, temos que fazer aqui um trabalho interno, porque, reparem, a mim custou-me a reeleição a Unidade de Saúde Familiar na Guia, porque a população estava toda indignada com as UCSP que acabaram. Custou-me. Agora, foi um custo de percurso? Foi um custo de percurso.

Eu só quero referir que há que ter esta coragem de enfrentar os problemas pela sua real razão, e não andarmos aqui à volta das razões para ver se conseguimos resolver uma coisa que acaba por ser irresolúvel.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também queria só aqui dar uma nota aos senhores do PS, que eu não acho que nós começámos mal, acho que começámos menos bem. E fazia aqui um apelo aos senhores para que, da próxima vez, tivessem uma atitude um bocadinho mais pacífica, porque nós contamos convosco todos, contamos com todos desta Assembleia, para levarmos esta campanha para a frente, e este mandato para a frente. Portanto, no futuro, gostaríamos que tivessem uma outra atitude, um bocadinho mais calma, e assim vos consideraremos, acho eu.

Muito obrigado.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Há pouco, no período de antes da ordem do dia, apresentei os cumprimentos também aos membros da Assembleia Municipal ausentes. Como agora já estão todos aqui, quero diretamente apresentar-lhes os cumprimentos, e dizer que todos são úteis na política, a política é debate, por vezes acalorado, mas é isso mesmo.

Mas, fiquei também com uma dúvida, depois da intervenção do João Coelho: não sei se terei que pedir, ou requerer, ao Senhor Presidente da Mesa para ler o Regimento, e a forma, ou os prazos, para apresentação dos requerimentos que apresentaram, e também quanto aos deveres. Parece-me que vamos ter que ter uma aula, provavelmente o Senhor Presidente terá que dar uma aula de direito, um dia destes – gratuita, provavelmente – e terá que ler com atenção, pedir, segundo o método da maiêutica, que os restantes membros da Assembleia reflitam sobre o sentido do texto, sobre prazos, nomeadamente, e também quanto a deveres, porque eu, há pouco, pensei que estaria, quando ouvi o João Coelho a falar, pensei: caramba, temos aqui uma pessoa mais “kafkiana” que Franz Kafka em “O Processo”, tal é a confusão, ou a imprecisão dos destinos e dos objetivos. É que, por um lado, censurava os membros desta Assembleia, que estariam agora no período da informação a tratar de assuntos que pertenciam ao período de antes da ordem do dia; porém, em contradição, veio ele próprio dar a justificação que não deu no período de antes da ordem do dia por ter fugido aos seus deveres que estão consagrados no Regimento.

Peço, então, que cada um saiba, de uma forma nobre e digna, exercer a sua atividade política, os seus deveres, os seus compromissos que assumiu perante o eleitorado Pombalense. É, no fundo, para além do respeito por todos os que aqui estamos, o respeito pelos Pombalenses.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Eu não registo mais inscrições nesta fase, penso que talvez possamos passar ao ponto seguinte, aqui não há nenhuma deliberação a tomar.

Queria só, sobre os pontos seguintes, dizer o seguinte: em primeiro lugar, queria propor que todos os pontos que sejam aprovados, sejam considerados aprovados por minuta – ou seja, para imediata execução, o que já fizemos também para a ata, para não termos de estar à espera da ata para eles verdadeiramente poderem ser executados. E se houver objeções quanto a este ponto, peço que me digam, mas penso que é prática usual nas Assembleias Municipais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em segundo lugar, queria propor à Assembleia Municipal uma alteração na ordem da discussão – ou seja, no ordenamento da discussão e votação dos seguintes pontos: há aqui seis pontos que têm a ver com tributos, que têm a ver com impostos e com taxas, e realmente, sob o ponto de vista lógico, parece que faz sentido que eles sejam discutidos antes do Orçamento. Portanto, propunha que nós discutíssemos e votássemos primeiro os Pontos n.º 2.6 a 2.11, tal como é possível – o que não é possível é preterir a ordem de trabalhos, mas é possível alterar a ordem da discussão de pontos, e tal como, aliás, foi sugerido numa dessas mensagens em que se perguntava se haveria agendamento autónomo, por um membro da Assembleia Municipal do Partido Socialista, o membro João Coelho.

Eu não vou aqui prolongar o incidente que foi referido, não é do interesse de ninguém, não é seguramente do interesse dos Pombalenses, nem vou sequer dar aqui uma aula sobre a teoria da interpretação de requerimentos, sobre se se deve adotar uma orientação subjetivista – isto é, se as declarações e os e-mails devem ser interpretados segundo a vontade de quem os escreve, ou segundo o entendimento de quem os recebe, e se é o entendimento de um declaratório e de um destinatário normal, colocado na posição do real declaratório, como prevê o Código Civil, não vou aprofundar isso. Já esclareci, até já li aqui partes dos requerimentos, para mostrar que não houve nenhum requerimento anterior ao de 14 de dezembro, mas penso que este assunto deve, a bem dos nossos trabalhos, ser considerado encerrado. É do bom senso também, embora esse seja, como se sabe, um critério muito incerto.

Portanto, o que eu sugeria era simplesmente – e o que eu gostava de perguntar, de pôr à discussão e à votação, é se alguém se quer pronunciar sobre a inversão, sobre esta alteração da ordem. Portanto, do Ponto n.º 2.6 ao Ponto n.º 2.11, esses pontos seriam discutidos e votados antes dos Pontos n.º 2.2 a 2.4. Esta é a proposta da Mesa.

Eu pergunto se alguém quer usar da palavra sobre isto. Esta proposta foi também feita, sob a forma de pergunta, num e-mail que foi recebido em 10 de dezembro pela Mesa. Não foi formalizada, digamos assim, uma vez que foi uma mera pergunta, mas é uma proposta que foi feita nessa altura, ou uma pergunta que foi feita pelo Grupo do Partido Socialista.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Queria só constatar que V. Exa. recebeu um e-mail de dia 10 de dezembro com a nossa sugestão, ficamos agradados que essa sugestão tenha sido atendida – para esclarecer, perguntávamos se era prudente estarmos a votar a assunção de despesa, ou eventual receita com implicações orçamentais, depois de o Orçamento estar aprovado. Constatato que esse e-mail foi recebido. Mas, também constato que é a única maneira de nós termos o auto de receção desse e-mail, onde também constava a nossa intenção de agendamento das nossas propostas e recomendações.

Realmente, o assunto está terminado, mas lamento que tenha que ser por forma indireta que nós finalmente percebamos que os e-mails estão a chegar. Era só isso que eu queria constatar. Fico agradado que haja alguma normalização dos trabalhos, no sentido de agendar aquilo que, depois, tem implicação orçamental antes do próprio Orçamento. Mas, é pena que nós tenhamos que passar por este calvário, estar aqui tantas horas, para



MUNICÍPIO DE POMBAL

finalmente termos uma resposta a uma pergunta tão simples: receberam ou não receberam as nossas propostas e recomendações? Constatámos agora que sim.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Deputado, eu vou responder-lhe diretamente, antes de dar a palavra. Eu presumo sempre que as pessoas estão de boa fé, e que são competentes, diligentes, é uma presunção ilidível – muitas vezes é contrariada.

Eu vou ler o seu e-mail – que eu nunca disse que não foi recebido. É um e-mail que enviou, e que diz assim:

“Tenho duas questões para as quais pedia esclarecimento. A primeira já foi colocada anteriormente: as cinco recomendações e propostas que apresentámos merecerão ir a discussão em pontos próprios?”

Isto é um requerimento?

“Temos que condicionar o nosso tempo no PAOD para que sejam conhecidas e debatidas?”

Isto é um requerimento? É a minha pergunta. Requerer é solicitar, como está no art.º 33.º, por escrito, que sejam agendadas autonomamente. Não foi isso que o senhor fez, e portanto, dizer que é, é má fé, é querer enganar os destinatários. Eu presumo que não está de má fé, presumo que foi uma questão de negligência, de falta de diligência.

Depois, a segunda questão é a hipótese de alterar a ordem, para que os pontos com implicações orçamentais fossem votados antes de o Orçamento ser aprovado, e essa sugestão foi agora mesmo acolhida, como eu acabei por dizer. Acho que podia pelo menos congratular-se por ter sido acolhida, porque é uma proposta que faz sentido, como eu comecei por dizer. E não sei se a maioria na Assembleia acolherá, ou não, essa proposta.

Tenho uma inscrição do membro da Assembleia Municipal, Renato Guardado. Por favor.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, é muito breve a minha intervenção, é só para registar a falta de cultura democrática que o deputado João Coelho e que a Bancada do PS nos demonstram, fazendo um número para a imprensa, para a comunicação social, de sair da sala, furtando-se ao debate, com medo daquilo que os membros da Assembleia possam dizer sobre a sua interpretação errónea do Regimento. E a demonstração da não vontade de discutir não é consentânea com o que fazem a seguir, porque voltam novamente à sala, e depois de as pessoas terem feito as suas intervenções, exatamente expondo os assuntos, e debatendo exatamente este assunto, voltam à sala, e de forma artilosa tentam sempre colocar o assunto, para que não possam ter feedback.”

Pois bem, vai continuar sempre a ter, e pedia-lhe uma coisa: se o assunto está mesmo encerrado, que esteja mesmo encerrado, que não estejamos sempre com habilidades, porque num e-mail que tinha também outra coisa escrita, também estava escrito que pedi para agendar os pontos, isso é uma habilidade. João, se saís da sala para não discutir, se não queres ouvir aquilo que os outros têm a dizer, pois então furta-te à discussão. Já que queres os holofotes de teres a ausência da sala, pois bem, também terás que ter a paciência de não discutir o assunto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E sobre isto, só reforçar uma coisa, porque não estavas presente, e não estavam presentes: aquilo que sugeri, e que sai reforçado agora pela oportunidade que o Professor Paulo Mota Pinto nos deu ao ler o e-mail, reforço o convite ao pedido de desculpas que tu, em nome da Bancada do PS, faças ao Professor Paulo Mota Pinto, pela forma presunçosa e intelectualmente superior, com presunção de superioridade, que faças esse pedido de desculpa pelo erro que cometeram, e pela forma de tentarem embrulhar toda esta Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, nesta grande discussão, que são os quinze pontos, as duas dúzias, ou a meia dúzia das propostas do PS, que o assunto em concreto nem vos interessou discutir, porque se foram embora. À dúzia é mais barato.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhores Deputados, eu peço desculpa, mas eu queria só solicitar o seguinte: quando algum membro da Assembleia Municipal quiser incluir algum ponto na ordem, requeira-o, formule a vontade, solicitando a inscrição. E portanto, se o fizerem, a Mesa inscreverá isso, nada mais.”

Pedia que déssemos por encerrado este incidente, não tem nada a ver com o interesse dos Pombalenses. Nós estamos aqui para discutir questões importantes – parece que não, mas estamos aqui para discutir questões importantes – temos, a seguir, o Orçamento, as taxas, os tributos, os impostos, peço que passemos à frente.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto: podemos inverter a ordem de votação e de discussão – como, aliás, pediu o Grupo do Partido Socialista?”

A alteração à ordem de discussão e votação dos pontos 2.6 a 2.11 foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado João Pimpão dos Santos.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos primeiro aos Pontos n.º 2.6 a 2.11. Pergunto, embora sejam votados separadamente, se há objeção a que eles possam ser objeto de discussão conjunta. Não quero cortar o tempo; se alguém quiser usar o tempo correspondente aos seis pontos, sim senhor, terá o tempo que corresponde aos seis pontos, seis vezes cinco e seis vezes três, tudo bem. Mas, a matéria poderá ser abordada conjuntamente. Não sei se me estou a fazer entender, não estou a limitar o tempo, podem usar o tempo dos seis pontos, seis vezes cinco, ou seis vezes três, mas poderão ser discutidos conjuntamente, apenas por uma questão de não estar a separar, por exemplo, aqui a discussão da Taxa Municipal de Direitos de Passagem com a discussão da percentagem do IRS, é normal que estas coisas tenham implicações conjuntas – como, aliás, de certa forma estava pressuposto até no requerimento do Partido Socialista – e portanto, que possam ser discutidas conjuntamente. Essa é a minha proposta, que a discussão possa ser feita conjuntamente, mas com o tempo correspondente aos seis pontos.”

Leandro Siopa (PS):

“Senhor Presidente, eu julgo que posso falar em nome do Partido Socialista, nós preferíamos que cada um dos pontos fosse discutido separadamente, até porque depois



MUNICÍPIO DE POMBAL

se torna mais fácil haver algum pensamento alternativo. Penso que seja mais adequado para o funcionamento da Assembleia.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“A minha opinião é que isso não é o que mais facilita o funcionamento dos trabalhos, mas é assim que está na ordem de trabalhos. E portanto, eu penso que devemos, então, aceder a este pedido. Vamos manter a ordem de trabalhos, e vamos fazer uma intervenção sobre cada ponto, sobre cada tributo, sobre cada taxa. Não é, a meu ver, a forma mais eficiente de discussão, mas para a próxima vez, se for o caso, serão agendados conjuntamente – uma vez que se trata da alteração da ordem de trabalhos, e poderia ser argumentado que estaríamos aqui a alterar sem o acordo de uma parte da Assembleia.

Então, vamos passar ao Ponto n.º 2.6”

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2021.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que informou o seguinte:

“Nestes pontos, com a sua permissão, ia passar a palavra à Senhora Vice-presidente com o pelouro da Divisão Administrativa e Financeira, não sem antes dizer que todas estas taxas, que correspondem à política fiscal municipal para o próximo ano, correspondem também à assunção de um princípio de responsabilidade social, que está subjacente àquilo que é a nossa missão autárquica, e também aos princípios do rigor, da prudência e da cautela, que também estão subjacentes, depois, aos documentos previsionais que apresentamos a esta Assembleia Municipal.

Mas, com a sua permissão, passava a palavra à Senhora Vice-presidente para apresentar cada um dos pontos, individualmente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O Ponto n.º 2.6 é sobre o IMI em geral, mas o Ponto n.º 2.7 é sobre o IMI sobre imóveis degradados e o Ponto n.º 2.8 é sobre o IMI sobre imóveis abandonados. Peço que não trate, nem dos degradados, nem dos abandonados, que isso é a seguir.”

Isabel Marto (Vice-presidente da Câmara Municipal):

“Certo. Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Presidente da Câmara, Senhores Deputados. Um especial cumprimento, visto que é a minha primeira sessão neste tipo de Assembleia, e fico satisfeita por poder exercer esta função.

Antes de enquadrar o Ponto n.º 2.6, sobre o IMI, queria só dizer que, de forma geral, nós mantivemos as taxas que já existiam em mandatos e anos anteriores, por dois motivos: primeiro, porque há aqui um princípio de sustentabilidade financeira das contas do Município, que nós queremos garantir a entrada de alguma receita que pode comprometer os compromissos e a execução operacional das nossas responsabilidades ao longo do mandato, mas, por outro lado, sabemos e temos plena consciência de que há necessidade de uma retoma económica e de ajudar a nossa sociedade a voltar ao seu



MUNICÍPIO DE POMBAL

crescimento económico, pelo que há necessidade de um esforço da nossa parte. E por isso mantivemos estas taxas.

Relativamente ao Ponto n.º 2.6, e ao Imposto Municipal sobre Imóveis, então, a nossa proposta tem a ver com aplicar a taxa mínima permitida por Lei e para todos os proprietários, de 0,3%. E referir que esta taxa vai acabar por corresponder a uma perda de receita de cerca de 3.380.000,00 € para o ano todo.

E para complementar, lembrar – não é uma proposta, mas lembrar que o regulamento da atribuição de benefícios fiscais do Município de Pombal já prevê uma redução suplementar, em função do número de dependentes, para o IMI aplicado às famílias, de 20,00 €, 40,00 € ou 70,00 €, consoante um, dois, ou três ou mais dependentes. Obrigada.”

Leandro Siopa (PS):

“Mais uma vez, muito boa tarde. Eu peço desculpa àqueles a quem não cumprimentei inicialmente, penso que não fiz bem, aos Senhores Deputados, aos funcionários da Câmara, e às pessoas que estão aqui a ver-nos, e àqueles que estão lá em casa a ouvir, as minhas desculpas, fica agora o reforço do cumprimento, e os votos, naturalmente, de um feliz natal e de um próspero ano novo.

Bom, nós apenas queremos referir que a taxa está no mínimo, Senhor Presidente, é normal estar no mínimo. Recordar que a receita aumentou para 8.805.975,31 € quando, em 2019 – pré-Covid – era de apenas 7.847.000,00 €. Ou seja, há aqui um aumento de receita de IMI e de IMT de 958.000,00 €, sensivelmente, quando o benefício é de apenas 133.000,00 €. Nós sabemos que o regulamento – como disse, e bem, a Senhora Vereadora – o regulamento é até de maio deste ano, o regulamento até é justo, é justo porque beneficia as famílias cujo valor patrimonial dos seus imóveis é mais baixo, acaba por beneficiar essas – outros Municípios preferem ter reduções percentuais, e aprovadas em Assembleia Municipal. Este, de facto, parece-nos justo.

Mas, deixamos esta nota, para que se olhe para o futuro, porque se a recuperação económica continuar, e a receita aumentar, poder-se-á olhar para estas reduções, como disse, de 20,00 €, 40,00 € e 70,00 €, que possam ser efetivamente melhores.

Todavia, não temos nada a apontar, está no mínimo, o Concelho de Pombal, nesse aspeto, não se comporta como outros, que aproveitam outras taxas. Mas, deixamos esta nota, são 958.000,00 € que o Município arrecada, e só devolve 133.000,00 €. Talvez seja – e perdoem-me reiterar – talvez seja melhor, no futuro, olharmos para este regulamento, e provavelmente podermos ter outros benefícios para os municípios.

Muito obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, o IMI está no mínimo, e graças a Deus que o valor do VPT do Concelho de Pombal tem aumentado, é sinal de que tem havido mais construção, tem havido novos imóveis, tem havido avaliação de novos imóveis, e entra para o VPT um novo valor. Por isso é que existe o aumento da receita.

No entanto, eu gostava – e falo a nível pessoal – que, considerando os desafios da sustentabilidade e da diminuição da pegada carbónica, que o Município possa, no futuro, ter um fator diferenciador, em sede de IMI, para as casas cuja classe energética mude, por exemplo, de E para B, ou de C para A, porque o aumento da eficiência energética das casas também é uma diminuição da pegada carbónica, e acho que é um exemplo que



MUNICÍPIO DE POMBAL

nós poderíamos dar à população, e acho que isso também poderá acrescentar e ser uma mais valia para o nosso concelho.”

Submetido o Ponto n.º 2.6, sobre a fixação da taxa do IMI relativa a 2021 a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, relativa ao ano de 2021.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara**, que prestou o seguinte esclarecimento:

“Relativamente aos prédios urbanos degradados, a proposta é idêntica à do ano passado, majorar o IMI em 30%. E relativamente aos prédios degradados na ARU, da zona central da cidade de Pombal, poder haver uma majoração para o triplo para os imóveis classificados como devolutos.

Portanto, esta medida claramente é para tentar incentivar à boa utilização dos espaços e dos solos, e impedir impactos negativos no desenvolvimento de toda a comunidade.”

Leandro Siopa (PS):

“Desta vez, a nossa posição é divergente – aliás, porque em democracia é assim que acontece, uns têm uma opinião, o Renato Guardado tem uma opinião, o Dr. José Gomes Fernandes tem outra, aqui e nas redes sociais, e nós, aqui neste espaço, que é o sítio onde o povo se manifesta, teremos outra.

Ora bem, o Partido Socialista entende que elevar ao triplo a majoração, que é uma decisão que efetivamente acontece, e já acontecia no passado, não é inevitável. Eu refiro aqui que são apenas cinquenta e oito autarquias – eu refiro-me ao ano de 2020, são os dados que eu tenho – foram apenas cinquenta e oito autarquias que aumentaram, que usaram esta norma que está no Código do IMI, foram apenas cerca de 18%. Portanto, em trezentos e oito Municípios, só cinquenta e oito autarquias o fizeram.

É verdade que aqui à volta, Figueira da Foz, Leiria, Ourém, usam desta norma, mas Pombal está aqui a colocar-se ao mesmo nível, por exemplo, de concelhos como Alandroal, Avis, Nordeste e Constância, por exemplo – e são só alguns exemplos – e Lisboa também, e Leiria – ao passo que, por exemplo, concelhos dos quais Pombal quer efetivamente estar próximo, concelhos a que se quer comparar, como a Marinha Grande, Alcobaça, Peniche e Caldas da Rainha, esses Municípios, que também são afetados pelo abandono, não têm esta majoração.

Portanto, entendemos que a majoração se compreende, mas não deve ser uma penitência para os proprietários, porque na maioria dos casos dos proprietários que terão que pagar este acréscimo de IMI, isto acontece porque se viram forçados a abandonar o nosso território.

Portanto, é neste aspeto que o Partido Socialista se quer centrar: Pombal está a equiparar-se a outros Municípios muito mais pequenos. Deixamos o repto para que, no ano que vem, não se pense – não é que seja uma atitude persecutória, mas que se pense mais à frente, e que não se majore tanto este IMI.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Muito obrigado.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

Ora, eu queria, neste ponto, fazer uma intervenção, na sequência da intervenção que o companheiro Leandro Siopa aqui fez, que, se calhar, pode ajudar a mudar o sentido de voto que manifestou, por parte da sua Bancada – e da sua parte também, naturalmente. É que, se eu bem entendo – e corrijam-me se estiver errado – a proposta que o Município aqui traz não é de aumentar para o triplo, é de aumentar 30%; o triplo seria aumentar 300%. E aí, concordo, seria manifestamente exagerado. Como a proposta é de aumentar em 30%, eu julgo que aquilo que o Leandro aqui nos apresentou está cumprido. E portanto, o sentido de voto que aqui manifestou, de votar contra, poderá ser favorável, porque são apenas 30%, o que significa, traduzindo para euros, que um imóvel degradado no centro histórico que tenha um IMI a dever ao Município de 100€, pagará 130€; se fosse o triplo, pagaria 300€.

E sobre isto, também dizer uma coisa: esta classificação de imóvel degradado, se a pessoa tiver, de facto, vontade de resolver o assunto, a partir do momento em que é feito e iniciado o processo de legalização da obra, de licenciamento de uma obra de alteração, a partir desse momento, esta majoração não é aplicada. E portanto, o facto de o imóvel ser identificado como tal não significa que a pessoa tenha que o pagar; significa que a pessoa tem que se mexer, o que acho que é bom para o concelho, e é bom para resolver o nosso património.

Portanto, acho que isto pode ajudar a mudar o sentido de voto. aguardo também alguma coerência na forma daquilo que é expressado.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

“Muito obrigado. Pergunto se há mais intervenções. Pretende voltar a usar da palavra? Leandro Siopa.”

Leandro Siopa (PS):

“Bom, a Senhora Vereadora é que falou do triplo, penso que consta em ata, talvez se tenha enganado. Eu vou ver com cuidado o Código de IMI, e se for preciso, no final, nós discutimos o assunto. Mas, penso que consta em ata, a Senhora Vereadora é que talvez se tenha equivocado, e disse “o triplo”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. Podemos avançar? Há mais intervenções sobre este ponto? Pretende usar outra vez da palavra?”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Art.º 112.º, até 30%, está no Código de IMI.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto 2.7 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos contra dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Oeste Independente.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre



MUNICÍPIO DE POMBAL

Imóveis aplicável a prédios rústicos em situação de abandono, relativa ao ano de 2021.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara**, que prestou o seguinte esclarecimento:

“Relativamente aos prédios rústicos, também se mantém a situação, uma majoração em 100% para os prédios rústicos, sendo que o valor base é muito baixo, e portanto, isto corresponde mais a uma medida de chamada de atenção para os proprietários dos prédios, mais do que realmente uma penalização. Mas, achamos que Porquestões de valores e de sinal para a comunidade, é importante dizermos que estes tipos de situações têm que ser corrigidas.”

Leandro Siopa (PS):

“Mais uma vez, muito obrigado, Senhor Presidente.

Em relação aqui a este assunto, nós sabemos todos que a taxa de IMI é, de facto, muito baixa, são 0,8%. Discutir-se-á o facto de poderem eventualmente estes prédios, alguns deles até pagarem, isso é uma questão talvez de doutrina, ou ideológica até, mas o Partido Socialista quer recordar aqui que o Concelho de Pombal, desde junho, está abrangido pelo sistema de informação cadastral simplificada. E portanto, a partir de agora, provavelmente vamos saber – o Município e os cidadãos – onde é que se encontram os prédios de quem. E portanto, vai-se tornar naturalmente mais fácil encontrar o proprietário do prédio que não faz as limpezas.

Sublinhamos aqui desde já, não queremos, e também não achamos que o Município vá utilizar esse mecanismo de forma a penitenciar aqueles proprietários. É isso que nós esperamos, que, efetivamente, isso não aconteça, porque assim como acontece com os prédios urbanos, os prédios rústicos, os terrenos, são abandonados porque as pessoas se ausentam, são abandonados porque as pessoas ficam mais velhas, são abandonados porque as pessoas não têm dali qualquer rendimento predial, é por causa disso. E não acreditamos que seja o Município, ou não entendemos que seja o Município que vá penitenciar, ou que vá aumentar os impostos a estas pessoas, sobretudo porque elas são as mais desprotegidas.

Portanto, era isto que queríamos dizer, para já.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Sobre este tema, só queria perguntar se já foi feito algum estudo sobre o real efeito do agravamento destas taxas, relativamente às limpezas nas propriedades. É porque tirando o único efeito, que é dar mais uns tostões às freguesias – porque o IMI Rústico vai para as freguesias – eu não percebo, com estes valores, que são quase insipientes, o que é que se consegue. Porque, reparem, a limpeza de um terreno ultrapassa em muitas vezes aquilo que custa o acréscimo do IMI.

Portanto, eu não sei qual seria – sinceramente, não tenho essa solução, mas acho que se deveria pensar nela – qual seria a solução ideal para se conseguir o que efetivamente se pretende, que é a limpeza dos terrenos.

Deixo esta sugestão a todos.

Muito obrigado.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Apenas complementar a opinião do colega de Assembleia Municipal, Manuel Serra, alertando eventualmente para alguma discricionariedade na atribuição do catálogo de “abandonado”. Efetivamente, estamos a falar de proprietários com bastante idade, eventualmente, com menores recursos económicos, ou que nem estão presentes no país tampouco, e portanto, não conseguem monitorizar o desenvolvimento do terreno. E isto é apenas mais uma complicação para um processo que já é de difícil aceitação social, convenhamos, que já tem uma implicação de relação com as autoridades de fiscalização por parte da GNR, que nem sempre é fácil, e acrescer mais um motivo de discórdia com a Câmara Municipal, entendemos que não é o melhor caminho para a resolução que pensamos que, a título colaborativo, poderá ser feita mais rapidamente, para que o território não seja abandonado como tem sido.

E portanto, acho que é possível a Câmara Municipal ter uma atitude diferente do que começar pela atribuição de uma taxa a mais, e eventualmente ser mais proativa no contacto com a população, no acompanhamento com a população da situação de desenvolvimento dos seus terrenos – ou dos seus prédios, como dizem os entendidos – para que não se chegue a uma situação de abandono consecutiva – porque muitas vezes se trabalha para maio, e para responder às autoridades, e depois, ao longo do ano, o terreno vai continuando a estar abandonado, depois de uma primeira limpeza, e isso deve ser feito com algum acompanhamento, com alguma monitorização, talvez não só da Câmara Municipal, mas também da Câmara Municipal.

E portanto, deixamos essa preocupação, crescendo, naturalmente, à nossa posição contra esta taxa que aqui é trazida à Assembleia Municipal para ser aprovada.

Muito obrigado.”

Henrique Mota (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, só para referir que os Pontos n.º 2.6, 2.7 e 2.8, são só no sentido de nós votarmos a favor, ou não, de darmos um mecanismo à Câmara Municipal de Pombal, no sentido de inscrever no seu Orçamento a possibilidade, neste caso, da majoração pelo abandono dos prédios rústicos. Ou seja, nós não estamos a discutir qual a política da Câmara no sentido de intervenção nesse mesmo abandono.

Portanto, eu acho que é da mais elementar justiça que possamos pelo menos dar essa competência, essa atribuição ao Município, de em determinadas circunstâncias, efetivamente estabelecidas, se o quiser fazer, pelo menos ter um mecanismo para o fazer, e não votarmos contra para, em situações limite, se o quisesse fazer, não o poderia fazer, porque teria sido chumbada esta mesma proposta.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“No seguimento das palavras do meu colega Henrique Mota, venho apenas acrescentar que alguma coisa tem de ser feita, e a Câmara deve fazer alguma coisa. Estamos a atribuir-lhe hoje os mecanismos para que o faça, mas deve fazer porque o país não pode ser votado ao abandono. É feio termos um país abandonado, cheio de mato, com fogos florestais, e edifícios urbanos abandonados também, da mesma forma, como se o país estivesse todo em ruínas. Lembro-me, por exemplo, ali do Convento de Seiça, que fica ali ao lado, um monumento extraordinário que está em ruínas, por exemplo. Nós não podemos dar a imagem, e não devemos deixar fazer isso, passar a imagem de que o país está em ruínas, ou de que o país está abandonado, que está desleixado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E por isso, eu acho que a Câmara deve ter os mecanismos necessários para poder seguir essa política, e impor deveres também aos proprietários, porque também os têm.

Por outro lado, eu registo aqui, com alguma surpresa, que o Partido Socialista local – ou pelo menos os membros da Assembleia Municipal – afinal, é mais liberal do que o próprio Partido Socialista nacional – aliás, bastante liberais quanto aos impostos, porque, como sabemos, são os impostos que servem a política fiscal, a política laboral também, e também a burocracia, que serve para fomentar o investimento – ou dificultar o investimento. E também sabemos que a política fiscal por vezes leva também à ruína de famílias e de empresários, que tudo arriscam, e veem-se desapossados de tudo o que tinham, sem direito a subsídio de desemprego. E portanto, vemos todos essas injustiças, por vezes a Autoridade Tributária a executar os contribuintes, porque não têm possibilidades de satisfazer as suas obrigações.

Registo, então, com agrado que o Partido Socialista local, sobretudo na Assembleia Municipal, está a tornar-se bastante liberal, pelo que só posso pensar que será por oportunismo político e demagogia, ou populismo, ou então estão a ser mesmo liberais. Gostava também de registar esta nota.

Obrigado.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente, muito obrigado.

Aproveito para fazer uma pergunta, estamos a falar de terrenos abandonados – se for para falarmos de prédios abandonados, temos um simbólico, emblemático, em Pombal, e naturalmente, não é por falta de cuidado das pessoas que ele não está em devido uso. Estamos a falar dos terrenos em situação de abandono, muitos deles ao longo do nosso território, e que, pelo que sei, eles têm que ser comunicados à Autoridade Tributária até 31 de março de 2022, para que esta taxa possa ter ação.

E portanto, logo por aí, eu penso que pela dificuldade que a Câmara tem em identificá-los, logo por aí este mecanismo torna-se inócuo na sua intenção. Acho que é importante corrigir algum engano por parte do Senhor Deputado Henrique Mota, na ideia de que isto não constitui um mecanismo de ação da Câmara e da política da Câmara para a gestão do território. Naturalmente que constitui – tanto mais que o seu colega José Gomes Fernandes assim o identificou, e a Senhora Vereadora Isabel Marto também o fez. Isto, objetivamente, é uma intenção da Câmara de fazer com que os proprietários tenham uma determinada ação. Carece de confirmação é se isto vai ter esse efeito – a nossa convicção é que não, e portanto, é criar mais uma taxa, e mais um empecilho na enorme máquina fiscal, que nós hoje concordamos que em muito ultrapassa a necessidade do país, e que a Câmara Municipal não tem necessidade de acrescentar mais um mecanismo de atrofio a uma relação com os proprietários que, em si, já é difícil, por conta de estarmos a tratar de um imóvel que é muito mais um custo do que um benefício para quem o tem.

E portanto, nesse sentido, recomendamos à Câmara Municipal que não embarque nesta ideia – ou nesta ilusão, se me permitem – de que através de mais uma taxa vão resolver um problema, quando, na verdade, é muito mais fácil não ir com a taxa falar com o proprietário, e encontrar uma solução em conjunto, e com outros institutos, para que a situação se resolva.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, fica essa menção de que, realmente, nós não precisamos de ser, nem liberais, nem mais conservadores, ou mais estatistas, simplesmente precisamos de ser práticos para resolver os problemas.

Muito obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, isto é um imposto que impacta diretamente com as freguesias, e todas as Juntas de Freguesia, em sede de audiência preliminar a esta decisão, deram o seu voto favorável.

Mas, Senhor Presidente, permita-me que diga que é com pena que vejo este disfarce de discussão, porque estamos a falar de prédios rústicos abandonados, terrenos abandonados, terrenos agrícolas abandonados, cuja competência de promover e desenvolver a agricultura no nosso território não é da Câmara; é do Estado Central. A agricultura em Pombal, com zonas de regadio boas, está votada ao abandono, não há da parte do Estado Central um verdadeiro interesse em recuperar a agricultura a nível nacional. E vêm para aqui agora os meninos do Partido Socialista de Pombal dizer “coitadinhos”, e não sei quê. Estamos a falar de cinco cêntimos, ou de dez cêntimos. O que interessa é a diretiva que se está a dar, que é que todo o proprietário tem os seus direitos e os seus deveres, e o dever da limpeza é um dever que assiste ao proprietário. Simples.

Agora, não venham cá disfarçar o que não é disfarçável.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Está limitado a duas intervenções por ponto, o Regimento é claro nesse aspeto, eu não posso deixar nenhum orador falar mais do que duas vezes. Lamento, não houve nenhuma ofensa à honra. Eu sei que há pessoas cuja honra é ofendida por qualquer referência, mas não é nesse sentido que é usada a defesa da honra, lamento. Se houver alguma ofensa, ou alguma coisa que possa ser interpretada como ofensa, evidentemente que a Mesa dará a palavra para isso. Aqui, não é o caso. Há limites para a distorção dos conceitos regimentais.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu não era para intervir, mas tendo em conta o meu conhecimento, acho que deixava aqui uma proposta, porque esta é a realidade, por exemplo, dos campos de arroz. Há cinquenta anos, ninguém desprezaria um terreno que tivesse cem metros de comprimento por dez de largura, mesmo sabendo que ao passar a ceifeira, depois viria dar outra volta para cortar um metro de largura. Não é rentável. Daí, falarmos todos no emparcelamento – emparcelamento, que no tempo em que havia trezentos ou quinhentos agricultores na zona do Campo Velho e Marnoto, hoje resume-se a quatro grandes agricultores que cultivam as terras alugadas.

É preciso também deixar que as pessoas que têm experiência possam dar a sua ideia, porque, às vezes, isto não acontece. E aquilo que eu peço é o respeito desta Assembleia, porque merece isso mesmo, e eu estou a falar muito propriamente pelo conhecimento.

Se não houver uma forma de pressionar aqueles que nem estão cá, que estão longe – que estão em França, que estão em Lisboa, onde quer que estejam – a dizer assim: muito bem, isto está a dar-me prejuízo, então vou deixar o meu espaço de terreno e vou ceder a um madeireiro, porque o madeireiro compra a madeira, fica com o terreno e cultiva-



MUNICÍPIO DE POMBAL

o. Portanto, criar grandes propriedades, que criam rentabilidade para a agricultura, será uma mais valia, ou para a floresta, porque as Juntas de Freguesia e o Município gastam milhares e milhares de euros a abrir caminhos florestais, a tratar de terrenos, para com mais qualidade servir todos os agricultores, e afinal de contas sabemos que o Município nem sabe onde é que mora o A ou o B, para poder chamá-lo à atenção que não pode ter aquele terreno abandonado. E depois, a GNR diz para irem falar com o Presidente de Junta.

Portanto, o que eu queria dizer é que passa por esta inovação, passa por as pessoas perceberem que se não fazem nada com este bocadinho de terreno, o melhor é cedê-lo ao vizinho, ou a um madeireiro que possa cultivar grandes áreas, para torná-las rentáveis, e aí sim, podermos ter, realmente, o desenvolvimento da floresta, como da agricultura, e um conjunto de fatores.

Então, não fazemos nada? O facto de o Município atribuir desta forma poderá pressionar as pessoas para dizerem que isto não vale a pena, não têm este terreno a fazer nada, e quem está longe perceber que o seu terreno que tem, tem que fazer alguma coisa dele. Se não o limpa, tem que o ceder a outra pessoa que o pode limpar.

Muito obrigado.”

Carla Pereira (PS):

“É simples, é só para dizer que cada um determina a sua defesa da honra, e chamar-nos “meninos”, não achamos que seja, de todo, uma coisa bem vista por um membro da Assembleia Municipal. Na Bancada do PS, nós não somos meninos; na Bancada do PS, nós somos pessoas, e gente adulta. Temos, de facto, meninos em casa, mas aqui não. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu entendi essa intervenção como sendo uma interpelação à Mesa, e não uma intervenção sobre o assunto que está em discussão. E a Mesa, sempre que houver alguma intervenção que possa ser ofensiva da honra, e que não seja um mero pretexto para defraudar a norma do Regimento que diz que será o máximo de duas vezes em cada assunto que cada pessoa poderá utilizar a palavra, dará sempre a palavra. Não é o caso, uma vez que não houve a mínima ofensa da honra na intervenção, por qualquer pessoa. Realmente, não detetei isso, lamento, mas não vejo como possa haver ofensa da honra nisso, e não pode haver a utilização dessa figura para defraudar este limite. É essa a minha explicação, e não tenho a sua interpretação, segundo a qual cada um determina a ofensa da honra. Se alguém discorda da outra pessoa, “estou muito ofendido, e portanto, quero falar cinco vezes”. Não é assim que é usada aqui a defesa da honra, é preciso que haja alguma referência pessoal.

Podemos avançar? Há mais alguma intervenção?

Senhora Vereadora Isabel Marto, por favor.”

Isabel Marto (Vice-presidente da Câmara Municipal):

“Querida só esclarecer e responder que, de facto, de momento não temos nenhum estudo que nos permita dizer qual é o impacto desta medida, mas tomámos nota, e vamos, ao longo do ano, monitorizar, a partir deste momento, qual pode ser esse impacto.

Querida dizer que se, realmente, algum proprietário, Porquestões sociais, não pode exercer o seu dever, com certeza que este Executivo não o irá penalizar, como em qualquer outra área – na área da água, da habitação, em várias áreas. As situações



MUNICÍPIO DE POMBAL

sociais são sempre tidas em conta, e com certeza que não será por aí que iremos aplicar, ou penalizar essas situações. E queria ainda reforçar que, neste caso, a nossa primeira preocupação tem a ver com os prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono. Portanto, aqui está uma questão de proteção, de segurança de toda a comunidade, e não podemos deixar passar estas situações. Obviamente que sabemos – e como disse, e muito bem, há pessoas envelhecidas, mas também como já foi referido aqui por outro deputado, tem que se encontrar uma solução, por forma a que, se esse proprietário não é capaz de dar resposta, terá que se encontrar solução para a resposta ser dada.

E portanto, o facto de haver uma majoração aprovada nesta Assembleia Municipal também vai dar mais força a quem for bater à porta desses proprietários, porque não será só a voz daquele individuo que, por preocupação individual foi bater à porta, mas sim, está a representar a voz de toda a comunidade, que através desta majoração, toda a comunidade está a dizer que não se podem deixar passar estas situações.

Obrigada.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto 2.8 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos contra dos membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Oeste Independente.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o lançamento da Derrama sobre o lucro tributável do IRC do período de 2021, a cobrar no ano de 2022.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Vice-presidente da Câmara, que prestou o seguinte esclarecimento:

“Relembrar aqui que também o regulamento municipal já prevê a isenção de pagamento a empresas com volume de negócio até 150.000,00 €, e às empresas que se instalem em Pombal nos últimos dois anos, e que criem três postos de trabalho.

Estamos a falar, para as restantes empresas, em manter a taxa de 1% sobre a Derrama, o que irá corresponder a uma perda fiscal de cerca de 641.000,00 €.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Pergunto se alguém pretende usar da palavra sobre este ponto, inscrições para o Ponto n.º 2.9. Não há inscrições? Então, pergunto se podemos votar.

Colocado o ponto 2.9 a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2022.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra à **Senhora Vice-presidente da Câmara**, que prestou o seguinte esclarecimento:

“É muito rápido. A taxa também é a taxa máxima permitida, de 0,25% para as empresas que oferecem redes e serviços de comunicação acessíveis ao público, e que utilizam o espaço e as infraestruturas do Município.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigado. Pergunto se alguém pretende usar da palavra sobre este ponto – está em discussão o Ponto n.º 2.10.”

Leandro Siopa (PS):

“Bom, até agora, das vezes em que intervimos, nunca anunciei o nosso sentido de voto, mas anunciamos agora. Para este, é a favor.

Todavia, queremos dizer aqui algumas coisas em relação a isto. Esta taxa que é devida pelos direitos de passagem, de atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público merece a nossa aprovação na taxa máxima.

Queremos aproveitar a oportunidade para dizer ao Senhor Presidente de Câmara e aos Senhores Vereadores que tenhamos atenção, porque Pombal é, efetivamente, um concelho muito grande – como dizia o anterior Presidente de Câmara, um Município com o tamanho da Ilha da Madeira – e com poucos mais de seiscentos lugares, é preciso recordar que nenhum destes lugares pode ficar prejudicado por eventualmente estas empresas estarem a pagar uma taxa máxima. É preciso recordar que há lugares, como por exemplo, Gaiteiro, na Freguesia de Abiul, ou os Alhais, que distam até bastantes quilómetros, que não podem ser prejudicados, e devem ter acesso a estas redes, até porque se impõe agora, numa sociedade digital, que todos os lugares tenham acesso a internet.

E portanto, este ponto merece, da nossa parte, o voto a favor, mas deixamos esta nota, para que não deixemos para trás nenhum dos seiscentos lugares que Pombal tem, são muitos, o território é muito disperso – ainda há pouco, eu ouvia o Senhor Presidente da Junta das Meirinhas a falar de território, quando ele quisser conhecer o território de Pombal, pode ir comigo, e posso-lhe apresentar como é que é o território aqui em Pombal, toda esta floresta por aí abandonada, e lugares abandonados, que não devem ficar abandonados, sobretudo nestas questões da tecnologia.”

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou o ponto 2.10 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS para o ano de 2022.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra à **Vice-presidente da Câmara**



MUNICÍPIO DE POMBAL

“A proposta é manter a taxa de 2,5%, em vez de 5% - que é a taxa máxima permitida – com o intuito de aumentar o poder de compra das famílias, o que corresponde a uma perda de cerca de 873.000,00 € para o Município.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto quem pretende usar da palavra sobre este ponto.”

Leandro Siopa (PS):

“Mais uma vez, Pombal é, efetivamente, um concelho com problemas demográficos. Todos nós sabemos, as pessoas têm abandonado – aliás, diminuímos, nos últimos Censos, consideravelmente a nossa população, o que teve consequências até aqui no número de mandatos – tem uma taxa de crescimento natural negativa, temos a taxa de envelhecimento mais alta do Pinhal Litoral, e estamos a perder população.

Portanto, tendo em conta estas questões, nós, no Partido Socialista, entendemos que haveria condições para devolver mais rendimentos às famílias.

É só isto que tenho para dizer, para já.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Congratulo-me bastante com esta posição do Partido Socialista em Pombal, é pena que a nível nacional o Partido Socialista não ouça o Partido Socialista de Pombal, e o Partido Socialista de Pombal não tenha o peso que, a nível nacional, poderia fazer, para que o Estado pudesse devolver 50% do IRS a todos os portugueses, que acho que era uma coisa extraordinária, e aliviar-nos desta pesada carga fiscal, a carga fiscal maior de sempre.

Ao Senhor Deputado Leandro Siopa, tenho muito gosto, eu gosto de passear. O meu amigo, quando souber onde é a Grécia, vamos lá os dois.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

A nossa Bancada defende a capacidade da Câmara de fazer uma restituição do valor do IRS acima daquela que está prevista por este Orçamento, e neste ponto em particular, porque, efetivamente, a Câmara tem essa possibilidade. Naturalmente, é dentro de um princípio de responsabilidade orçamental, fiscal, que deve imperar na gestão das organizações, sejam elas públicas ou privadas, partilhamos desse princípio. Mas, na verdade, a Câmara Municipal, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara – e antecipo já todo o raciocínio elaborado pelo Senhor Presidente da Câmara na defesa do indefensável na questão do Orçamento – a Câmara Municipal, é dito, tem capacidade de financiamento – depende de como encararmos, há quem diga que é endividamento, eu entendo que é investimento. E, efetivamente, a Câmara Municipal tinha possibilidade – e está constatado nos números – de ir até um financiamento de 45.000.000,00 €, não o usando em absoluto, porque estamos a falar de um valor que nem a 1.500.000,00 € chega, teria essa possibilidade.

Nós, inclusive, fizemos uma proposta no sentido de utilização deste valor em concreto, do IRS, o valor que é gerado pelos rendimentos e pelas poupanças das famílias em Pombal, que fosse restituído aos Pombalenses para uso no comércio local. Entendemos que é possível usar de forma mais produtiva, a favor de uma recuperação do tecido económico do concelho, em período de recuperação de pandemia, este valor, seria importante que os Pombalenses percebessem esse sinal, e seria importante que as pessoas que ponderam entre vir morar para Pombal, ou ir morar, por exemplo, para



MUNICÍPIO DE POMBAL

Leiria, que fizessem essa identificação como um potencial foco de decisão positiva, para vir morar para o nosso concelho.

Entendemos que isso está ao alcance – não estamos a falar de sugestões irresponsáveis, como aquela que foi feita pelo meu antecessor de intervenção, mas sim de algo dentro da responsabilidade da gestão orçamental da Câmara, que compreendemos, e portanto, está ao alcance. Se a Câmara entendesse que isto era um investimento, estava perfeitamente ao alcance da Câmara restituir algum deste valor, a totalidade deste valor, poderíamos discutir isso, naturalmente, neste princípio de cooperação que já aqui foi pedido ao Partido Socialista, podíamos identificar qual é que seria a restituição possível, para que não houvesse constrangimentos orçamentais e para que os Pombalenses entendessem que a Câmara Municipal está verdadeiramente ao seu lado na recuperação de uma dificuldade imposta pela pandemia, para além das festas e dos bolos. É importante perceber que também aqui foram feitas algumas escolhas, foram feitas escolhas para priorizar um tipo de intervenção, que é uma intervenção que nós não entendemos que seja estrutural, é uma intervenção que é muito mais para uma imagem de dinâmica diferente dentro do concelho, que na verdade, depois, não se consubstancia na melhoria das condições de vida das pessoas. Depois das festas e depois dos bolos, as pessoas que têm dinheiro continuarão a tê-lo, e as pessoas que têm menos, eventualmente passam a ter muito menos em comparação com as primeiras.

E nesse sentido, entendemos que é possível para a Câmara Municipal ir muito mais além. Era essa a nossa proposta.

Muito obrigado.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Aqui ao lado, em Leiria, consta que a comparticipação no IRS é de 5%, a taxa, em Leiria. Em Pombal é 2,5%. Mas, em Leiria, é um Município Socialista, em Pombal é um Município do PSD. E portanto, daí a diferença.

Eu gostaria de ver também o Partido Socialista a defender a redução das taxas no Orçamento Geral do Estado, as taxas do IRS que são fixadas no art.º 68.º do CIRS, do Código do IRS, podia fazer um papel, o PS de Pombal, que está tão liberal – é o que eu tenho que dizer, tenho que registar, está mesmo liberal, isto é para se dizer, reforço a minha ideia, que tinha há pouco, o PS de Pombal, nestas questões, virou liberal, mas a nível nacional, onde as altas taxas que engordam o “monstro” que é o Estado, e cada vez mais alimentam aquele “monstro” que tudo come, parece que o Partido Socialista está desatento e não vê que também se repercute na população de Pombal, mais do que estes 2,5%. É apenas uma comparticipação de 2,5%, apenas isto. Mas, nós temos taxas, e temos o IRS.

Aliás, quero dizer que é por causa dessas taxas, é por causa da política fiscal – que ainda há pouco também vi abordagens deste assunto pelo PS, de forma não séria – é por causa desta política fiscal do Governo Central que nós temos muitos dos emigrantes que tinham regressado ao Concelho de Pombal, e tinham fixado aqui residência, pelo menos no seu cartão de cidadão, voltarem a adotar uma residência no estrangeiro, porque têm mais benefícios fiscais. Apenas para os residentes não habituais, os que residiram fora do país a partir de 2015, ou estrangeiros, é que, de facto, o regime é compensatório, para os chamar ao país. Mas, para os que cá residiam, e que foram emigrantes, e que toda a vida



MUNICÍPIO DE POMBAL

trabalharam no estrangeiro, e estando a pagar impostos em Portugal, foram declarar a sua residência no estrangeiro, muitos deles a residir em Portugal.

Portanto, a redução da população não é só decorrente da baixa natalidade e dos cidadãos que decidem ir trabalhar para outro local; é também por causa desta fixação de residência, devido às taxas do IRS. É preciso também que se saiba. Aliás, as taxas de impostos, como sabemos, é isso que promove o investimento, ou não – nós temos, por exemplo, uma taxa de IRC de 21%, e, se calhar, se os empresários forem à Irlanda, ou à Holanda, têm mais condições, legislação laboral mais estável, política fiscal mais estável, têm mais confiança para poder investir.

E portanto, nós temos, de facto, um “monstro” que é o Estado, a política socialista que, de facto, está a tornar-nos um pouco como a Venezuela, em que todos, coitados, dependem dos subsídios, do “super bigode” – aliás, é uma animação que passa na televisão, o “Senhor Super Bigode”, que é o Presidente da Venezuela, e nós, um dia destes, vamos ter cá também o “Super Labial”.

Obrigado.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Bem, sobre este tema que aqui falamos, da fixação da participação no IRS para o ano de 2022, vou só sublinhar aquilo que muitos, antes de mais, ao intervirem, fizeram, que é sublinhar este esforço e esta despesa fiscal do Município para, abdicando de impostos, e continuando a fazer tudo o que tem que fazer, todas as suas obrigações, e todos aqueles sonhos que nós, Pombalenses, temos – e vamos ver, a seguir, na discussão do Orçamento, de onde é que se retiraria dinheiro para mais despesa fiscal, para além destes 2,5%.

E sobre isto, só uma pergunta, porque neste ponto, aqui o meu companheiro João Coelho falava da proposta que o PS tinha relativamente a este assunto, e eu não consegui compreender – evidentemente por incapacidade minha – como é que é possível, ou como é que pretendem montar uma situação em que esta cobrança do IRS, esta participação no IRS do Município de Pombal, é aplicada no comércio local – ou seja, é aplicada para as pessoas comprarem no comércio local. Dos exercícios que consiga aqui fazer, consigo imaginar o Município cobrar à mesma o IRS e fazer vales, e entregar às pessoas. Mas, então, a cobrança deve ser feita, para ser devolvida, ou não?

A outra hipótese, não a perceciono. Mas, é muito interessante discutir, porque eu gostava de perceber. Eu peço desculpa, estamos, de facto, a falar do IRS, da participação, e foi referido que essa participação deveria ser entregue no comércio local. Se é parecido, ou não, com uma proposta, pouco me importa, eu não vejo é a aplicabilidade disso, prática, não vejo como é que isso funcionaria, a não ser, de facto, a cobrança e devolução num registo de vales. Mas, então, significaria que a cobrança deve ser feita, exatamente para a razão para a qual servem os impostos, para poder atribuir justiça à política – ou seja, retirar a quem tem mais capacidade para poder entregar a quem tem menos capacidade, ou para tentar cumprir algum objetivo político que o Município tenha para desenvolver, e para isso precisa de dinheiro.

E portanto, sublinho só a total incoerência de não cobrar imposto, mas simultaneamente querer ter o recurso económico para poder fazer política.

Eu sei que, há pouco, ficaram muito indignados com o termo que o meu companheiro João Pimpão utilizou, não vou utilizar o termo “meninos”, mas, se calhar, “preguiçosos”



MUNICÍPIO DE POMBAL

posso utilizar, porque, de facto, a construção das propostas exige um bocadinho mais de ponderação.

Muito obrigado.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Infelizmente, confesso a minha incapacidade e impotência.

Senhor Presidente, o ponto em questão não nos remete para a política nacional; o que estamos a fazer é política local, em função dos cenários que são trazidos pela política nacional. Convém recordar – eventualmente para aqueles que estão mais ocupados com a determinação de quem é que são os jacobinos dentro do PSD – que há um Orçamento que não foi aprovado, e que previa mais escalões do IRS, precisamente num princípio de mais justiça fiscal para todos os portugueses. Mas, não interessa, porque a política fiscal para o território é igual para todo o território.

Dentro destas condicionantes que vêm de Lisboa, nós temos de agir num princípio de competição entre territórios – neste caso, entre concelhos. Se nós não começarmos pelo início, que é constatar que Pombal perde população a uma velocidade superior – e repito, a uma velocidade superior – aos concelhos que nos circundam, e aos concelhos do Distrito de Leiria, e aos concelhos do interior de Leiria, em concreto, nós não conseguimos perceber o buraco em que estamos.

E portanto, eu pedia que houvesse alguma seriedade na discussão, não só nos termos, mas também na substância, para encontrarmos um ponto de partida em que todos nós percebamos que aquilo que nos trouxe até aqui – já fizemos a campanha, já constatámos todos as diferenças de postura, mas, efetivamente, houve um erro de governação que trouxe até Pombal uma condicionante superior do que aquela que tem acontecido noutros concelhos que nos circundam, e noutros concelhos do país. Daí eu voltar à questão da política fiscal, como princípio de comparação da nossa atuação em relação aos demais concelhos – e repito, nós temos que correr atrás do prejuízo, se a Câmara Municipal tem dinheiro – atenção, faço esta ressalva também, e convinha que, por algum respeito pelo esforço dos pombalenses, passássemos a dizer que a Câmara não prescinde do dinheiro, mas não arrecada esse dinheiro, porque o dinheiro que tem, a capacidade financeira que tem, foi-lhe entregue e foi empregue em função dos impostos cobrados aos pombalenses. Os 45.000.000,00 € de capacidade de endividamento, ou de financiamento, que a Câmara tem para fazer investimento, para além dos 53.000.000,00 € que estão no Orçamento, pertencem aos pombalenses. E portanto, não vamos estar a iludir as pessoas, a dizer que prescindimos de 5.000.000,00 €, como é dito – repito – dizendo que esse dinheiro... Peço desculpa, Senhor Presidente da Câmara, mas não é verdade, V. Exas. não podem prescindir daquilo que ainda não receberam, a verdade é essa. V. Exas. têm essa possibilidade, de fazer uma escolha de Orçamento, e uma escolha fiscal, V. Exas. fizeram uma escolha fiscal, dentro do vosso poder, que foi atribuído pela votação, respeitamos profundamente isso; agora, não vamos iludir os Pombalenses, dizendo que esse dinheiro não lhes pertence. Efetivamente, esse dinheiro pertence-lhes.

É nossa convicção que, criada esta bolsa financeira ao longo de muitos anos de impostos dos Pombalenses e, reconhecamos, boa gestão financeira por parte do PSD em alguns pontos, neste momento, podemos fazer uma política fiscal mais ativa, mais vigorosa, mais



MUNICÍPIO DE POMBAL

ambiciosa – aqui, sim – para trazer portugueses para Pombal, para trazer emigrantes para Pombal, e não para outras partes do território, quando eles assim o decidam. Portanto, não vamos confundir as pessoas, que é isso que acho que é importante fazermos, acima de tudo, independentemente das diferenças. Muito obrigado.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, pedi a palavra só para esclarecer aqui uma coisa, porque quem estiver em casa a acompanhar esta sessão, e tiver iniciado só agora a visualização da mesma, vai ficar a achar que estamos aqui a discutir uma proposta do Município, em que o Município vai penalizar, vai aumentar a carga fiscal sobre os pombalenses, vai arrecadar dinheiro, vai pedir mais aos Pombalenses. Não, nada disso. Quem tem feito isso nos últimos anos é o Partido Socialista no Governo. Nós, em Pombal, simplesmente estamos a aplicar a Lei – a Lei diz que o Município pode ficar com 5% do IRS que é pago pelos contribuintes, e o Município propõe à Assembleia ficar somente com 2,5%. Prescinde, efetivamente, de 2,5%. Julgo que o significado de “prescindir” é isso mesmo, deixa de receber, deixa de arrecadar 2,5%, são 2,5% que as famílias deixam de pagar, e que fica, efetivamente, no orçamento das famílias.

Agora, não percebo como é que o Senhor Deputado João Coelho vem aqui tentar confundir isto tudo, para quem nos está a ouvir, como há pouco o Renato Guardado disse, e bem, falando de investimento no comércio local, de vales para o comércio local, isto é confundir, isto é querer atirar areia para os olhos das pessoas. O que está aqui em causa é: o Município pode prescindir até 5%, está a prescindir de 2,5%. Porquê? Porque há investimentos prioritários que ainda devem ser feitos no concelho, e que estão a ser feitos no concelho, e que têm de ser feitos – muitos deles que deviam ser da responsabilidade do Estado Central, mas, mais uma vez, lá estão as autarquias a fazer aquilo que o Estado Central não faz.

E respondendo também a uma questão que, há pouco, o Renato Guardado colocou ao João Coelho, e que este não respondeu, o Renato perguntou como é que essa receita iria ser substituída em sede de Orçamento para 2022, o Senhor Deputado João Coelho disse, na primeira intervenção que fez – mas, passou um pouco entre as linhas – ele deu a solução, ele disse que a solução passaria por endividar o Município para poder devolver dinheiro aos munícipes.

Portanto, caro colega de Bancada, José Gomes Fernandes, eles podem parecer liberais, mas, lá no fundo, não deixam de ser socialistas.”

Colocada a proposta da Câmara sobre a fixação da percentagem de participação no IRS a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, propôs que se fizesse um intervalo de 15 minutos.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ora bem, vamos agora retomar a ordem de trabalhos e a sua ordem habitual, e vamos passar para os Pontos n.º 2.2, 2.3 e 2.4. Estes pontos costumam ser, segundo a praxe, tanto quanto dizem, apresentados e discutidos em conjunto. Mas, eu tenho primeiro o



MUNICÍPIO DE POMBAL

pedido da Câmara Municipal para que a apresentação do Orçamento seja feita inicialmente através de um filme, começando com a apresentação de um filme, e depois não sei se haverá alguma explicação.

A Mesa entende que deve autorizar isso, tendo em conta que está em causa um documento tão importante como o Orçamento, que é só uma vez por ano aprovado.”

Ponto n.º 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o ano de 2022 e Plano Orçamental Plurianual 2023/2026 e respetivos anexos.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** pediu aos serviços que criassem as condições para passar o filme, cuja reprodução se seguiu de imediato.

No final deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentar novamente os membros da Assembleia Municipal.

Eu vou fazer aqui uma introdução, e depois, na parte final, daria a palavra à Senhora Vice-presidente, para uma informação mais detalhada, relativamente a estes documentos.

Mas, queria dizer que, naturalmente, este ponto é um dos pontos nevrálgicos da discussão de hoje, porque é nestes documentos que estão concretizados aquilo que são os nossos projetos para os próximos anos. Este é um Orçamento – e eu tenho que dizer isto – é um Orçamento responsável, é um Orçamento realista. E eu tenho ouvido aquilo que são as posições de algumas pessoas relativamente ao Orçamento, e gostava que entendessem que fazer um Orçamento com este grau de exigência, e perspetivando aquilo que é o nosso trabalho no futuro, o nosso trabalho coletivo, merecia outro tipo de análise, e outro tipo de ponderação. E naturalmente que fica depois, também, à disposição e à opinião de cada um dos Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Queria deixar aqui algumas notas. A primeira é que este é o Orçamento que aponta as metas políticas deste mandato, que está alinhado com os programas estratégicos a nível nacional e com os programas comunitários – pelo menos daquilo que nós conhecemos dos programas comunitários – e com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas para 2030. E portanto, tem este chapéu, este chapéu onde acolhe aquilo que são os nossos projetos em cada uma das áreas de intervenção comunitária.

E depois, queria partilhar convosco o contexto e as condicionantes da elaboração de um documento com esta envergadura.

Primeiro, no contexto, o respeito pelos Pombalenses. É aquilo que eles nos merecem, cada um de nós, que foi eleito com o voto dos cidadãos Pombalenses, merece que seja correspondido quando vamos preparar um Orçamento, quando vamos concretizar aquilo que foram os compromissos assumidos com cada um dos cidadãos que votou nos nossos programas – e digo “nossos programas”, e já digo Porquê, porque este é um Orçamento que não é um Orçamento de um Partido; este é o Orçamento de um concelho, onde estão vertidas as prioridades de todos aqueles que foram eleitos nas últimas eleições autárquicas – e já vou a esse ponto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Depois, temos menos receitas do Estado, e é interessante ouvir falar que, às vezes, importa falarmos do Estado, da Administração Central, para umas coisas, para outras matérias já não é tão importante, mas o que é certo é que temos menos 1.000.000,00 € de transferências da Administração Central para o nosso concelho. E naturalmente que isto tem implicação nos investimentos que viermos a fazer, nomeadamente em 2022.

Depois, a transferência de competências. A partir do dia 1 de abril de 2022, nós vamos ter que assumir competências na educação, na saúde, na ação social, e os valores que nós temos previstos receber para as responsabilidades que vamos passar a ter são manifestamente insuficientes. E isto significa que vamos ter que alocar dinheiro de outras rubricas, que agora temos previstas, para fazer face às responsabilidades que vamos ter no âmbito das novas competências que vamos assumir obrigatoriamente.

Depois, consequências económico-sociais da pandemia, consequências que hoje, ao dia de hoje, nós não conseguimos concretizar o grau daquilo que vão ser as consequências desta pandemia, em termos económicos, em termos sociais, nas famílias, nas empresas, na administração pública. E portanto, é com esta imprevisibilidade que nós estamos a elaborar este documento, com esta complexidade.

Depois, a transição de quadros de financiamento comunitário, estamos ainda a acabar o Portugal 2020, e temos obras, temos intervenções no terreno que vamos realizar até 2023, ainda no âmbito deste quadro comunitário, mas já estamos com o PRR com candidaturas onde temos que apresentar projetos, e temos que já antever o que vem no Portugal 2030, ainda sem sabermos em concreto quais é que são as grandes áreas que vão chegar aos Municípios, aos nossos territórios, no âmbito do Portugal 2030.

Depois, neste contexto, a crise da construção civil. Eu falo com os meus colegas autarcas, por todo o país, e todos estão alarmados com a crise da construção civil. Há falta de mão de obra, há falta de matéria prima, a matéria prima está em valores nunca antes vistos, e isso vai ter impacto nas empreitadas, nas obras, e naquilo que é a previsão de investimento que vamos ter nos próximos anos, e que tem impacto agora, a curto prazo.

Depois, a inexistência de Orçamento de Estado para 2022, a crise política criada a nível nacional faz com que hoje não saibamos, quando estamos a preparar um documento com esta complexidade, quais é que são as transferências que estão inscritas no Orçamento de Estado para o nosso Município. E isso cria também, do ponto de vista contabilístico e financeiro, algumas, muitas dificuldades, nomeadamente no que concerne às previsões com as despesas de pessoal.

Depois, por último, dentro deste contexto e condicionantes, o tempo record em que este Orçamento foi feito. É que nós tomámos posse há cerca de dois meses, e tivemos que pôr logo mãos à obra, reunimos com todos os Presidentes de Junta, com todos os representantes dos diversos Partidos, internamente reunimos com os serviços todos, e em tempo record conseguimos apresentar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano que vocês têm em vosso poder, e que podem atestar que, realmente, é demonstrativo de um trabalho extraordinário que foi feito internamente, e que merece também aqui esse reconhecimento.

Depois, este Orçamento é um Orçamento de futuro, que responde às prioridades do presente, e isto é muito importante. Quando cada um dos Senhores Membros da Assembleia Municipal estiver a votar, no final destes pontos, estes documentos, vai ter que pensar que está a dar aquilo que é o seu aval para o desenvolvimento económico-



MUNICÍPIO DE POMBAL

social do nosso concelho a médio e longo prazo. Não são documentos de vistas curtas, pelo contrário, as rubricas que estão inseridas neste Orçamento foram todas calculadas uma a uma, para nós criarmos condições para que no âmbito do Portugal 2030 e do PRR, as candidaturas que possam existir, possam ter imediatamente um projeto a dar entrada por parte do Município de Pombal, para corresponder àquele que é o nosso objetivo, de ter mais empresas, mais emprego e mais pessoas no nosso território.

É, naturalmente, um documento dinâmico e flexível, aberto a sugestões de melhoria, naturalmente. E a partir de fevereiro, nós vamos ter uma nova discussão em torno daquilo que há de ser também a integração – esperemos nós – de novos montantes financeiros para robustecer aquilo que é a nossa execução orçamental.

Depois, este é um Orçamento que respeita os compromissos assumidos, e isto, para mim, também é um ponto muito importante. Como eu vos disse, nós tomámos posse há dois meses, existem empreitadas a decorrer, existem compromissos assumidos com empresas, com instituições, e todos os compromissos que a Câmara Municipal de Pombal tem assumido vão ser concretizados. Isto, para mim, é muito importante, respeitar os compromissos assumidos, respeitar as expectativas das pessoas que contrataram com o Município de Pombal, e que esperam que esses investimentos sejam concretizados. E nós vamos respeitar cada um desses compromissos, porque o Município de Pombal é uma pessoa de bem, foi assim nas últimas décadas, e eu espero que continue a ser no futuro.

Depois, é um documento agregador e inclusivo. Nós quisemos ouvir genuinamente os nossos parceiros estratégicos, os Presidentes de Junta, e integrámos naquilo que é o nosso documento todas as prioridades elencadas pelos Presidentes de Junta de Freguesia, sabendo que o ritmo que nós podemos ter, relativamente à sua execução, vai depender da capacidade de financiamento e a capacidade financeira que tivermos para fazer face a esses desafios. E por isso é que, quando falamos das cargas fiscais, é interessante falarmos das cargas fiscais, mas é preciso dizer o que é que se vai deixar de fazer com menos dinheiro, isso é que é importante. É porque, normalmente, as pessoas querem mais investimento, e nós, o que fazemos, é alocar ao desenvolvimento integrado do nosso território tudo aquilo que temos de receitas, nomeadamente de receitas fiscais. Para além de integrarmos as prioridades de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, integrámos as prioridades, quer dos Vereadores do Partido Socialista, quer do representante do Grupo Oeste Independente, e integrámos essas prioridades porque estamos a caminhar para o mesmo sentido. Podemos divergir – podemos, e, se calhar, até devemos divergir – na forma, no caminho para chegar lá, mas as prioridades que nos foram elencadas nas nossas reuniões preparatórias estão vertidas neste documento. Podem sempre dizer – e antecipando aquilo que se pode dizer – que algumas rubricas podem estar com financiamento que não consideram que, para 2022, seja suficiente, ou rubricas em montante suficiente para fazer face a esses compromissos, também é verdade que podem dizer isso, mas também podem, sendo realistas, dizer que essas rubricas deviam ter X de financiamento superior, e retirava naquela rubrica, ou na outra. Isso também era importante, para nós percebermos quais é que são as reais prioridades – porque quando se faz um Orçamento – e um Orçamento é uma previsão de receitas e despesas – nós dizemos quais é que são as finalidades para as quais queremos alocar dinheiro, investimento, e temos que dizer que há outras temáticas que, apesar de nós considerarmos que são muito importantes – e se não fossem importantes, não estavam



MUNICÍPIO DE POMBAL

nos nossos documentos – mas que, se calhar, para o ano de 2022, ou no ano de 2023, podíamos alocar outro determinado montante de verbas. E fazer um Orçamento é isto mesmo, e nós escolhemos as prioridades. E, como sabem, assumir as prioridades, a primeira é assumir que vamos realizar os compromissos assumidos, porque somos uma pessoa de bem.

E portanto, este é um documento agregados e inclusivo – ouvimos e fizemos verter nos documentos as propostas que nos fizeram chegar. Se calhar, não fizemos todas, mas, no cômputo geral, estão cerca de 90% das propostas que nos fizeram, relativamente a algumas matérias.

Depois, este é um investimento nas condições básicas de vida. No saneamento básico, para o ano, vamos investir mais de 6.500.000,00 €, é muito dinheiro – vamos investir, em saneamento básico, mais de 6.500.000,00 €.

Para além disso, queremos continuar a industrializar Pombal, tornar Pombal um motor económico da nossa região. É por isso que vamos aumentar o Parque Industrial Manuel da Mota, vamos iniciar a requalificação da zona industrial da Formiga, vamos criar novas zonas industriais, vamos dinamizar – como já estamos a fazer – o Gabinete de Apoio ao Investidor e de Desenvolvimento Económico, vamos criar o Espaço Empresa, em parceria com o IAPMEI, tal como já está articulado e acordado com o próprio IAPMEI, e vamos criar o Guia do Investidor, e o Conselho Económico e Social.

Queremos continuar a colocar no centro da ação política as pessoas, e é por isso que, do ponto de vista social, vamos continuar com uma política ativa de apoio às pessoas, de inclusão social, e de ação social de proximidade, quer com a dinamização das Comissões Sociais de Freguesia, com a dinamização de um plano para o envelhecimento, no plano da igualdade e não discriminação, e outras iniciativas que vamos fazer nesta área.

Vamos continuar a apostar na inovação e na criatividade cultural, no apoio também ao associativismo cultural local, vamos continuar a promover a emancipação jovem – tivemos uma reunião super interessante do Conselho Municipal da Juventude, onde nos sentimos ainda mais motivados e mobilizados para trabalhar com o Conselho Municipal da Juventude, revitalizando-o, dando-lhe novas competências, uma maior dinâmica, e ajudar a concretizar projetos que vão no sentido de promover a emancipação jovem no nosso concelho.

Vamos continuar a colocar Pombal na rota do ensino superior, já temos um acordo para a residência de estudantes, estamos a trabalhar no projeto para o campus de ensino superior, estão lá verbas também já integradas no Orçamento para implementarmos esses projetos. Vamos continuar a apostar no desenvolvimento sustentável e nos desafios das alterações climáticas, fomentar a atividade física, a prática desportiva, apoiar os clubes, o movimento associativo desportivo – que no nosso concelho tem uma dinâmica verdadeiramente incrível, e que vamos continuar a apoiar – vamos ajudar a nossa comunidade a fazer aquilo que o Estado e que a Administração Central não faz, que é ajudar a reorganizar os cuidados de saúde primários, para tentar ajudar a resolver o problema das pessoas, e vamos empenhar-nos nesse trajeto.

Vamos continuar a tratar a educação como muito mais do que uma paixão, e por isso é que temos muitas verbas alocadas à educação. Vamos implementar o Plano Estratégico Educativo Municipal, vamos requalificar escolas, vamos continuar a investir nas pessoas, e aqui, nas crianças, nos jovens, desde as creches – que vamos apostar também



MUNICÍPIO DE POMBAL

no aumento da valência de creche, apesar de não ser uma competência da Câmara Municipal, nós vamos apoiar as nossas dinâmicas locais, para apoiar o aumento de vagas na valência de creche no nosso concelho, porque entendemos que é estratégico – aliás, até foi um ponto comum na campanha eleitoral. Mas, vamos fazer com que, em Pombal, nós tenhamos educação desde o pré-escolar, começando pela creche – que eu também considero que é muitíssimo importante no crescimento das nossas crianças e jovens – desde a creche e pré-escolar até ao ensino superior. E estamos a falar a dez, quinze, vinte anos. É isso que nos compete agora, é trabalhar para os nossos filhos, para os nossos netos, não é trabalhar com vistas curtas, para o próximo ano, porque só há um curso técnico superior profissional, então só deve ficar mais um. Não, nós queremos trabalhar para mais, nós queremos trabalhar para ter pós-graduações cá em Pombal, já temos acordos nesse sentido, nós queremos trabalhar para ter cursos de formação avançada cá em Pombal, estamos a trabalhar nesse sentido, fazer parcerias com outras instituições de ensino superior. Vamos tornar Pombal um território de inovação e de promoção do conhecimento, que começa desde tenra idade, e é isso que nós vamos continuar a fazer.

A mobilidade ativa e sustentável vai continuar a ser uma prioridade, incentivar o uso da bicicleta – hoje vamos aprovar o regulamento do PomBike – vamos alargar o PomBus também para fora da Freguesia de Pombal, retomar o turismo, valorizar as novas gerações, como eu já disse, para fixarmos talento em Pombal, e assumir uma relação de proximidade, e uma relação genuína de confiança. E quando eu digo “uma relação genuína de confiança” com as pessoas, é elas saberem com o que é que podem contar, é elas saberem que podem bater à porta de um Presidente de Junta de Freguesia, e que sabem que têm lá uma pessoa que lhes pode ajudar a resolver os problemas. É isso que eu também quero que aconteça com a Câmara Municipal de Pombal, eu quero que as pessoas saibam que podem falar com qualquer membro da Câmara Municipal de Pombal, e que vão ter uma resposta positiva para ajudar a resolver os seus problemas. E é por isso que nós vamos manter os roteiros de proximidade setoriais, estamos a fazer na educação, vamos fazer com as empresas, com outras instituições da nossa sociedade civil, vamos avançar com o regulamento do Provedor do Município, e vamos ter aqui visitas periódicas às freguesias, reuniões periódicas com os Presidentes de Junta, para mantermos esta relação genuína de proximidade com as pessoas.

E por último, queria deixar aqui duas notas finais, antes de passar aqui a palavra à Senhora Vice-presidente, para partilhar alguns detalhes.

A primeira é o ritmo de execução destes documentos, porque a mim também me preocupa muito isso – não me preocupa apenas verter aquilo que são as nossas intenções – e neste momento, isto é um plano de intenções, o Orçamento é um plano de intenções, algumas mais maduras do que outras, mas eu quero que isto se torne real nos próximos anos, eu quero que estas intenções que aqui estão vertidas nestes documentos sejam realidade. E o ritmo de implementação, ou de execução, de muitos destes projetos e investimentos que temos previstos vai também depender do ritmo com que for dinamizado o novo quadro de financiamento comunitário, tanto o PRR, como o Portugal 2030. Se for desburocratizado, se for mais simples, se for mais acessível, se em vez de anunciarem que tem muitos milhares de milhões de euros, e depois, na prática, ter poucos milhares de milhões de euros no todo nacional, e for alocado àquilo que são as prioridades que



MUNICÍPIO DE POMBAL

estão vertidas na proposta de acordo de parceria que foi tornada pública, e naquilo que são os documentos orientadores de ambos os programas comunitários – tanto o PRR, como o Portugal 2030, que estão alinhados com o nosso Orçamento – eu tenho a certeza de que vão ser uma ajuda enorme para nós conseguirmos ter financiamento disponível para alocarmos aquilo que há de ser o nosso dinamismo, de implementar esses projetos no terreno.

E uma segunda nota, um agradecimento que eu tenho que deixar a todos os colaboradores do Município de Pombal, e digo isso porque sinto aquilo que estou a dizer. No último mês, mês e meio, para chegarmos ao ponto em que estamos hoje, antes do natal termos o documento com tempo, os Senhores Membros da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores sem pelouros, tiveram conhecimento destes documentos, que são complexos, com tempo de antecedência para se poderem debruçar, para poderem dar a vossa opinião. Os documentos, nós colocámo-nos sempre à disposição, nós e os técnicos do Município, para esclarecimentos que sejam necessários, e houve aqui um trabalho extraordinário por parte de muitas pessoas que fazem parte da Câmara, que são colaboradores da Câmara, e também são vossos colaboradores, e que merecem esse destaque pela positiva, nomeadamente o Joaquim Alberto, que é o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, e que foi incansável, noite após noite – porque foram muitas noites a trabalhar para nós restringirmos os prazos todos, limitarmos os prazos todos, para respeitar, depois, a entrega na reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, e para estarmos aqui hoje, este documento já teve que estar preparado há umas semanas, para vocês perceberem o grau de complexidade de todo este exercício. E para todos os colaboradores da Câmara Municipal de Pombal, que são eles que também vão ajudar a implementar estes documentos, é muito importante isto, são nossos parceiros – os nossos colaboradores são nossos parceiros.

Queria deixar essa nota de agradecimento, assim como a todos os Senhores Vereadores, incluindo os Vereadores sem pelouros, pelos contributos que deram também para este documento. E permitam-me que destaque aqui a nossa “Ministra das Finanças”, a Isabel Marto, porque foi ela que esteve nas reuniões todas, e foi ela que esteve a articular com os serviços todos os pormenores de preparação destes documentos, e que eu queria também aqui, mais uma vez – já o fiz em sede de reunião de Câmara, faço-o aqui em sede de Assembleia Municipal – agradecer a proatividade e a capacidade de articulação da Senhora Vice-presidente.

E, Senhor Presidente, se me permite, passava, então, a palavra à Senhora Vice-presidente, para uma informação mais detalhada sobre o Orçamento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhora Vice-presidente, se quiser complementar estes esclarecimentos, esta apresentação dos documentos do Ponto n.º 2.2.”

Isabel Marto (Vice-presidente da Câmara Municipal):

“Agradeço.

Só aqui focar mais um ou outro detalhe que me parece importante para a discussão. Relativamente à planificação financeira plurianual, teve aqui, para além do racional que tentámos apresentar através do vídeo, que era garantir, efetivamente, haver um mínimo de investimento em todas as áreas-chave para fixação das novas gerações e, por outro lado, contribuir para reduzir as desigualdades entre freguesias, nomeadamente no



MUNICÍPIO DE POMBAL

acesso às infraestruturas. Houve aqui a preocupação de haver um equilíbrio entre o investimento material e imaterial, porque a história do nosso país, de forma geral – e também tenho alguma experiência nesta questão do acompanhamento de investimentos, através de fundos comunitários – tem muito a ver com criarmos infraestruturas que, depois, são vazias, ficam vazias ou pouco utilizadas, e que acabam por ser um desperdício. E portanto, tem que haver aqui um equilíbrio: estarmos preocupados em irmos investindo em infraestruturas físicas, mas também investir na dinamização, através de atividades e de estímulos junto da comunidade, para que essas infraestruturas sejam rentabilizadas e sejam utilizadas.

Portanto, se calhar, um investimento através do PPI em bens materiais pode ser mais reduzido porque não quisemos comprometer o investimento em atividades imateriais, em recursos humanos, que vão fazer com que estes investimentos valham a pena.

Depois, também esclarecer aqui o que é para nós um Orçamento realista – o Senhor Presidente focou esse ponto – isso significa que na planificação da execução financeira, esta tem por objetivo refletir o ciclo de produção real dos investimentos. Podíamos chegar aqui e dizer que vamos investir muitos milhões rapidamente em muitas áreas; isso, na prática, em termos operacionais, não seria exequível. E qual era o problema de fazermos isso? Primeiro, não estávamos a ser transparentes; depois, este exercício orçamental consiste em cabimentar e reservar, pôr de lado determinadas verbas para aquele fim, e portanto, iríamos “empatar” – entre aspas – dinheiro que, depois, os próprios serviços teriam noção de ter verbas reduzidas noutras áreas importantes quando, na realidade, não era preciso pôr esse dinheiro todo de lado, porque, por exemplo, para fazer um investimento numa zona industrial, é preciso primeiro fazer uma identificação correta e rigorosa das áreas, fazer negociações com proprietários, adquirir terrenos, e fazer estudos de impacto ambiental. Portanto, o investimento efetivo para criação de infraestruturas não virá no próximo ano, com certeza, é muito difícil isso acontecer.

E portanto, reflète aqui uma execução real, e o objetivo também é, depois, que os nossos serviços possam, de forma muito mais ágil, perceber os recursos que têm à sua disposição e contribuir para a sua rápida implementação.

Obviamente, como nós já dissemos, depois vamos ter que ser ágeis, preparámos e abrimos todos os projetos, foram mapeados para sabermos exatamente tudo o que está por implementar, e depois o trabalho será definir prioridades operacionais, de acordo com o aumento das receitas, nomeadamente através dos fundos comunitários, mas também aumentos de receitas que podem vir dos impostos, ou de outro tipo de receitas, porque, obviamente, se dinamizarmos os investimentos, se fizermos com que mais pessoas se fixem, obviamente que as receitas do Município irão aumentar, e poderemos aumentar a nossa capacidade de investimento.

E no último ponto, relativamente a estas previsões plurianuais, e antecipando aqui um bocadinho alguns receios que já manifestaram, relativamente à dotação orçamental nos parques empresariais e ao risco de não se executar esse investimento que é fundamental para o desenvolvimento económico, só dizer que nós reservámos, ainda assim, 4.000.000,00 € para esta área, ao longo do mandato, que identificámos dez zonas industriais, e o objetivo de repartir as verbas por elas todas é dizer que, para nós, todas



MUNICÍPIO DE POMBAL

elas são importantes, e todas elas vão ser trabalhadas, porque, a prazo, será importante todas elas estarem desenvolvidas e implementadas.

Na prática, e nas opções e prioridades operacionais que irão acontecer, nós podemos, depois, canalizar esses 4.000.000,00 €, por exemplo, para duas ampliações e a criação de uma nova área industrial, sabendo que pelas estimativas do nosso Gabinete de Planeamento e de Urbanismo, esses 4.000.000,00 € dão, por exemplo, para executarmos quatro ampliações na totalidade. Ou seja, se depois, efetivamente, os projetos forem rápidos e estivermos prontos para ampliar quatro zonas industriais, poderemos fazê-lo por completo, o que nos vai permitir começar a vender lotes e a angariar receita para, depois, desenvolver as outras áreas. Isso é o exemplo de como deveremos ser ágeis, e depois, aproveitar os recursos para concretizar o máximo destes objetivos.

Relativamente ao ano de 2022, nós fizemos esse mesmo exercício de, depois, a partir do plano a quatro anos, definirmos quais iam ser as prioridades, e garantir que todas as áreas importantes que nós focamos eram investidas. Considerando as novas áreas que identificámos, que eram importantes na gestão dos territórios, que, de calhar, apareceriam em filigrana nos Orçamentos dos anos anteriores, mas aqui quisemos claramente identificar e focar, o campus de ciência e tecnologia, como já foi referido, vai já dar início com a elaboração do projeto para o campus de ensino superior e mais um projeto para a realização de residência para estudantes – já vai arrancar. A mobilidade sustentável, em que vamos já criar uma dotação para colocação de carregadores elétricos, pouco a pouco – no mínimo, um em cada freguesia – é um investimento que já se vai iniciar este ano, e depois, a aquisição de viaturas elétricas. A questão das bicicletas, visto que vamos arrancar agora com o PomBike, se calhar não faz sentido aumentar, vamos testar primeiro o modelo – não faz sentido aumentar o investimento em 2022 nesta área, irá recomeçar, então, em 2023.

Nas Smart Cities, temos aqui uma verba de cerca de 229.000,00 € para investir na infraestrutura e software do Município, já tendo em conta os novos desafios, e comprar serviços de consultadoria, que nos vão ajudar a definir o plano estratégico para fazer um investimento posterior, a partir de 2023, e definir os algoritmos que nos vão permitir monitorizar o território e aumentar a eficácia da sua gestão.

Relativamente a Pombal ser mais verde, em 2022 vamos arrancar já com a ampliação do Parque do Vale da Sobreira. Porquê? Porque é aquele que tem o projeto já finalizado, e é o primeiro investimento com que podemos arrancar. Por isso, é por aí que nós vamos começar, tentamos ser eficazes e eficientes. E, entretanto, vamos iniciar com os projetos para o Parque Verde do Casarelo, o Parque Verde do Seiçal, e finalizar o projeto do Parque Verde do Louriçal, que está a decorrer. E como tínhamos uma pequena verba, gostamos de inovar e ir um bocadinho mais além, apesar de ser pouca verba, vamos iniciar a ideia de construção do Viveiro Municipal, porque vai ser uma base importante para conseguirmos estar a reflorestar e a cuidar da nossa natureza.

Relativamente a eficiência energética, vamos fazer um investimento de 1.200.000,00 € nos edifícios da piscina, dos Paços do Concelho e dos serviços técnicos, com financiamento que temos do PT 2020 ainda. E na proteção e conservação da natureza, vamos iniciar algo, para além de tudo o que já se fazia, que ainda não estava a ser devidamente feito, que é nos debruçarmos de forma mais profunda na limpeza e



MUNICÍPIO DE POMBAL

beneficiação de rios e ribeiras, e criar o plano estratégico para recuperação dessas áreas.

Isto são exemplos de como depois, na prática, nós, a partir do plano, pomos à frente determinados projetos e iniciamos um investimento em todas as áreas. Nas zonas industriais, apesar de, neste momento, precisarmos de estar a trabalhar muito os projetos e a aquisição de terrenos, ainda assim vamos iniciar a requalificação e beneficiação da zona industrial da Formiga.

No turismo, para além do “Explore Sicó”, que já vinha de trás, mas que é importante nós concluirmos, e mais importante ainda, ele abrir e entrar em funcionamento, e começar a trazer retorno para o concelho, vamos implementar o Trilho da Baleia e de S. José, no Carriço, vamos ainda fazer alguma beneficiação na Praia do Osso da Baleia, entre outros.

Destacar ainda a recuperação de edifícios de escolas antigas, várias escolas antigas do concelho. Relativamente aos espaços de desporto e lazer, vamos realizar uma beneficiação no Pavilhão das Meirinhas, em Albergaria, Redinha, vamos criar uma arena desportiva, vamos requalificar o corredor ribeirinho do Arunca, e vamos mais uma vez reservar verba para dinamizar esta área, na organização de provas desportivas, como a Meia-Maratona, Corrida do Bodo, a Corrida dos Gambuzinos, o Trail Running, vamos fazer formação desportiva, elaborar um plano estratégico – sempre neste equilíbrio entre investimento material e investimento imaterial.

Referir ainda, na cultura, um investimento importante também na área imaterial, no sentido de captar duplamente, estimular a cultura, mas também o turismo, com a realização de vários festivais, para além das Festas do Bodo e Tasquinhas, que já conhecemos, o Festival de Teatro, de cinema, de fado e arte urbana, com o primeiro ensaio, digamos assim, em 2022, e em 2023 iremos acrescentar mais iniciativas do género.

Por último, referir que vamos manter todos os apoios que já vinham de anteriormente, apesar de termos o Orçamento comprometido, para as Juntas de Freguesia, IPSS's, clubes desportivos, associações culturais e juvenis – porque temos noção de que este trabalho não é só nosso, é de todos, e portanto, queremos dar esse sinal.

E por último, ainda, porque apesar destas novas dinâmicas, ainda há necessidades quase que básicas no concelho, um investimento de cerca de 6.000.000,00 € na requalificação da rede viária e requalificação urbana, onde também vamos já estar a preparar novos projetos, na sequência das reuniões que fizemos, projetos para requalificação do centro de Vermoil, zona histórica de Abiul, Largo do Freixo de Vila Cã, Largo da Igreja das Meirinhas, Praça D. Luís Meneses, do Lourical – reforçando mais uma vez que, apesar de termos o Orçamento comprometido com obras que é importante nós finalizarmos, temos aqui um grande trabalho de realização de projetos, e ainda assim não vamos ficar parados no ano de 2022, todas as áreas que nós identificámos como estratégicas vão ter o seu devido investimento e vão ser trabalhadas.

Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhores Membros da Assembleia Municipal, eu sou informado de que é usual discutir em conjunto os Pontos n.º 2.2 e 2.3 – aliás, o que vimos foi já, em grande parte, a referência às Grandes Opções do Plano.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Então, ponho isso em discussão, e pergunto quem pretende intervir sobre esta matéria – Pontos n.º 2.2 e 2.3.”

Nuno Oliveira (PS):

“Boa tarde, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, os nossos colegas aqui da Assembleia Municipal, e as pessoas que assistem a esta sessão, em casa. Nós, em relação a estes pontos (2.2 e 2.3) – e quero fazer aqui uma ressalva inicial, eu gostava que na discussão que, naturalmente, irá surgir, não fosse repetido aquilo que nos parece uma falácia, que é de trazer para aqui as opções do Governo Central, que é uma conversa que se poderá ter, mas fora deste espaço, porque aqui estamos efetivamente para discutir a política local, e portanto, queremos perceber e queremos ajudar a contribuir para um melhor Orçamento, com aquilo que é a nossa realidade local.

Nós temos, em relação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, algumas questões. Eu vou começar inicialmente por aquilo que pretendemos que não seja interpretado como uma crítica, mas como uma sugestão de melhoria, porque nós sabemos que isto, de facto, foi feito em pouco tempo, e que há coisas que estarão incompletas, e gostávamos apenas de apontar caminhos que nos parecem ser os mais urgentes, ao nível da precisão e de uma melhor definição de conceitos, nomeadamente no que concerne a dois projetos: um deles, a questão das infraestruturas para o acolhimento dos centros de ciência e tecnologia, incluindo o campus para o ensino superior, é uma medida que já aqui foi anunciada, e com a qual estamos genericamente de acordo, mas que gostaríamos de ter mais informações. E portanto, sugerimos que seja aprofundado o tema, nomeadamente com a identificação e constituição de um caderno de encargos para o projeto, e com outras especificações, nomeadamente onde se pretende fazer este tipo de investimentos, e qual o universo previsto para eles.

Por outro lado, o outro projeto em que recomendamos também um trabalho similar tem a ver com o investimento apresentado para a bacia de retenção de águas, um investimento de 6.000.000,00 €, complementado também com o da regularização dos canais subterrâneos. São verbas, de facto, avultadas, e onde gostaríamos também que fosse, nos próximos tempos, especificado onde se pretende fazer essa bacia de retenção de águas, com recurso a que processos – com expropriações, com aquisições, usando meios que estão já do controlo desta autarquia.

São dois projetos onde gostávamos de ver, de facto, essa clarificação.

Agora, naquilo que efetivamente marca alguma diferença de opinião – porque temos, de facto, uma visão diferente – tem a ver com uma característica que aqui vimos invocada, e de certa forma defendida, mas com a qual não concordamos, que tem a ver com o diferimento dos investimentos, de vários investimentos muito significativos, nomeadamente para os anos de 2024, 2025 e 2026. E não concordamos, Porquê? Porque achamos, de facto – como já aqui foi dito também anteriormente – que existe uma capacidade de financiamento disponível que pode ser, com vantagem para o Município, utilizada desde já, e até respondendo antecipadamente a um contra-argumento que ouvimos, se lhe chamamos endividamento, podemos chamar endividamento. Agora, se nas matérias jurídicas, de facto, sou um completo desconhecedor, na matéria financeira há um fenómeno que muitos aqui conhecerão, que é o fenómeno da alavancagem. E o



MUNICÍPIO DE POMBAL

que nós consideramos é que há, de facto, investimentos que, sendo antecipados, poderiam mais rapidamente trazer retorno para o Município.

Vou dar alguns exemplos: foi aqui falada, por exemplo, a questão do alargamento, da beneficiação e da criação de três novas zonas industriais, sendo que mais de 90% do investimento previsto para estas rubricas está previsto, de facto, para acontecer em 2024 ou posteriormente. É um exemplo de um investimento que quanto mais depressa estiver no terreno, mais depressa trará retorno, quer retorno direto para a autarquia, pelas receitas que advêm pela fixação dessas empresas, quer retorno indireto, que advêm do desenvolvimento que a fixação dessas empresas inequivocamente trará para o nosso concelho.

Há outros exemplos no mesmo registo, como por exemplo, a questão da valorização das praias do Osso da Baleia e da Mata do Urso, também diferidos no tempo para um período posterior ao mais imediato, ou a incubadora de empresas, ou o centro tecnológico da ETAP, cujo montante principal, de maior expressão, está também diferido para esse período temporal que aqui referi. Ou a questão das soluções de Smart Cities e novas tecnologias, incluindo a rede wi-fi nas freguesias, que era, de facto, um investimento necessário para o desenvolvimento dessas mesmas freguesias. Ou a questão da rede de parques verdes, e do Parque Verde Urbano, ou a questão dos pavilhões desportivos previstos para Pombal e para a Guia.

Portanto, há aqui um conjunto de investimentos que nós achamos que justificavam um aumento de financiamento da autarquia.

Obrigado.”

Carla Pereira (PS):

“Há bocado, não vos cumprimentei a todos, desejo uma boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores e membros desta Assembleia Municipal.

Senhor Presidente, depois de estarmos aqui, a Bancada do Partido Socialista viu atentamente este Orçamento, queremos também, desde já, parabenizá-lo e felicitá-lo pelo Natal, lá fora, que, de facto, há muito que não víamos assim, com tanta gente a circular, nomeadamente no centro – porque o resto, sabemos.

Mas, Senhor Presidente, sabe bem que isto é um bocadinho paliativo, porque quando terminar o Natal, voltaremos a ter aqui uma cidade despida, poucas pessoas, e voltaremos àquela versão da cidade escura, sem iluminação. Como o senhor sabe, o Concelho de Pombal – e não é apenas a cidade – tem um défice de iluminação pública muito sério. Dir-me-á o senhor que está aqui há muito pouco tempo, só que não está, o senhor está aqui há muito tempo na vida pública do concelho, é conhecedor deste problema, que é, no nosso entender, prioritário, tanto mais que quando era Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, sempre foi interpelado pela Bancada do Partido Socialista no que respeita a este tema, e a sua resposta ia desaguar sempre na responsabilidade da competência da Câmara. Ora, agora que o Senhor é Presidente desta Câmara, volvidos estes anos, que o senhor veio lá da Praça Faria da Gama aqui para o Cardal, agora já tem essa competência. Portanto, temos que crer que terá consciência também.

O Concelho de Pombal necessita de melhoramentos no seu investimento em infraestruturas básicas para tentar recuperar alguma população perdida nestes últimos



MUNICÍPIO DE POMBAL

dias. A iluminação pública faz parte desse rol de prioridades. Mas, mais do que também uma questão de segurança, existem ruas dentro da cidade que pura e simplesmente não têm, nem candeeiros, ou têm os candeeiros apagados, ou metade das ruas têm LED, e outra metade tem lâmpadas convencionais, e isto já há muito tempo. Agora, na época de inverno, em que anoitece precocemente, muito mais cedo, é um bocado penoso andar nas ruas de Pombal, que chega a parecer uma cidade fantasma. Não devia ser preciso lembrar que uma iluminação marcante e eficiente garante uma segurança mínima, tanto para os peões, como para os automobilistas. E, além do mais, o que se passa também no concelho todo, porque sabemos que há freguesias que também estão despidas, e que carecem de iluminação pública.

Senhor Presidente, o que esta Bancada quer saber é se a Câmara será célere a tratar e a repor esta iluminação que nos falta. Por exemplo, aquele investimento que fez agora, os 250.000,00 € para a logística do natal, se vamos achar que vai investir também nesta prioridade que é a iluminação pública, uma infraestrutura básica. É que pelo que vemos aqui no Orçamento, não nos parece; parece-nos apenas que são valores referenciais, só de manutenção. E ficámos, de facto, um bocado apreensivos nesse sentido. Como diz que este Orçamento é inclusivo, que este Orçamento olha a prioridades, isto é uma prioridade do concelho. A iluminação pública em Pombal é deficitária, e isto é um problema que já vem de há muitos anos, que o senhor conhece muito bem.

Portanto, esperemos que ao olhar para este Orçamento perceba que há aqui esta falha. Obrigada.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, caros membros da Assembleia:

Bem, antes de mais, gostaria de felicitar e elogiar o Município pela excelente exposição que fez aqui deste documento tão importante para aquilo que é a estratégia do Município para o próximo ano, e também para o próximo quadriénio, pela forma como o fez, e felicitar aqui, em concreto, o Senhor Presidente de Câmara e a Senhora Vice-presidente de Câmara, pela forma bastante explicativa, bastante elucidativa, e que demonstra que, efetivamente, aquilo que foi colocado nas diversas rubricas foi colocado com conhecimento de causa, foi colocado com uma estratégia subjacente, e foi colocado depois, certamente, de muitas e muitas horas de trabalho.

E portanto, dar aqui nota de que, efetivamente, apesar de se iniciar agora um novo ciclo autárquico, é a primeira Assembleia e o primeiro Orçamento deste novo Executivo e deste mandato, este Orçamento não é propriamente um Orçamento de base zero – ou seja, existe aqui um histórico, o Município não deixou de trabalhar, o Município não deixou de ter os seus investimentos. E portanto, o Executivo que agora, recentemente, foi empossado tem de trabalhar, obviamente, com aquilo que encontrou, e de forma global, bastante positiva, e também conciliar isso com aquilo que é a visão que tem para o concelho, e com aquilo que foi o programa eleitoral sufragado pela grande maioria dos Pombalenses.

E portanto, este Orçamento tem essa dupla vertente, de compromisso com aquilo que estava assumido, e também de futuro, e nova esperança, e nova estratégia, e nova visão para o próximo ano, e para os anos que se seguem.

Obviamente que este documento é de uma extrema importância para o Município – não só para a Câmara Municipal, mas para o Município e para os Pombalenses, e é,



MUNICÍPIO DE POMBAL

efetivamente, a grande discussão desta Assembleia Municipal, e é por isso que aqui estamos.

Este é um Orçamento de praticamente 53.000.000,00 €, em que existe aqui um aumento de cerca de 10.000.000,00 € relativamente àquilo que é a execução prevista para o exercício que ora termina, de 2021. Este aumento tem subjacente essencialmente três rubricas: cerca de 4.000.000,00 €, que é um aumento que decorre de empréstimos de financiamento, o tal financiamento bancário essencial à atividade do Município, que neste caso foi contraído para aquilo que é o aumento da rede de saneamento do concelho, um compromisso que já vinha do anterior Executivo, e bem, que foi feito, obviamente, em prol das necessidades das pessoas, e aqui também cerca de 3.000.000,00 € relativos a delegação de competências, que o Município agora passa a ter, a partir do próximo ano. E o remanescente deste aumento, destes 10.000.000,00 €, comparativamente com o ano que ora termina, tem a ver com receita de fundos comunitários.

Dizer, e sublinhar, que este é, efetivamente, um Orçamento responsável, ou seja, um Orçamento que aloca a despesa a receita que efetivamente se vai receber – não há aqui receitas hipotéticas, nem inflacionadas; como a Senhora Vice-presidente referiu, e bem, há receitas que serão, efetivamente, e com certeza, uma realidade. E é também, como o Senhor Presidente de Câmara disse, e bem, um Orçamento dinâmico, porque aos 53.000.000,00 € que se prevê executar no próximo exercício poderão vir a crescer, naturalmente, o saldo de gerência anterior – se isso vier a ser aprovado nesta casa, na Assembleia Municipal – e também poderão crescer aqui valores de eventuais candidaturas que venham a ser aprovadas, e que possam, então, reforçar áreas prioritárias e rubricas que, neste momento, se encontram abertas, mas que têm pouca ou nenhuma dotação orçamental, mas com essas verbas, efetivamente, podem também passar a ser executadas.

E é também um Orçamento sério – sério porque responde àquilo que as pessoas querem, àquilo que as pessoas anseiam, e àquilo que foi o programa eleitoral que foi – como eu disse há pouco – amplamente sufragado pelos Pombalenses nas últimas eleições autárquicas. E é um Orçamento, naturalmente, para executar, não é um Orçamento para cativar – que foi uma expressão que, nos últimos anos, nos habituámos a conhecer no nosso país. E é também um Orçamento que honra e prossegue compromissos assumidos – ou seja, projetos que, efetivamente, vinham de trás, vinham do anterior Executivo, e que este Município, e bem, decidiu honrar e decidiu continuar. E dou aqui três ou quatro exemplos que demonstram isso de forma bastante significativa: o investimento que vai ser feito em redes de saneamento e abastecimento de água (cerca de 7.000.000,00 €), uma necessidade ainda primária das populações, mas que merece, naturalmente, este investimento, e que é um investimento feito ao longo de décadas, e anos, e anos, atendendo também àquilo que é a dimensão e área territorial do nosso concelho; também um investimento de cerca de 1.300.000,00 € naquilo que vai ser o Expo Sicó, que é, efetivamente, uma aposta naquilo que é a potencialidade turística do nosso território; um investimento no PEDU, mais concretamente na reabilitação da nossa zona da Várzea, do Jardim da Várzea, e no interface rodoviário, cerca de 2.150.000,00 €; e também a construção do Centro Escolar da Pelariga, com um investimento de cerca de 1.300.000,00 €, uma obra muito ansiada pelo Senhor Presidente da Junta da Pelariga e por todos os habitantes da Pelariga, e que encerra dessa forma um investimento que nas



MUNICÍPIO DE POMBAL

últimas décadas foi feito no nosso parque escolar, por todo o concelho, foi uma estratégia seguida, e bem, pelos anteriores Executivos, de investir nas freguesias, de investir em territórios menos desenvolvidos, para que também as crianças desses territórios aí possam estudar, possam ter as melhores condições, e para que esses territórios não sejam condenados à desertificação.

E obviamente que este é também um Orçamento que nos dá aqui um pontapé de saída para aquilo que são os próximos anos, para aquilo que será o mandato, e define dessa forma aqui algumas prioridades daquilo a que nós podemos chamar a ação política para os próximos anos, sendo este o primeiro Orçamento que dá corpo a essa ação política.

E destaco aqui, em primeiro lugar, um tema que me é muito caro, e que ao longo dos anos em que tenho estado na Assembleia Municipal refiro sistematicamente, como entendendo que é, efetivamente, o caminho, ou uma das potencialidades de Pombal, que é a questão do investimento económico.

Abreviando, Senhor Presidente, investimento económico, com a ampliação do Parque Industrial Manuel da Mota, requalificação da zona industrial da Formiga, criação do Espaço Empresa, Via Verde para o investimento, Conselho Económico e Social, criação do Guia do Investidor.

Para terminar, Senhor Presidente, a aposta no Ensino Superior, e também em algumas novidades que abordarei na próxima intervenção.

Muito obrigado.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):

“Muito obrigado pela palavra, vou ser extremamente breve.

O que me faz intervir neste ponto é uma dúvida que tenho. Aproveito, no entanto – e porque ouvi com muita atenção a explicação do Orçamento – para dizer que compreendemos, todos nós, representantes das comunidades locais e das Juntas de Freguesia, as dificuldades para elaborar um Orçamento com base em tanta instabilidade e em tanta incerteza, e em tanta circunstância que pode, de um momento para o outro, alterar coisas. A outra escala, como é óbvio, nós também passámos um pouco por isso, com uma diferença, de facto, ao nível dos investimentos de capital, que são, no fundo, aqueles que podem marcar a diferença num mandato, acabamos por ficar reféns da disponibilidade, ou não, do Município. Mas, enfim, infelizmente é uma das realidades que nós, Juntas de Freguesia, sentimos.

De toda a forma, eu não vou falar do conjunto de prioridades e de projetos que temos, e de necessidades, porque foi para isso que serviu a reunião do PPI. Tenho que ser justo com o Executivo da Câmara, para dizer que, de facto, no Orçamento e nos documentos previsionais, nas Grandes Opções do Plano, esses objetivos vêm lá vertidos. Mas, queria também dar uma palavra à Câmara porque, de facto, pelo menos no nosso caso em concreto – e o Senhor Presidente, há bocado, referiu isso, as novas estratégias, as que trouxemos, elas vêm também lá com rubrica aberta, o que dá uma imagem positiva de que esta proximidade pode realmente dar frutos. Espero que a abertura das rubricas seja agora para dar continuidade nos próximos anos, sabendo que em 2022 já nos foi transmitido por diversas vezes que será um ano difícil, um ano com muita contingência ao nível da despesa, e com muita despesa já cabimentada, mas, como é óbvio, nós somos Presidentes ao longo de quatro anos, o PPI é um plano plurianual, e portanto, eu falo em meu nome, se as prioridades, e os grandes objetivos, e os grandes projetos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

nomeadamente os estruturantes, se forem devidamente calendarizados durante o mandato, por nós, tudo bem, queremos é a nossa obra feita, porque pensando nas necessidades da nossa população, os objetivos têm que ser atingidos, independentemente de ser em 2022, 2023 ou 2024.

A minha dúvida prende-se com um caso muito concreto, que tem a ver com um projeto que foi lançado a concurso há três meses atrás, que é o projeto do Parque de Recreio e Desporto da Ilha, um projeto que estava vertido no Orçamento, com verba alocada – e portanto, reservada para aquele fim. É evidente que o projeto, em função também da crise da construção civil, ficou naturalmente deserto, mas eu tenho conhecimento de que o projeto já foi refeito, reformulado, nomeadamente no seu orçamento base, um orçamento já adaptado à realidade, e espanta-me que, de facto, a verba esteja aberta, mas com zero para 2022. E queria só perguntar porquê, se há alguma justificação para essa circunstância, ou se, porventura, contra aquilo que são as expetativas da Junta de Freguesia e das pessoas da Ilha, aquela obra estruturante que contempla respostas claras e óbvias, e que são necessidades que a Ilha tem, nomeadamente no parque infantil, no circuito de manutenção física, na requalificação do polidesportivo e toda a envolvente do Centro Escolar da Ilha, se ficou hipotecada por alguma decisão que eu desconheça. E queria só uma justificação para isso.

Muito obrigado.”

Luís Couto dos Santos (Oeste Independente):

“Obrigado. Boa noite, já vai longa a sessão.

Dra. Isabel Marto, queria só, obviamente, agradecer pela disponibilidade, por nos ter ouvido, e receber a documentação que nós fizemos chegar. O Oeste Independente tinha, em eleições, sete prioridades, são as sete prioridades que nos vão levar durante este mandato, e tinha que falar de duas delas – estava dividido entre este ponto e o próximo; no entanto, vou aqui tentar agregá-los nos dois lados.

A primeira prioridade de que vamos falar é, obviamente, sobre o saneamento básico. Efetivamente, nós temos um investimento para o próximo ano de 2022 de cerca de 6.050.000,00 € - mais coisa, menos coisa – e depois, no ano de 2023, por causa da questão da Redinha, mais cerca de 500.000,00 €, o que faz os tais totais de 6.500.000,00 €. Supostamente, ou de acordo com os nossos cálculos conjuntos, com estes investimentos nós vamos conseguir chegar a cerca de 70% ou 75% da população, ou dos agregados, das habitações do concelho, na sua totalidade. E a questão aqui, eu entendo o Orçamento, não como uma ferramenta estanque – eu acho que o Orçamento não é feito e não é só falado uma vez por ano, vamos ter vários períodos durante o ano para retificar este documento, e nesse sentido, estes contributos são, naturalmente, não para este documento, mas para melhoramentos ao longo deste próximo ano, já a começar, esperamos nós, a partir de fevereiro do próximo ano.

O investimento no saneamento básico, naturalmente, a única coisa foi por ser tardio – ou seja, iniciou-se manifestamente tarde. Mas, olhar para trás não vale a pena; vale a pena olhar para a frente. Mas, esta questão aqui coloca-nos a pensar na próxima estratégia, dos próximos passos, após – eu vi na parte do PPI, neste caso, particularmente, vi um rol de vários investimentos, alguns já com projeto, outros sem projeto; no entanto, nesta restante parte, ainda existem vários aglomerados habitacionais no concelho que não estão nem contemplados em sede de PPI, não estão



MUNICÍPIO DE POMBAL

contemplados sequer em termos de projeto, e que podem levantar, naturalmente, alguma insatisfação perante as populações. Ou seja, toda a gente entende que é necessária uma solução de saneamento básico, não significa que nós vamos conseguir – e isto é preciso desmistificar, não vai haver saneamento básico para todas as habitações do concelho, isto é mais do que óbvio, há uma percentagem que não é viável. Ou seja, face aos investimentos atuais, nós temos, por habitação, cerca de 5.000,00 € de média por cada instalação de saneamento básico, dos investimentos agora a decorrer – mais coisa, menos coisa. Ainda há uma segunda fase, que é a questão dos restantes aglomerados populacionais, que não estão vertidos aqui.

Nós demos a sugestão – e podemos colaborar nisso – que é a sugestão da criação de um observatório, porque, efetivamente, mais do que a frustração de eu não ter saneamento, é não saber qual é que será a minha solução de saneamento, se vou ter saneamento, se vai ser uma estratégia de recolha via PMU. E esta informação, é necessário ir ao nível micro. Nós sabemos que a Câmara tem esta informação, efetivamente é uma das informações que nós pedimos à Câmara, e que aguardamos, naturalmente, com a devida paciência.

Mas, efetivamente, a questão do saneamento tem a ver com dois aspetos fundamentais: um, que tem a ver com a urgência ambiental – eu ouvi aqui, na sua apresentação, a questão da requalificação das redes fluviais, ou seja, a preocupação com as redes fluviais, e de recuperação, um dos principais crimes que nós estamos a praticar, efetivamente, é o não abranger uma grande parte da população, o que significa que grande parte dos esgotos domésticos acabam nas nossas redes fluviais e nos solos, basicamente através de descargas ilegais, ou então de empresas ou de pessoas não credenciadas para o efeito. Esta é a primeira componente.

A segunda tem a ver com a injustiça de quem tem saneamento vs. quem não tem saneamento. Ou seja, quem tem saneamento paga, através de uma estimativa do consumo de água, cerca de 0,32 € - provavelmente irá ser revisto este preço, entretanto; quem não tem, tem que pagar uma média de 5,00 € por metro cúbico de água. E esta é que é uma grande injustiça, digamos assim, no nosso concelho, que é que quem tem saneamento, efetivamente tem um preço mais baixo, ou um custo no seu agregado familiar muito menor, do que quem não tem, porque tem que contratar serviços, normalmente da PMU. E atenção, que estes 5,00 €, seja feita justiça, já são subsidiados pela própria Câmara. Portanto, esta questão aqui é importante, ou seja, a urgência de criar um plano posterior a estes investimentos, eu compreendo que, neste momento, não podemos equilibrar já esta situação de desequilíbrio e de injustiça. No entanto, sei que é necessário, tendo em conta que nós vamos terminar grande parte dos investimentos em 2022, para 2022, após a ligação deste saneamento, que, efetivamente, tenhamos uma estratégia para os restantes 25%, e que seja clara para quem esteja na Rua da Taipa, para quem esteja em localidades, como por exemplo, Helenos, Água Formosa, que não têm plano, não sabem o que é que vai acontecer. Acima de tudo, é necessária transparência na informação. E eu acho que esse trabalho seria o essencial.

O segundo aspeto tem a ver essencialmente com outra prioridade do Oeste Independente, que tem a ver com a zona industrial Guia / Carriço – ou seja, com este desenvolvimento desta área, especificamente. Na informação que nos fizeram chegar, diz “não recorrer ao endividamento bancário para não hipotecar o futuro”, o que obriga a uma redução



MUNICÍPIO DE POMBAL

de investimento, de acordo com os recursos disponíveis. Ou seja, isto é uma prioridade vossa, que está patente no vosso Orçamento. O crédito não é mau por natureza, obviamente – ou seja, nós poderemos beneficiar de um bem hoje que, caso contrário, se não tivéssemos crédito, só poderíamos beneficiar daqui a alguns anos. Existe, e como bem disse, hoje, uma grande rigidez no tipo de financiamento que nós efetivamente conseguimos ir buscar através das linhas comunitárias e, naturalmente, através do PRR e das candidaturas que estão em curso – e há cerca de 4.000.000,00 € de projetos em curso. Mas, há uma certa rigidez. Obviamente que neste crédito que foi contraído pela Câmara, do saneamento básico, imperou uma prioridade do Município face às linhas de financiamento, que já não existiam.

Obviamente que o crédito faz sentido quando há um assunto de absoluta prioridade, como é a questão do saneamento, e que são questões básicas, relativamente à população, a questão da rede de água também é outra questão que faz todo o sentido, mas há investimentos que são rentáveis. Ou seja, eu ouvi os 4.000.000,00 € de colocação de parte, e que supostamente daria para cerca de quatro alargamentos de zonas industriais, das constantes. Ou seja, face ao último exercício que nós temos, da zona industrial da Guia, estamos a falar de cerca de 3.000.000,00 €, entre a aquisição de terrenos e criação de infraestrutura. Eu percebo a questão de alguma estimativa; no entanto, estes investimentos, no contexto atual – e até acho que é uma vantagem competitiva nós anteciparmos alargamentos, há uma grande procura, inclusivamente uma anunciada zona industrial, que neste momento já não se sabe muito bem quando é que vai existir, já existem algumas pré-reservas de empresas interessadas naqueles lotes que irão ser disponibilizados no futuro. É claramente dos melhores investimentos, neste momento, que as autarquias podem fazer, porque são rentáveis – ou seja, permitem a aquisição e permitem acelerar. Obviamente que a nossa prioridade, da criação, ou da extensão da zona industrial da Guia, do lado da linha, a caminho do Carriço, obviamente que aqui ligando com o vosso interesse de criação da zona industrial do Carriço – e portanto, poder fazer este corredor e pensamento estratégico nesse sentido – era que não há mal nenhum, na nossa opinião, pedir orçamentos, ou pedir crédito para poder alavancar crescimento. A criação de riqueza, como nós defendemos muitas vezes, a criação de riqueza é dos principais veículos de atração de pessoas, de riqueza, e essencialmente de crescimento.

Portanto, era essa uma abertura, não limitem o crédito, porque temos capacidade, felizmente, de o poder pedir.

Obrigado.”

Ilídio Mota (PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Doutor Paulo Mota Pinto, saúdo V. Exa., e permita-me que através de V. Exa. cumprimente o Senhor Presidente da Câmara, todos os presentes, os Pombalenses e amigos de Pombal.

Felicito desde já o Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, Dr. Pedro Pimpão, e a Senhora Vice-presidente, Isabel Marto, pela excelência e qualidade destes documentos, e a forma como foram apresentados, que penso que dão uma verdadeira resposta às necessidades dos cidadãos do nosso concelho.

Tendo já sido elencado um largo conjunto dos investimentos mais importantes, pretendo chamar a atenção para a questão da segurança na rede viária municipal. A rede viária



MUNICÍPIO DE POMBAL

municipal tem sido dotada de diversas melhorias a nível de pavimentação; no entanto, em matéria de segurança para os peões, pouco tem sido feito, na minha opinião. Em diversas zonas, como por exemplo a estrada de Pombal a Santiago, nos lugares do Casalinho, Carvalhais, Valdeira, Roques, são zonas residenciais em que não existem passeios pedonais, apenas escassas bermas e valetas em cimento, situação que surge em muitas outras vias municipais em todo o concelho.

Além disso, são poucas as barreiras físicas que forcem os condutores a reduzir a velocidade ou a conduzir dentro dos limites legais.

Também a iluminação, já aqui referida, em particular junto das passadeiras pedonais, é, na generalidade, deficiente. Existem dentro e fora do concelho bons exemplos de investimento para melhorar a segurança dos peões, existem também sistemas inovadores – que, com certeza, terão acesso aos mesmos.

E portanto, vejo aqui que têm cabimentados 6.500.000,00 € para a rede viária, e deixava aqui a questão, se este investimento feito para o próximo ano na rede viária irá ser apenas um pouco da continuação da pavimentação das vias e beneficiação, com alargamento, que cria uma falsa ideia de segurança, ou se há aqui um investimento também importante nesta área para os peões.

Termino, deixando as minhas saudações de um santo e feliz natal, e um excelente ano, com tudo de bom para todos.

Obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Eu começo aqui por agradecer também a oportunidade que deram à minha Junta de Freguesia, e às outras Juntas de Freguesia, de participar também neste documento. Já foi dito aqui, nós vemo-lo como um documento não estático, um Orçamento dinâmico, porque senão – e eu só vou elencar aqui, todos nós aqui defendemos um programa, que as nossas populações, nas nossas terras, votaram e confiaram em nós para defender aqui os seus interesses. E por mera curiosidade, fomos verificar os anos em que estava previsto, a previsão que este Orçamento daria para investimentos que nós achámos, neste caso, prioritários para a nossa freguesia – o arranjo de passeios, 50.000,00 € para 2026, requalificação do Largo de S. Pedro, 340.000,00 €, em 2023, o Parque Verde, 30.000,00 €, para 2025, asfaltagem de vias, que é o que está em curso para 2022, decorrente também das obras de saneamento, e a requalificação da Ponte do Rio Arunca, 60.000,00 €, em 2022, e 70.000,00 € em 2023. Eu percebo – ou seja, para defender lá este Orçamento – e é isso que eu percebo, de ver todos os documentos, que há aqui um conjunto de compromissos assumidos, como é óbvio, e o Presidente da Câmara já o disse, que não ia deixar de os fazer, e eu subscrevo. Ou seja, tem de fazer este duplo papel, como compreendem. Ou seja, para as nossas freguesias temos de defender estes investimentos, percebo esta décalage a nível de tempo.

Qual é a minha proposta, como Presidente de Junta? É que confie nas Juntas de Freguesia, confie no aspeto de perceber que há este tipo de investimento – por exemplo, nos arranjos urbanísticos, que já foi aqui falado, acabou de falar o Ilídio na segurança rodoviária, pequenas obras, pequenos passeios, estes arranjos urbanísticos, que continue a apostar nas Juntas de Freguesia, com os tais acordos de execução – eu dou o exemplo de Almagreira: nós temos um Orçamento, a nível de FFF, na ordem dos 75.000,00 €, e o



MUNICÍPIO DE POMBAL

nosso Orçamento global é na ordem dos 600.000,00 €. Portanto, toda a outra componente vem dos acordos que fazemos com a Câmara, e é essa confiança que eu continuo a pedir na freguesia, porque não tenho dúvidas – quer Almagreira, quer outras freguesias – de que conseguimos gerir muito bem esse dinheiro também, e conseguimos, em tempo útil – aí está, eu não posso dizer a ninguém que em 2026 vou fazer um arranjo urbanístico, já não estaremos cá muitos, e não faz qualquer sentido. Ou seja, temos de ir caso a caso, já foram aqui falados alguns exemplos, nas nossas freguesias temos de ir pontualmente, e a Câmara, à semelhança de outros mandatos e de outros anos, tem sido um parceiro – ao contrário de outros parceiros aqui ao lado, é uma questão política, é uma questão de prioridade, perceber se as Juntas são, ou não, parceiros, e com que nível de confiança, se estabelecemos, ou não, acordos de execução e confiamos nos Presidentes e nas Presidentes de Junta para executar estes Orçamentos.

É esta a proposta que eu faço aqui. E dou aqui o exemplo – e foi aqui falado – do que, para nós, é a base ainda na Freguesia de Almagreira, que é a questão do saneamento. É óbvio que é uma questão que, na minha opinião, nem deveria ser falada aqui hoje; infelizmente, está a ser, porque está em curso a maior obra na nossa freguesia, na parte sul – Barros da Paz, Assanha da Paz – que vai ser uma realidade em 2022, mas temos a parte norte – que é esse apelo que eu faço ao Município, temos que também dar essa satisfação às nossas populações das Chãs, Vale Nabal, Carrascos, Portela, a questão do projeto. Se não tivermos projeto, também não vamos conseguir ter obra. No fundo, é esse apelo que eu faço, para aproveitarmos este ano de 2022, em parceria com as freguesias – porque senão, as tais ruas que foram aqui faladas há bocadinho, ou ficam esquecidas, ou por qualquer motivo não aparecem nos projetos que vão para obra, o empreiteiro ganha a obra, depois há trabalhos a mais, nós já sabemos como é que o filme acaba, acaba sempre alguém por não ter saneamento, e nós não conseguimos explicar Porquê, e esta questão da equidade e da igualdade, tivemos oportunidade também de o discutir em reunião, e concordo perfeitamente – ou seja, nós todos somos contribuintes, pagamos os nossos impostos, e não conseguimos explicar às nossas populações que, por ter a sorte de aquela rua ter saneamento, pagam X; por ter o azar de não ter, pagam X mais Y mais Z. Ou seja, não faz qualquer sentido, e nós, como Presidentes de Junta, temos esse problema todos os dias lá, e facilmente, com os serviços, iremos continuar a ser parceiros do Município para este Orçamento de 2022. E boa sorte para a sua execução. Obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas, Senhores Vereadores e Senhor Presidente da Câmara:

O importante são as pessoas, e são as pessoas que estão no centro da atividade política. Temos ouvido isso do Senhor Presidente da Câmara, de toda a Câmara, e respeitamos e concordamos.

Na freguesia que eu represento, somos uma freguesia com uma urbanidade rasgada a meio pelo IC2, e não temos atravessamento em segurança para peões.

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, em nome da Junta de Freguesia das Meirinhas e de todos os miúdos, graúdos e crescidos que têm que passar a nacional todos os dias, eu pedia para que revissem as vossas prioridades e antecipassem a construção de uma passagem desnivelada inferior nas Meirinhas, no IC2, é super



MUNICÍPIO DE POMBAL

urgente. E como é nas Meirinhas, também na Rua do Seixo. Estamos há demasiado tempo sem estas duas obras, que são duas obras importantíssimas. Que a nossa inteligência não tenha que ser toldada, amanhã ou noutro dia, por um acontecimento menos gratificante.

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu vejo-me obrigado a fazer a intervenção na defesa também de um ponto que acho que já ficou evidente. Quando a Senhora Vereadora, Dra. Isabel Marto, refere a possibilidade de este Orçamento se tornar em algo diferente, em função da abertura de oportunidades de quadros comunitários para o financiamento de obras em Pombal, naturalmente, não havendo mais receita prevista para este Orçamento, a oportunidade que essa abertura de novos quadros comunitários possa trazer para o Concelho de Pombal só pode ser aproveitada com financiamento. Essa é que é, objetivamente, a questão que está aqui a ser omitida. E portanto, se estamos disponíveis para embarcar em oportunidades que vêm de fora, também podemos assumir antecipadamente necessidades que nós sentimos dentro do Concelho de Pombal, sem que isso venha ditado de outro sítio. Objetivamente, essa é que é a diferença de interpretação entre estas vossas prioridades, é a diferença de interpretação entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, das necessidades para o Concelho de Pombal, e é a diferença entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata em relação àquilo que é a interpretação da expressão “nova ambição”, porque, na verdade, aquilo que nós esperaríamos da tão propalada “nova ambição” era uma assunção de riscos – calculados, naturalmente – dentro da capacidade de financiamento, dentro da capacidade financeira que os Pombalenses entregaram à Câmara ao longo dos anos. Eu acho que continuamos a omitir a ideia de que se a Câmara Municipal tem esta capacidade financeira, foi porque os Pombalenses depositaram antecipadamente essa capacidade financeira na Câmara Municipal de Pombal, esperando que a Câmara Municipal de Pombal antecipe, faça vigorosamente os investimentos, para a recuperação de investimento e para a recuperação de pessoas para o nosso concelho – já para não falar da fixação daqueles que cá estão.

Eu repito algo que tenho dito há algum tempo, mas que é importante nós termos noção: Pombal perde uma pessoa por dia, nos últimos dez anos. Neste momento, estará alguém a partir do nosso concelho, para não voltar nos próximos tempos. Se isto não leva a que haja uma nova ambição ao olhar para as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, lamento, mas, então, as prioridades estão trocadas.

Referiram aqui, e muito bem, a questão do saneamento, referiram aqui, e muito bem, a questão das zonas industriais. Na questão das zonas industriais, isto ainda é mais flagrante, tendo em conta que, com o investimento nas zonas industriais poderíamos antecipar também alguma receita direta e indireta do desenvolvimento dessas zonas industriais, em algumas zonas industriais, não está em causa investimento em alargamento, mas apenas a recuperação e a transformação daqueles espaços em verdadeiras zonas industriais – eu refiro o caso de Abiul, refiro o caso de Vila Cã, para não dar outros exemplos. Temos o caso da zona industrial da Formiga, que é algo que nós todos lamentamos, que tenha sido abandonada ao longo dos anos pela governação do Partido Social Democrata em Pombal. E portanto, torna-se evidente que havia a possibilidade, caso houvesse essa assunção da tal “nova ambição”, e o real compromisso



MUNICÍPIO DE POMBAL

com as promessas que foram feitas durante a campanha eleitoral – já estou a dar de barato que as prioridades na campanha eleitoral não fossem as nossas, estou a admitir que ganhou o PSD, está determinada qual é que é a vontade dos Pombalenses, e portanto, nesse sentido, os Pombalenses esperariam que fossem consequentes com as suas promessas.

Falámos aqui da beneficiação dos parques industriais, ficamos à espera; falámos aqui do CIMU-Sicó, eu também, pessoalmente, enquanto Redinhense de herança, gostaria que a CIMU-Sicó fosse encarada também com a necessidade de um novo investimento, infelizmente, pelo erro de construção que aquele que lá está já traz na sua origem – a localização prevista não era aquela, tem um impacto ambiental que eu acho que é contraproducente para aquilo que vocês pretendem que seja o desenvolvimento de uma nova prática de turismo na Sicó, porque desvaloriza o ativo paisagístico. A valorização da Praia do Osso da Baleia, também foi aqui dito, 95% em 2024, e seguintes.

Depois, a questão das Smart Cities, que também está – e esta aqui, ainda menos compreensível é, porque estamos a falar de investimentos que não são da mesma dimensão, por exemplo, que a questão do saneamento, e que estariam disponíveis caso fossem entendidos como prioritários, e não o foram, naturalmente, não sendo consequentes.

A questão do Pavilhão da Guia, que é algo que todos nós compreendemos como legítimo ser reclamado por aquelas populações, em conjugação com aquele onde eu e o Senhor Vereador Pedro Navega tentámos jogar à bola, efetivamente merece recuperação, o espaço desportivo em Pombal, e assim não tem sido.

Também a estratégia de habitação no Concelho de Pombal, que agora vem aqui ser discutida noutra ponto, também nos parece desadequada em relação às próprias definições de prioridades que a estratégia para a habitação traz nesse documento, vemos já um desfasamento entre aquilo que lá é elencado como prioritário e o investimento efetivo que a Câmara Municipal decidiu fazer para essa estratégia de habitação, enquanto “Primeiro Direito”.

Nesse sentido, gostaríamos de antecipar o nosso voto, somos naturalmente contra esta definição de Orçamento, pouco consequente com promessas eleitorais, e até diria mais, eu não preciso de pedir aos Presidentes de Junta nesta sala para dizerem a sua opinião, porque antecipo que seja, naturalmente, a favor – a maior parte deles, naturalmente – em relação à estratégia definida pelo PSD. No entanto, no seu íntimo, eu vejo como muito difícil eles encararem o protelar de algumas promessas que fizeram junto das populações, em nome do PSD, indefinidamente, confiando plenamente que aquilo que está aqui prometido vai ser cumprido tout cour.

Nesse sentido, repito, o Partido Socialista não pode votar a favor, porque não confia que este seja o melhor destino orçamental para o concelho, porque não confia que estas obras não sejam definidas como prioritárias, antecipando e concretizando alguma capacidade de financiamento que a Câmara tem, e porque não confia que, desde logo, este seja o caminho certo para o desenvolvimento do concelho.

Muito obrigado.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“No seguimento do meu raciocínio de há pouco, eu estava a definir aquilo que eu entendia serem as prioridades políticas que este Executivo tinha escolhido para o



MUNICÍPIO DE POMBAL

próximo ano e para o mandato, digamos assim, e estava a realçar o investimento que efetivamente vai ser feito, em termos de investimento económico – e obviamente, investimento económico é atração de investimento, fixação de empresas, o que, por sua vez, traz trabalho, e ao trazer trabalho, ao trazer emprego, traz naturalmente pessoas para se fixarem no nosso território. E elenquei aqui um conjunto de investimentos, que eu não vou repetir, mas que julgo de extrema importância nessa estratégia de atração de investimento.

Depois, referir também aqui – e obviamente, com bons olhos – este investimento no ensino superior, na criação do campus de ciências e tecnologia, e também na residência para estudantes. Obviamente que era uma ambição antiga do Concelho de Pombal poder contar com ensino superior, no final do mandato anterior essa circunstância tornou-se realidade, e obviamente que o Município tem de abraçar essa oportunidade de forma muito convicta, para os próximos anos, para que também com a atração do ensino superior, e com a fixação e com a aposta no ensino superior, possamos também responder a essa falta de pessoas na cidade, que há pouco a deputada Carla Mariza aqui sinalizou. Obviamente que isto é uma estratégia também para dinamizar mais a cidade e o concelho.

E depois, realçar aqui aquilo que eu entendo serem novidades, porque, obviamente, sendo este o primeiro Orçamento deste Executivo, teve muito pouco tempo para o realizar, há aqui algumas novidades que me parecem de extrema importância: a questão da aposta nas Smart Cities, a questão do investimento e da aposta naquilo que é o ambiente, mais concretamente na mobilidade sustentável, e também aqui uma aposta clara nas freguesias, na coesão territorial, e também na qualidade de vida que deve ser dada a todos os Pombalenses – às crianças, aos jovens, aos adultos, aos mais velhos – com a idealização de uma rede de parques verdes nas freguesias, que é algo de extrema importância, e que é, efetivamente, uma novidade, e que acrescenta valor àquilo que é o programa político para os próximos anos.

E depois, também referir, e no seguimento dessa que é a aposta também na atração de investimento, esta questão que também é uma novidade, a ampliação de zonas industriais existentes, e também a criação de novas zonas industriais, nomeadamente Carnide, Meirinhas e Vermoil, e a zona industrial de Vila Cã e Abiul, e a zona industrial do Carriço. E vejo também com muito bons olhos o Partido Socialista a associar-se a estes projetos, desconheço se, efetivamente, já os tinham defendido, ou se os tinham no programa eleitoral, mas vejo com bons olhos estarem agora a associar-se a estes projetos, porque, obviamente, demonstra que são investimentos estratégicos para o desenvolvimento do concelho.

Depois, dar aqui nota de que, como a Senhora Vice-presidente da Câmara disse há pouco, e bem, o investimento não é só material, é também imaterial – muito daquilo que nós temos no dia a dia, como é o caso agora das festividades de natal, decorre desse investimento imaterial. E portanto, dar aqui nota de que o plano de atividades municipal prevê um investimento para 2022 de 13.000.000€ - ou seja, isto é um investimento nas mais diversas áreas – na cultura, no desporto, na educação, na Proteção Civil – e isto também se reflete no dia a dia, na qualidade de vida dos cidadãos, e é de extrema importância, por vezes este investimento no imaterial fica esquecido, por orçamentar. Mas, prever o exercício seguinte não é só pensar em obras, não é só pensar em betão,



MUNICÍPIO DE POMBAL

não é só pensar em edificação; é, efetivamente, também pensar na qualidade de vida dos Pombalenses.

E depois, relativamente à questão das prioridades, se nós perguntarmos aos nossos cinquenta mil habitantes o que é que cada um entende que é prioritário para o concelho, naturalmente que não teremos cinquenta mil prioridades, mas teremos um conjunto vasto de prioridades. E obviamente que isto são opções políticas que são feitas, de acordo com aquilo que foi a legitimidade do voto nas últimas eleições, e de acordo com aquilo que é a estratégia que o Executivo definiu para os próximos anos.

Dizer que não podemos discordar de tudo, e portanto, concordo com o que o Nuno Gabriel disse há pouco, há investimentos que podem necessitar, ou podem carecer até de algum endividamento para que possam ser uma realidade, investimentos estratégicos para o concelho; agora, acho que esse tipo de investimentos também carece de uma maturação da discussão que era impossível ter desde outubro até dezembro. E julgo que, de futuro, se algum desses investimentos vier aqui a ser discutido, atendendo à postura que o Partido Socialista agora está a ter, teremos condições para, depois, aprovar por unanimidade essa contratação de endividamento, porque já percebemos que o Partido Socialista está disponível para endividar o Município em prol de investimentos estratégicos para o concelho, e eu concordo. Agora, acho que, obviamente, tem que ser feita uma discussão aprofundada sobre aquilo que são investimentos estratégicos para o concelho, tanto mais que, obviamente, contratar um financiamento ao dia de hoje não é só estalar os dedos; requer alguns cuidados, nomeadamente na capacidade de endividamento, e também aquilo que é o visto do Tribunal de Contas.

Assim, e para concluir, dizer que gostava também que o Partido Socialista, mais do que definir prioridades e dizer que essas prioridades se resolviam com endividamento, fizesse aquilo que é mais difícil, que é dizer, com base neste Orçamento, onde é que acrescentava, e de onde é que retirava para acrescentar, porque dizer que investia em determinadas rubricas é fácil; agora, dizer em que rubricas é que cortava é que é difícil. Mas, certamente que isso ficará para uma próxima intervenção, porque pedir mais dinheiro é sempre fácil, mas dizer de onde é que se corta é que é difícil.

E portanto, para concluir, este é um Orçamento sério, equilibrado e alcançável, que honra o trabalho dos Executivos anteriores, mas traz, efetivamente, uma nova dinâmica e visão, preconiza essa “nova ambição” para Pombal, e essa “nova ambição” para Pombal não passa por hipotecar o futuro, mas sim por garantir um melhor futuro.

E naturalmente que, posto isto, o PSD vota convictamente a favor deste Orçamento.”

João Varela Coelho (PS):

“É só para complementar, porque, realmente, é necessário. Se há esta assunção de que realmente era possível nós irmos mais longe, e que a questão era tempo, então estamos a discutir o Orçamento errado. Se havia a possibilidade de nós, por Lei, discutirmos um Orçamento posteriormente, com outra informação em relação ao Orçamento para 2022 e seguintes, nós poderíamos ter outro tipo de discussão, incluindo, naturalmente, o Partido Socialista, como aqui foi sugerido.

Estando nós a discutir o Orçamento errado, naturalmente também não podemos votar a favor deste.

Concretizando, se a partir deste momento, em que a Bancada do Partido Social Democrata assume como normal o raciocínio de que é possível aproveitar a capacidade



MUNICÍPIO DE POMBAL

de endividamento da Câmara, a capacidade de financiamento da Câmara para fazer mais obra, todos estes raciocínios que aqui foram defendidos não têm qualquer sentido. E agradecemos esta assunção de que, realmente, era possível ir mais longe, com outro tipo de trabalho, incluindo o Partido Socialista.

Muito obrigado.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Eu não vou falar muito aqui em questões específicas, porque já foram aqui suficientemente faladas. O que me interessa essencialmente falar é nas questões das opções que são feitas. Dá-me ideia que o trabalho deste Orçamento foi feito com muito critério, com muito cuidado para ser equitativo. Infelizmente, estamos perante um Orçamento onde 70% do Orçamento disponível já está alocado a obras e a compromissos anteriores. E isto é sempre assim, “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Neste caso, ninguém ralhou, mas todos, de alguma maneira, apresentaram um bocadinho as suas dores.

Eu queria aqui apresentar só duas questões, porque sempre as defendi – o Luís Couto há bocadinho falou nisso, e foi por ele ter falado que até me lembrei de também frisar um bocadinho mais – várias vezes apresentei isso ao anterior Presidente de Câmara, e ele nunca gostou quando eu lhe falei. E isto tem a ver exatamente com a questão do saneamento e das localidades que não são servidas por esse saneamento, e das pessoas que são obrigadas a exportar as suas águas residuais, e, para se fazer de uma forma honesta e de uma forma legal, têm que recorrer à PMU, e portanto, pagam a água pública, não pagam a taxa do saneamento, mas depois pagam com língua de palmo, de facto, a exportação através da PMU.

Eu julgo que uma das soluções que se poderia encontrar para aqui – que, aliás, era a que eu propunha – era: as pessoas, ao consumirem essa água nesses locais, ser-lhes-ia debitada a taxa normal que é debitada a toda a gente, e esse volume correspondente a essa taxa deveria ser retirado gratuitamente pelos serviços da Câmara, e seria uma forma de colocar igualdade perante todas as pessoas – aquelas que têm saneamento e aquelas que não têm. E isso, obviamente que é caro.

Outra questão é uma solução mais ambiciosa, porque eu tenho-a visto ser defendida nos Municípios com mais habitantes deste país, que é, exatamente, o caminhar no sentido dos transportes gratuitos. Eu não digo para ser implementado já, mas eu digo que deveria ser estudado, porque o transporte público gratuito estimula bastante a alternativa ao uso do carro. E portanto, se nós andamos a tentar aqui chegar a poupanças das taxas de carbono, à melhoria até das utilizações de transportes coletivos, era uma solução que se poderia pensar implementar no futuro. Eu sei bem que hoje, isto é uma proposta que assusta toda a gente, mas pensada ao longo do tempo, houve muitas propostas assim no passado, que acabaram por ser implementadas, e acabaram por dar os seus frutos.

Relativamente às propostas do Partido Socialista para endividamento da Câmara para se fazer mais, eu acho que isto é como nas nossas casas, todos nós nos podemos endividar até certo ponto para fazermos mais a nossa vida, para melhorar a nossa casa, os nossos carros, a melhor educação dos nossos filhos, etc. O problema é que é muito fácil constituir dívida, e por vezes, depois, pagá-la é complicado, porque, por vezes, os retornos das tais alavancagens não aparecem. E quando não aparecem, é uma chatice para pagar as dívidas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, eu acho que o Município tem tido uma posição prudente, julgo que no caso de haver necessidade de financiamento acrescido, relativamente a concursos que existam, para financiamentos comunitários que exijam participação por parte da Câmara, julgo que a Câmara deve ter essa disponibilidade assegurada para, nessas alturas, poder utilizar, então, a capacidade de endividamento.

E por tudo isto, eu acho que este Orçamento é um Orçamento muito bem feito, muito ponderado, o possível. Fiquei satisfeito por ver que algumas coisas vão para a União de Freguesias, que já andavam a ser reclamadas há muito tempo, as coisas aparecem quando têm oportunidade de aparecer. E portanto, as minhas felicitações a quem elaborou, aos técnicos da Câmara, aos Senhores Vereadores, à Câmara e ao Senhor Presidente.

Com certeza que, tal como o João Santos disse, o PSD irá aprovar este Orçamento. Muito obrigado.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Queria deixar uma nota: congratulo-me por a Câmara Municipal não ter tendência para aumentar o endividamento. As dívidas pagam-se, ao contrário do que disse o pantomineiro-mor aqui há uns anos, as dívidas são para se pagar, porque quem contrai dívidas tem que assumir com seriedade o dever de as pagar, e quem as paga são, de facto, os cidadãos. E eu tenho um entendimento, que é o entendimento, penso, do PSD, de que o endividamento não se faz de qualquer maneira e feitio; faz-se apenas quando é absolutamente necessário, em situações excecionais, e é para se pagar, para se cumprir. E portanto, nisso, sim, nos distanciamos do Partido Socialista, porque, de facto, esta Câmara, ao contrário do que hoje aqui a Bancada do Partido Socialista disse – que parece que é adepta do SYRIZA, mas sabemos onde é que o SYRIZA levou, a que resultados, e nós não seguimos com essa forma irresponsável de fazer política. E por isso, eu congratulo-me com o Orçamento que a Câmara aqui apresentou.

Apenas a Câmara tem opção de cortar despesa num lado e fazê-la noutra, isso são opções políticas. Pode-se discutir, de facto, essas questões, se a Câmara fez bem em gastar dinheiro aqui ou não gastar ali. Agora, o Partido Socialista veio aqui hoje, primeiro, cortar nos impostos, como fez no princípio da Assembleia Municipal, e agora vem dizer para se fazer mais investimento, mais dívida – mais investimento com mais dívida, que podemos contrair mais dívida. Não é assim. Eu, como cidadão, como pagador de impostos, sinto-me muito mal ao ouvir falar de endividamento, porque, de facto, vai acarretar mais impostos a curto prazo.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não temos mais inscrições. Pergunto agora se alguém da Câmara Municipal, pretende usar da palavra. Senhor Presidente, por favor, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

Às vezes, chego à conclusão, depois destas discussões, se valeu a pena todo o nosso esforço informativo, elucidativo, em transmitir a complexidade, a envergadura dos documentos como os que estamos aqui a analisar, e a responsabilidade de quem tem que tomar decisões, nomeadamente da nossa parte, na Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E por isso é que eu comecei por dizer – e até fiz aquela pausa – porque deu muito trabalho chegarmos aqui, e apresentarmos um documento que é realista, que é sério e que é responsável. Era tão importante que na gestão da coisa pública se tivesse sempre em linha de conta estas três características: realista, sério e responsável. Isso é muito importante, porque quando estamos a discutir um exercício orçamental, que é uma previsão de receitas e despesas, temos de pensar que as vamos concretizar, mas temos de concretizar com os meios que temos à nossa disposição, e prepararmo-nos para irmos buscar mais meios, para sermos mais atrativos, para irmos cativar novos investimentos. É por isso que estão as rubricas abertas.

Quem faz orçamentos sabe que uma vez que no nosso Orçamento têm que estar previstas plurianualmente verbas, e verbas onde a receita tem de coincidir com a despesa, nós não podemos dizer que, em 2024, vamos fazer 20.000.000,00 € em parques industriais, porque depois temos de dizer onde é que vamos buscar o dinheiro, mesmo para daqui a dois ou três anos. Este é um exercício de responsabilidade, para quem gere a coisa pública isto é muito importante.

Eu compreendo, porque eu também já fui Presidente de Junta, e quando via lá uma verba metida mais para a frente, dizia: isto é para não se fazer, ou para se fazer mais tarde. Não é esse o objetivo; o objetivo é fazer o equilíbrio orçamental, é que a receita que está prevista, plurianual, seja a mesma que a despesa. Mas, agora, compete-nos a nós irmos encontrar mecanismos para executar essas obras, tal como temos feito.

Eu compreendo que para justificar uma posição, que eu não percebi, de fundo – não percebi, não há nenhuma divergência do Partido Socialista, não há nenhuma divergência de fundo, não houve nenhuma matéria em que tenham dito: “Nós não concordamos com isso, e defendemos aquilo.” Não houve nenhuma matéria, o que é interessante. O que disseram foi: para vocês executarem o Orçamento, nós estamos disponíveis para avançar com endividamento municipal, para executarem o que vocês têm no Orçamento. Isto é extraordinário, eu acho que isto nem merecia um voto contra, merecia um voto a favor do Orçamento, que era para nós aprovarmos o Orçamento, executarmos o Orçamento, e depois ainda contrairmos um empréstimo para executar o Orçamento. Se a única dúvida que colocam é a capacidade de endividamento – aliás, deveríamos chegar à Câmara, nem se faziam reuniões de Câmara para distribuir pelouros, era logo pedir um empréstimo, falar com o Tribunal de Contas, tínhamos de enunciar quais eram os objetivos do empréstimo, era isso que deveríamos ter feito logo. Não fizemos, fomos cautelosos, fomos prudentes, fomos rigorosos e fomos bons gestores da coisa pública.

A questão não é fazer escolhas; a questão é que estão ali elencadas as prioridades do mandato, dos próximos dez anos, dos próximos vinte anos, estão lá elencadas, estão lá orientadas. E esse é o nosso trabalho. E essa, custe-vos o que vos custar, é a “nova ambição” para o nosso concelho, é a ambição de querermos um concelho mais verde, mais digital, mais atrativo economicamente, e estão lá essas rubricas. É essa a “nova ambição” que nós queremos, uma ambição de fazer com que as pessoas nos respeitem, que as pessoas saibam que quando fazemos estes documentos, fazemos para não colocar em causa as contas públicas, mas para melhorar a vida delas. E é por isso que temos 6.500.000,00 € de orçamento em saneamento básico, coisa que nos últimos anos eu vi sempre os Senhores Membros da Oposição dizer que deveria ser uma prioridade, e que agora prestam-se a votar contra esse investimento em Almagreira, no Lourçal. Não, vão



MUNICÍPIO DE POMBAL

votar contra o Orçamento, e portanto, vão votar contra esses investimentos. É verdade, é mesmo assim, vão votar contra o facto de nós confiarmos nas Juntas de Freguesia e distribuirmos neste Orçamento mais de 5.000.000,00 € para as Juntas de Freguesia. Nós continuamos a apostar na educação, e investimos mais de 3.000.000,00 €. Vão votar contra nós termos colocado neste Orçamento a perspectiva de, no âmbito daquilo que há de ser o próximo ciclo comunitário, nós termos novas zonas industriais no Concelho de Pombal, porque temos a rubrica aberta, vamos agora sinalizar os terrenos, vamos falar com os proprietários, vamos adquirir os terrenos, vamos lotear, e depois vamos vender, e depois vamos aumentar o Orçamento em função desse trabalho todo que tem de ser feito previamente. Vamos fazer isto, e vocês vão votar contra. Vão votar contra um Orçamento que responde às prioridades do presente, mas que aponta caminhos para o futuro. É este o Orçamento que vocês vão votar contra.

À partida, eu já sabia que o vosso voto seria contra, mas, mesmo assim, intelectualmente, tenho que fazer este exercício de dizer que quem executa um Orçamento, quem prepara um Orçamento, ouvindo as entidades que nós ouvimos, é com critérios de realismo, de seriedade e de rigor na gestão pública.

E agora, às dúvidas concretas, Nuno Gabriel Oliveira, relativamente ao projeto do campus do ensino superior, gostava de lhe dizer isto: é que nós tomámos posse há um mês, integrámos uma rubrica para esse projeto, temos o dinheiro para lançar o procedimento, para depois termos o projetista, fazermos o caderno de encargos, e já queriam que nós soubéssemos quais é que eram as características desse investimento, de que ainda nem sequer há projeto? Não faz sentido, não faz sentido nenhum. Dizer que se vota um Orçamento contra por causa disto, custa-me muito, porque não é por esses motivos que se vota contra um Orçamento. Vota-se contra um Orçamento porque não se concorda com determinada opção. Portanto, é uma prioridade, uma prioridade de todos, e é um projeto que vai ser acarinhado por todos, e que vai envolver os contributos de todos, é esse o objetivo.

Relativamente à bacia de retenção, que foi outro projeto que foi sinalizado, está prevista há vários anos nos documentos previsionais da Câmara Municipal de Pombal a construção da bacia de retenção. O projeto está na Câmara, podem consultar o projeto quando quiserem, podem falar com os nossos técnicos. Foi a primeira coisa que fizemos, mal chegámos, logo nos primeiros quinze dias, saiu um aviso no PRR nesta área, nós falámos logo com a APA, no sentido de conseguirmos financiamento, porque é um investimento brutal. Vocês sabem, para falar em endividamento, quanto é que nós nos podemos endividar, para o ano, contrair empréstimos para o Município? Na casa dos 4.000.000,00 €, disse o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. E estamos a falar, neste investimento, do triplo do dinheiro. Imaginem que agora nós íamos contrair um empréstimo para outra finalidade e, entretanto, saía uma oportunidade de nós fazermos um investimento deste género.

A gestão tem que ter cautela, tem que ter prudência. É lógico que a parte do risco é sempre extraordinária, quando é para os outros; quando é para nós, há que ter um bocado mais de rigor.

Relativamente a esses projetos, relativamente ao ensino superior, não temos a ideia já pré-feita daquilo que é um projeto que vai iniciar no próximo ano. O que vamos fazer é: temos o dinheiro alocado para se lançar o procedimento, para termos um projetista;



MUNICÍPIO DE POMBAL

depois, naturalmente, o caderno de encargos, envolver a sociedade civil, envolver os diversos parceiros que nós temos, quer a nível do ensino superior, quer ao nível das empresas, que é muito importante também envolvê-las, dos próprios interessados, os Senhores Vereadores sem pelouro, os membros da Assembleia Municipal, e depois, sim, construirmos em conjunto aquilo que seja a melhor solução para o campus de ensino superior, de investigação e conhecimento, o melhor modelo. Mas, não podia ser em um mês, já termos predefinido aquilo que vamos fazer.

Acho que não faz sentido nenhum, são projetos que merecem ser amadurecidos e em que merecem ser envolvidos todos, não é o projeto do A, do B ou do C, eu não quero que aquilo seja o projeto do Pedro Pimpão, mas um projeto da comunidade. E é assim que eu entendo estas coisas.

E por isso, dizerem que vão votar contra um Orçamento porque estes dois projetos não estão bem explicados, pronto. Mas, já salientei isso.

Depois, relativamente ao diferimento dos investimentos para mais tarde, foi outra das questões que o Nuno Gabriel salientou: os investimentos não estão diferidos para as “calendas gregas”; aquilo que está a acontecer é que, pelo rigor do exercício orçamental, nós temos que inscrever as rubricas, e temos que colocar neste momento as rubricas, e temos que colocar o montante que nós temos a certeza que vamos receber. E há sempre uma margem de risco – pequena, mas há uma margem de risco – de nós não recebermos aqueles valores. Mas, temos a certeza de que, pelo menos naqueles valores, nós vamos ter receita, e inscrevemos as despesas de acordo com as receitas que temos. Parece fácil, não é nada fácil, mas é um exercício de responsabilidade. E é por isso que algumas rubricas estão nos anos subsequentes, mas a partir do momento em que nós integrarmos o saldo de gerência, em fevereiro, em que vamos ter – espero eu – mais alguns milhões de euros para alocar a investimentos que têm rubrica aberta, e que depois, a partir daí – e aí respondo a algumas perguntas – vão ter mais dinheiro para nós podermos executar já em 2022. É isto, o exercício orçamental é assim. E se nós tivermos, no âmbito do financiamento comunitário, capacidade, como temos tido nos últimos anos, para apresentar projetos, e para esses serem aprovados – e isso também depende, depois, da forma como esses procedimentos forem desenvolvidos pelas instâncias com responsabilidade nesta matéria – nós depois vamos implementar outros projetos. Mas, estão lá as rubricas. Portanto, se nós tivermos as rubricas e se tivermos os projetos, e se depois tivermos financiamento, estamos a cumprir com o nosso objetivo, e é assim que se faz, em termos de Orçamento.

Em relação à Carla Mariza, eu sei que essa questão é uma questão que para ela é muito cara – no sentido de que é um assunto que aborda com afetividade – e relativamente a esse assunto, se é o assunto mais importante, em 53.000.000,00 € de Orçamento, é uma opção. Eu acho, e digo sinceramente, que não é o mais importante, nos 53.000.000,00 € de investimento que ali estão, mas foi elencada como uma prioridade.

Do nosso ponto de vista da iluminação pública, até porque temos uma concessionária da rede, como vocês sabem, há o compromisso que foi assumido connosco, na reunião que tivemos na semana passada, de continuarem a reforçar a iluminação pública na cidade e nas freguesias, nomeadamente nos pontos mais sensíveis, que já estão identificados. E vamos, no próximo ano, continuar a substituir as luminárias por LED, em mais de três mil luminárias, e aquilo que nós queremos é também o reforço da própria intensidade da



MUNICÍPIO DE POMBAL

luz, porque nós sabemos que nomeadamente no caso do centro urbano de Pombal, na Avenida, que há ali outro trabalho que tem que ser feito, e que nós vamos avaliar.

Mas, naturalmente, é um assunto que acompanharemos, e que também está interligado com o que o Ilídio da Mota frisou na sua intervenção, com a segurança rodoviária, que tem muita relação com o facto de nós termos as estradas bem iluminadas, porque isso também é uma garantia de segurança rodoviária, e isso, a par da sinalização das passadeiras e de algum reforço de lombas, e outros mecanismos para diminuir a velocidade dos automóveis, são tudo questões que estão a ser analisadas internamente pelos serviços, e que o Vereador Pedro Navega também está a acompanhar, a forma de nós termos aqui também uma estratégia integrada de, realmente, reforçar os nossos cuidados com a segurança rodoviária.

Em relação ao João Santos, é, realmente, um Orçamento realista, é um Orçamento que concretiza, é um Orçamento que lança as bases para o futuro, e concordo com essa perspectiva, e com esse reforço também daquilo que são as prioridades do Orçamento.

Em relação ao Gonçalo Ramos, já frisei que alguns dos investimentos – e os Presidentes de Junta são insatisfeitos por natureza, eu sei disso, eu também sou insatisfeito por natureza, e portanto, queremos, em 2022 e nos anos seguintes, cumprir com aquilo que foram as prioridades que cada um elencou também, daquilo que foi o compromisso assumido com os seus eleitores, que são os nossos eleitores, são os nossos cidadãos. E naturalmente que os próximos exercícios orçamentais devem também retratar essas prioridades.

Em relação ao Luís Couto, esta temática do saneamento básico, do alargamento da rede, de darmos resposta a todos os agregados familiares, é algo que nos preocupa, e preocupa-nos que haja critério, realmente, para essa coesão social e territorial. E tendo noção de que, se calhar, não conseguimos chegar com esta rede, desta forma, a todos os agregados, temos de estudar soluções – e o Senhor Vereador Pedro Navega, juntamente com os técnicos da área, e com os dirigentes do departamento, estão a estudar soluções, e eu já sugeri que também pudesse fazer parte de uma dessas reuniões, para também ter conhecimento daquilo que são as várias soluções que podem ser implementadas.

Em relação ao Humberto Lopes, confiança nas Juntas de Freguesia: se não fossem as Juntas de Freguesia, como é que nós conseguíamos desenvolver o território, de forma coesa e dinâmica, como o fazemos? Era impossível – era impossível. Se fosse a Câmara, só por si, a fazer intervenções, a desenvolver programas de intervenção comunitária, nunca chegaríamos ao número de pessoas e com a qualidade com que o fazemos hoje. E só o fazemos, em algumas áreas, não só na intervenção física, na intervenção no espaço público, mas também na área social, na área da educação, e noutras áreas, onde as Juntas de Freguesia, no nosso concelho e no nosso país, desenvolvem, realmente, um papel verdadeiramente importante. E esse desafio, de confiarmos cada vez mais nas Juntas de Freguesia, é um desafio a que eu vou tentar influenciar ao máximo todos aqueles que fazem parte deste barco.

Em relação ao João Pimpão, o IC2 é realmente uma das prioridades do ano que vem. Mais uma vez, nós avançamos com o projeto, nós custeámos o projeto. Estamos a falar do IC2, investimento da Administração Central, mas somos nós, com o nosso dinheiro, que andamos a fazer este trabalho, mas estamos a fazê-lo com gosto, porque sabemos que é importante para a vida das pessoas, e para a economia da nossa região. E estamos



MUNICÍPIO DE POMBAL

a substituir-nos à Administração Central. Às vezes, importa falarmos da Administração Central – e quando digo “Administração Central”, não é este Governo do Partido Socialista; é o Governo do Partido Socialista, foi o Governo do PSD, do CDS, todos os Governos. Não quero com isto fazer política partidária. Estou a dizer, vejam como é que decisões, ou não decisões, a nível nacional, influenciam a vida local. E por exemplo, enquanto no IC2 nós esperamos que o facto de estar no PRR inscrita uma verba, faça com que haja também aqui uma pressão adicional, porque também a Administração Central quer executar, e nós também queremos ver a obra realizada. Da nossa parte, relativamente aos projetos de especialidade, é irmos pressionando os projetistas para que os projetos estejam prontos, e depois que a obra seja iniciada. E naturalmente que a questão das passagens desniveladas deve ser tida em consideração, porque é importante dar essa segurança aos cidadãos. Mas, só agora, em fase de projeto de execução, é que podemos compreender o ponto de situação relativamente a cada uma delas.

Em relação ao João Coelho, creio que já respondi, na parte inicial da minha intervenção. Eu percebi que o João Coelho queria que nós contraíssemos agora um empréstimo para fazer os parques industriais, campus de ensino superior, pavilhão desportivo na Guia, pavilhão desportivo em Pombal, rede de parques verdes, e antecipar isto tudo para 2022. Referiu todos, isto significa que são muitos milhões de euros de endividamento para os concretizarmos todos em 2022. Mas, felizmente, vamos ter vários anos de mandato, estamos determinados em executar vários investimentos ao longo dos próximos quatro anos, não queremos fazer tudo de um dia para o outro, e vamos ter, de certeza, capacidade, com o vosso apoio – apesar do vosso voto contra – para executarmos os investimentos que aqui estão previstos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Assim sendo, eu penso que podemos passar às votações e vou pôr a votação o Ponto n.º 2.2, que é a proposta da Câmara sobre o Orçamento para o ano de 2022 e o Plano Orçamental Plurianual 2023/26 e anexos.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos contra do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Mais foi deliberado aprovar esta deliberação por minuta para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2022/2026.

Considerando que este ponto foi discutido em conjunto com o ponto anterior, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** passou de imediato à sua votação.

Colocado ao ponto 2.3. a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos contra do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Mais foi deliberado aprovar esta deliberação por minuta para efeitos de imediata execução.

João Varela Coelho (PS), pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Partido Socialista gostava que ficasse registado em ata que não é contra a concretização das obras que estão mencionadas neste documento, mas apenas contra a falta de ambição, de não ir mais além do que aquilo que consta deste Orçamento, ao contrário do que foi dito.

Muito obrigado.”

Ponto n.º 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, no ano económico de 2022, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

“Pergunto se há intervenções sobre o Ponto n.º 2.4. Por favor, tem a palavra.

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Descansando os presentes, o Partido Socialista vai votar a favor. Ainda assim, gostava de o fazer com uma ressalva: aquilo que nós estamos a fazer é permitir, por um lado, o funcionamento regular da Câmara Municipal; por outro lado, é dar um voto de confiança de que aquilo que for a gestão corrente da Câmara Municipal vai ao encontro do que está previsto no Orçamento – convenhamos, será o mínimo – e, por outro lado, que isso é feito dentro dos limites que a Lei impõe, e dentro das condições que a Lei impõe, naturalmente.

Mas, isso não foi o caso, ou pelo menos não ficou evidente que tenha sido o caso na contratação de serviços para o Natal em Pombal. E digo isso com pena, e com alguma preocupação, esperando que apenas tenha sido um mau exemplo daquilo que nunca mais se deve repetir. A assunção de que a ADILPOM pode ser um mecanismo, um veículo para a contratação de um prestador de serviços em concreto, ou qualquer outro exercício do género se possa repetir no futuro... Continuando o raciocínio que estava a desenvolver, aquilo que nós tivemos, daquilo que foi possível perceber da transcrição da reunião de Câmara onde foi apresentada a justificação para a assunção de mais de 100.000,00€ de despesa com um prestador de serviços, sem concurso público, num ajuste direto, ainda que por veículo externo, é algo que não se pode repetir, ao abrigo deste ponto que está aqui a ser discutido.

Nós damos o voto a favor, realmente a favor, do saudável funcionamento da Câmara Municipal, mas não a favor de qualquer prática que vá para além do que está estipulado na Lei, objetivamente e subjetivamente – porque, objetivamente, aquilo que nós tivemos foi algo que moralmente é criticável, não tem qualquer recriminação legal – aliás, já aqui tivemos um exemplo de algo muito semelhante, em que aquilo que diz a Lei não é, evidentemente, aquilo que as pessoas devem necessariamente fazer, porque, objetivamente, aqui foi escondida, de forma ínvia, a utilização de dinheiro público, e isso não é saudável.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Fica esse registo, essa ressalva, ainda assim com o Partido Socialista a votar a favor da pretensão da Câmara Municipal.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Tenho uma inscrição, não sei se há mais inscrições sobre este ponto. João Pimpão queria inscrever-se. Eu peço que na justificação do voto sobre esta matéria não nos desviemos do que está aqui em causa. O membro da Assembleia Municipal entendeu delimitar as razões pelas quais votava, dizendo que não aprovaria outra prática, outra relacionada com esta – foi assim que eu entendi a sua intervenção – mas eu peço que agora, na discussão, não nos desviemos, porque senão aí é que saímos mesmo muito. Queremos acabar hoje, não amanhã.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, nós estamos aqui num ponto que é a autorização para a Câmara contratar em termos plurianuais, isto é, contratar despesa que seja realizada em mais do que um ano, sem a necessidade de ter que vir à Assembleia Municipal, porque só a Assembleia Municipal é o órgão que permite que a despesa possa ser feita no próprio ano e anos seguintes, nomeadamente o lançamento de obras.

De toda a maneira, cumpre-me registar que é uma prática corrente deste Município esta autorização ser aprovada, é uma prática corrente da Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal a informação sobre todos os atos praticados ao abrigo desta autorização de despesa plurianual – ou seja, despesa em dois anos. E o que me parece é que não configura qualquer tipo de despesa protocolar, ou com outros protocolos que têm despesa no próprio ano.

Isto leva-me a pensar que, realmente, a desonestidade intelectual faz com que tragamos para estes pontos aqueles pontos que não quisemos discutir no período de antes da ordem do dia, fazendo uma birra e indo-se embora. Penso que a seriedade e a arrogância intelectual não podem ter lugar aqui dentro. Trata-se este ponto simplesmente de autorização de compromissos plurianuais, mais nenhum.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Vou ser breve, era só para dar aqui um esclarecimento ao deputado João Coelho, que ele, há bocado, estava a referir esta questão da ADILPOM, e eu, por acaso, recordo-me que se terão ausentado da sala, e provavelmente não ouviram à conta disso, mas ainda há pouco referenciei aqui, relativamente a esta matéria do natal, uma daquelas que foi a intervenção da Dra. Odete numa reunião de Câmara, inclusive, e também sobre esta matéria da ADILPOM, e até passo a citar, que dizia: “Sinto que o Orçamento será certamente muito reduzido para esta matéria de festas de natal. Até se percebe, porque no protocolo se diz que, depois, se houver desequilíbrios financeiros, se a ADILPOM tiver desequilíbrios financeiros, a Câmara poderá apoiar com um máximo de 25.000,00€. Já se está a adivinhar que a ADILPOM possa vir aqui a ter algum prejuízo nesta questão, e obviamente eles também farão as suas contas. E depois, nesta questão da iluminação de natal, falta iluminação na cidade, falta aqui qualquer coisa, falta vida. E portanto, desta vez a Câmara, então, acabou por dotar com 50.000,00 €, em caso de prejuízo, a ADILPOM, e a proposta que tem, dos 107.000,00 €, alberga aqui um conjunto de serviços que, face aos outros orçamentos que lhes foram apresentados, e como também referenciei



MUNICÍPIO DE POMBAL

anteriormente, face à antecedência com que estes serviços foram contratados, era, sem dúvida, a proposta mais favorável.”

E portanto, penso que, relativamente a esta matéria, bastava analisar os documentos para tirar esta conclusão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Bem, estamos a desviar-nos, como eu previa, do tópico. Esta matéria não é o que está aqui em causa; o que está em causa é uma autorização prévia – apenas autorização, e não realização – para compromissos plurianuais. Não vamos agora aqui discutir as iluminações, a ADILPOM, seja o que for.

Eu tenho mais um pedido de intervenção, mas eu pergunto se é para se cingir ao ponto que está em causa. Se é, tem a palavra.”

João Varela Coelho (PS):

“Eu já repeti o advérbio de modo “objetivamente” três vezes, mas lá terei que voltar. Nós demos um exemplo de uma má utilização de um processo de contratação para dizer que nós não damos cartas em branco à Câmara Municipal para fazer a assunção de despesa de qualquer forma, mas dentro dos limites que a Lei confere, e dentro do espírito da Lei, seja para despesas feitas no próprio ano, ou sejam feitas para vários anos. Acho que isso foi muito linear, e não fui eu que me desviei do assunto. Eu não estou a discutir o natal em Pombal, não estou a discutir luzes; estou a discutir a correção dos procedimentos da Câmara, tão só e simplesmente.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O que está aqui em causa é a autorização prévia para compromissos plurianuais, não é essa discussão sobre a correção. Já percebemos que há visões divergentes sobre isso, ficaram aqui bem claras. Se for agendado, se houver um ponto que seja requerido e que seja agendado, ou então num período de antes da ordem do dia, isso poderá ser discutido. Aqui está em causa, agora, a autorização prévia para compromissos plurianuais. Penso, aliás, que foi anunciado que o voto seria favorável, mas vamos ver.

Pergunto se há mais intervenções, ou se podemos passar à votação.”

Colocada a autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto n.º 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para 2022.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“A proposta foi divulgada, não tem nada a acrescentar em relação ao documento que foi apresentado. Pergunto se há intervenções.

Deputado Municipal João Coelho, por favor, tem a palavra.

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Permita-me só um pequeno aparte, sugerir que, de alguma forma, as próximas Assembleias Municipais sejam mais equilibradas na distribuição dos pontos, porque, realmente, é visível o cansaço das pessoas, e é natural que assim seja. Não estou a fazer nenhuma recriminação, é apenas normal que nós já não tenhamos a mesma disponibilidade mental para fazer o estudo e a avaliação de cada uma das intervenções. Mas, adiante, farei o meu melhor.

Queria só fazer um pedido de esclarecimento, antes de definirmos a nossa posição, porque, realmente, ficou menos evidente – da nossa capacidade de leitura, eventualmente – se os números que estão na coluna de postos de trabalho por ocupar – penso que estou a citar bem, peço desculpa se estiver a referir de forma errada – se o número de pessoas que estão identificadas nos postos de trabalho por ocupar será para somar ao número que está à esquerda, nos postos de trabalho já ocupados, ou se estamos a falar de uma mera ocupação de lugares de pessoas que vão saindo.

Eu pedia, com a sua compreensão, que houvesse este esclarecimento prévio.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Penso que está compreendida a sua questão, pelo menos da minha parte está.

Não sei se há mais intervenções. Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Nem de propósito, não combinei nada com o João, mas tinha essa dúvida também. Ou seja, nós, como Juntas de Freguesia, também gerimos pessoal, e percebemos perfeitamente que este Mapa de Pessoal deixa aqui algumas preocupações com estas necessidades de recrutamento a curto prazo. Ou seja, nós temos essas necessidades nas Juntas – por exemplo, a parte das máquinas, a parte dos operários, a parte dos operadores – e eu dou aqui nota de uma das notas que aparecia lá, um Decreto que saiu no dia 9 de novembro, Decreto-lei n.º 93/2021, que, no fundo, possibilita aqui o pagamento de um subsídio por condições de penosidade. Qual é o problema do Município e da Junta de Freguesia? É, no fundo, conquistar as pessoas, ter pessoas que, por aqueles vencimentos, vão trabalhar para a Câmara ou vão trabalhar para as Juntas. E aqui tenho que dar o mérito a todos os trabalhadores desta casa, do Município e das Juntas de Freguesia, porque os vencimentos – e falo aqui na parte operária – são o que são, e essa dificuldade – porque o que o João dizia, eu fui somar também, ou seja, temos quatrocentos e setenta e sete pessoas naquele quadro, e depois aparecem duzentas e dezasseis pessoas a colocar – ou seja, teoricamente seriam 45% de pessoas que em 2022 teríamos que colocar no quadro da Câmara. Eu percebo, e fui ver as necessidades – e falo também na Junta – a questão do tal Gabinete de Apoio às Freguesias, que também aparece lá com um arquiteto e com um engenheiro civil, que era uma das necessidades que as Juntas também fizeram chegar à Câmara nesse aspeto, com o apoio jurídico que terá que ser dado, na minha opinião, de futuro às Juntas, para conseguirmos aqui trabalhar em parceria. Mas, fiquei preocupado.

Não me espantam estes números, porque eu também dou nota, esta opção política de Pombal, eu comparo com Leiria – ou seja, Pombal gere a rede de água, tem que ter os operadores das ETAR’s, ou seja, a parte do saneamento; também tem os transportes – ainda há bocadinho falámos aqui na mobilidade, temos que ter os condutores para os



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pombus. Ou seja, se formos ver lá, é óbvio que me preocupa, duzentas e dezasseis pessoas a alocar em 2022. Percebendo estas dificuldades orçamentais, era essa a minha dúvida. E agora, tinha aqui uma nota: que soluções, perante este quadro legal, perante esta tipologia de funcionário público, é que vamos conseguir ter nos nossos quadros – de Juntas e Câmara Municipal – para os próximos anos, atendendo à falta e à escassez de recursos humanos, de mão de obra, que toda a gente percebe que, a nível de empresas com vencimentos muito superiores, estão a sentir, como é que uma Câmara e uma Junta vão conseguir recrutar nos próximos anos. Era essa a minha dúvida. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, muito brevemente, isso é uma dúvida legítima.

O Mapa de Pessoal é, também ele, uma previsão daquilo que são as necessidades em matéria de recursos humanos do Município de Pombal. E o Mapa de Pessoal tem que ser o diagnóstico daquilo que existe – e portanto, do lado esquerdo estão os postos de trabalho ocupados e a modalidade – ou seja, se é por contrato de trabalho por tempo indeterminado, os antigos do quadro, contrato de trabalho a termo resolutivo certo, comissão de serviço, etc., qualquer uma das várias dimensões – e no outro quadrado, aquele que vos assustou, ou na outra parte da tabela, do lado direito, que vos assusta e que nos assusta a todos, foi feito pelos serviços internamente, pela Senhora Vereadora dos recursos humanos, todos os anos, quando preparamos o Orçamento – por isso é que eu vos disse que isto são documentos complexos, de grande envergadura, o trabalho de muita gente, este é um bom exemplo disso – faz-se uma sindicância por todos os serviços municipais – e são muitos – para perceber quais é que são as necessidades em matérias de recursos humanos no próximo ano, porque só podemos avançar com qualquer tipo de procedimento concursal na área dos recursos humanos se esse lugar estiver previsto em Mapa de Pessoal. E por isso é que é muito importante e muito sério este trabalho que foi desenvolvido internamente, ao nível dos recursos humanos, com todos os serviços.

E portanto, para não assustar, dizer que essa tabela é só uma previsão para, havendo necessidade, ou havendo prioridade por parte da Câmara Municipal, de avançar com um procedimento no turismo, na juventude, no desporto, na engenharia civil, no Gabinete de Apoio às Freguesias, estar previsto, e depois é uma questão de prioridade, porque sabemos que nunca vamos poder – aliás, só se tivéssemos muito financiamento, não haveria endividamento que chegasse para nós podermos fazer face àquilo que os serviços entendem como necessário para termos uma massa humana para corresponder a tudo aquilo que seria o ideal. E não podemos, estamos na Administração Pública, os recursos são escassos, temos de fazer opções, definir prioridades, etc. Vocês conhecem perfeitamente como é que funcionam estas coisas.

O que é certo é que esse lado da tabela, de postos a ocupar, é só para nós, agora, à medida que formos avançando, em 2022, querendo abrir procedimentos nessas áreas, têm que estar previstas no Mapa de Pessoal. E creio que respondi à questão do João.

A questão do Humberto é muito mais profunda, que é quais é que vão ser os colaboradores que vamos ter nas Juntas de Freguesia e na Câmara Municipal daqui a uns anos, porque há um conjunto significativo de funções cujos procedimentos concursais



MUNICÍPIO DE POMBAL

nós abrimos, e ou ficam desertos, porque não há ninguém a concorrer, ou concorre muito pouca gente, nomeadamente para algumas funções que, no caso da Administração Pública, não são muito bem remuneradas. Isso é uma questão, é que os nossos colaboradores na Administração Pública geral, e nas Câmaras e Juntas em particular, fruto das tabelas que existem na Administração Pública, não têm muitos incentivos – nomeadamente esses manobreadores de máquinas, coveiros, etc. – para ingressar na Administração Pública.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Um esclarecimento complementar? Por favor.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara, pelo esclarecimento. Ainda assim, pedia um esclarecimento adicional, se fosse possível, só para concretizar, no tanto que esteja acessível.

Estava a pedir um esclarecimento adicional, nomeadamente na parte de obras, vamos chamar-lhe a Divisão de Obras, aquilo que está sob a alçada do Senhor Vereador Pedro Navega, qual é que é a projeção de investimento em pessoal ao longo dos anos, nomeadamente para fazer face a uma dificuldade que penso que ele sentirá, que nós sentimos enquanto atores da política em Pombal, que é a questão do licenciamento. Muitos licenciamentos que estão pendentes ao longo destes anos, chegaram a valores record de quinhentos a oitocentos processos – isso está por determinar – penso que foi a herança que foi trazida do mandato anterior. Queríamos perceber, isto para objetivamente determinar o nosso voto, não conseguimos fazê-lo de outra forma, esse esclarecimento não vem no documento, temos que perguntar.

De referir a questão do licenciamento, também alguma dificuldade que manifestamente o mercado da construção tem trazido, em termos de orçamentação e de acompanhamento de obras, que torna o exercício mais exigente – e portanto, eventualmente levaria a um maior investimento – e também a questão da revisão do PDM, que poderá – ou não – levar a necessidades acrescidas de pessoal.

Tudo isto foi identificado por nós, dentro da Bancada do Partido Socialista, e portanto, era esse pedido de esclarecimento adicional, que precisávamos de perceber para determinar o nosso voto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Queria só alertar que, futuramente, os pedidos de esclarecimento e as perguntas são para fazer logo todas, antes da intervenção do Presidente da Câmara. Não há nenhum problema, mas para não haver futuramente outros problemas, peço que nos dois períodos de intervenção ponham as questões.

Mas, agora, uma vez que ainda não estava esclarecido, pergunto, Senhor Presidente da Câmara ou Senhor Vereador, se querem usar da palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“O Senhor Vereador Pedro Navega vai responder a esta pergunta.”

Pedro Navega (Vereador):

“Antes de mais, cumprimentar o Senhor Presidente, a restante Mesa, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à questão que foi colocada, e começando pelo número de processos que existem, houve aqui vários fatores que levaram a que o número de processos relativamente aos licenciamentos chegasse aos números que temos hoje. E aí, refletir também toda esta situação do Mapa de Pessoal, porque anteriormente o Mapa de Pessoal estava fechado, tivemos uma situação de uma técnica que esteve de baixa prolongada, houve alguns recursos que foram afetos de outras Divisões para ali, a meio tempo, para se poder dar resposta.

No entanto, este reflexo no novo Mapa de Pessoal vai precisamente de encontro a essa situação. Primeiro, nas obras particulares, um reforço das equipas, de forma a que se consiga reduzir o número de processos que estão pendentes, mas também a necessidade – e como falou – de termos algum reforço de equipa para darmos cumprimento à revisão do PDM, que é uma das prioridades que temos para o ano de 2023, começar com essa revisão do PDM, e aí, vai ser necessário um reforço das equipas, até porque elas estão ocupadas com algumas situações que, no último ano, têm surgido – a situação das vistorias, todas as temáticas que estão associadas à Divisão de Urbanismo – e será necessário esse reforço de pessoal. Mas, a seu tempo, está aberta a vaga no Mapa de Pessoal, e assim que for prioritário, iremos lançar o procedimento concursal para que as equipas sejam reforçadas.”

Colocado o ponto 2.5. Proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para 2022 a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

João Varela Coelho (PS), pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Partido Socialista gostava que constasse em ata a nossa incapacidade de acompanhar qualquer projeção de desenvolvimento do quadro de pessoal da Câmara, e portanto, de participar nela cabalmente.

Nesse sentido, o nosso voto é de abstenção, ainda que estejamos disponíveis para avaliar, à medida que as necessidades se forem objetivando, a necessidade de concordância, ou não, com essas assunções de despesa acrescida, correspondente a novas contratações.

Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Ponto n.º 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto (Domínio da Ação Social).

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se há alguma intervenção de apresentação desta proposta.

Senhor Presidente, por favor, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Essa proposta já foi a reunião de Câmara, também já foi matéria de análise da CIM, era uma proposta com efeitos retroativos, por nós termos assumido as competências no



MUNICÍPIO DE POMBAL

ano de 2021, o que não faz sentido nenhum, uma vez que vamos, a partir de 1 de abril de 2022, assumir essas competências, no domínio da ação social e na educação.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Há intervenções? Por favor, tem a palavra.”

João Pimpão (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, é feliz esta deliberação ser tomada a seguir ao Orçamento, porque me leva a perguntar se os recursos alocados que o Estado Central remeteu para o Município no âmbito desta descentralização de competências – ou desta delegação de competências – farão face à despesa prevista, e quanto é que estima que poderá acarretar para o Orçamento direto do Município esta delegação de competências.”

Marlene Matias (PS):

“Cumprimento desde já o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, cumprimento os membros da Assembleia Municipal, os munícipes ainda aqui presentes, e os que estão a assistir.

O tempo veio dar razão ao Partido Socialista. Há um ano atrás, a Bancada do PS da Assembleia Municipal votou a favor da transferência de competências para a Câmara Municipal, nomeadamente da área da ação social, porque sabíamos que chegados ao ano de 2022, essa seria uma inevitabilidade. Porque não faz sentido apregoarmos que as autarquias conseguem gerir melhor que o Estado Central – e conseguem – e depois escudar-nos dessas responsabilidades.

Por isso, porque sabíamos também que ao empurrar a aceitação de todas as transferências para 2022 poderia criar algumas entropias ao processo, por conta de nada ter sido planeado, preparado no seu devido tempo, como parece também ser a justificação dada agora.

Por isso, mais uma vez, não conseguimos compreender o porquê de adiarmos por quinze dias – quinze dias – o inevitável.

Mais, não conseguimos compreender, tendo em conta que por ocasião da apresentação do Plano Estratégico para a Educação e sobre a transferência de competências da área da educação, o Senhor Presidente da Câmara declarou publicamente que, e passo a citar, “nós vamos ter que assumir as competências, não com pena, mas com entusiasmo. Eu acho que é mesmo uma oportunidade muito positiva para a comunidade.” Fim de citação.

Posto isto, e perante estas declarações – que embora se refiram à área da educação, estamos em crer que esse entusiasmo seja sentido em todas as restantes, nomeadamente na ação social – mais uma vez reiteramos que não faz qualquer sentido adiarmos o processo por quinze dias – repito, por quinze dias.

Para finalizar, e porque o Executivo foi questionado pelos Vereadores do Partido Socialista em reunião de Câmara se já teriam informação de quantos funcionários da Segurança Social transitariam para o quadro de pessoal do Município, foi respondido que a transferência de competências não pressupunha a transferência de recursos humanos, alertamos para isso, para o n.º 5 do art.º 14.º do Decreto-lei n.º 55/2022, que diz, e passo a citar: “Para efeitos do exercício das competências previstas no art.º 10.º e 11.º, os trabalhadores com vínculo de emprego público do Mapa de Pessoal do Instituto da Segurança Social, I.P., que estejam integralmente afetos ao exercício daquelas competências, e mediante acordo entre o trabalhador, aquele instituto e a Câmara Municipal respetiva, transitam para os Mapas de Pessoal das Câmaras Municipais.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quer dizer que, ou não vai transitar ninguém porque não há qualquer funcionário que queira transitar, ou então, gostava de ver isto esclarecido, Porque é que foi dito que não iria transitar nenhum funcionário.

Por tudo o que elencamos, o nosso voto é contra o adiar das transferências de competências.

Votos de feliz natal a todos.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Sobre este ponto, também é um ponto que é caro às freguesias, também dar nota, as freguesias têm Comissões Sociais de Freguesia a trabalhar, e portanto, é uma área em que nos interessa muito perceber como é que vai acontecer, em 2022 – e a Marlene aqui tem razão, eu tenho as minhas dívidas. Eu fui tentar ler o documento e perceber. Realmente, o despacho saiu aqui no dia 8 de outubro, o Despacho n.º 9819A, e que basicamente tinha uns quadros – eu tentei perceber aqui os quadros, acordos SAS, 57.062,00 €, acordos RSI, zero euros, subsídios eventuais, 25.576,00 €, recursos humanos, 22.441,00 €. No total, na minha interpretação – corrijam-me, é esta a minha pergunta, se estarei errado – o Município de Pombal iria receber anualmente 105.079,00 €. Depois, comparei com outros Municípios – também sou curioso, e vou perceber o que é que se passa aqui ao lado: Peniche, 106.190,00 €; Porto de Mós, 103.720,00 €; Marinha Grande, 136.598,00 €; e depois, Leiria, que é capital de distrito, 460.390,00 €. O único valor comum que eu encontrei é o dos recursos humanos, 22.441,00 €, nestes concelhos todos. Fiquei sem perceber, tinha aqui as minhas dívidas, de quantos recursos humanos é que eventualmente vêm do Instituto de Segurança Social para o Município – quantos são, e se é obrigatório vir, se não é, se têm que vir, ou seja, como é que funciona este processo de transição – se vêm instalações próprias, se não vêm – ou seja, quais são os encargos que o Município, além dos recursos humanos, terá que, em 2022 – teoricamente a dia 1 de abril, falou-se também no Congresso da Associação Nacional de Municípios que o dia 1 de abril não é o dia das mentiras, mas será o dia em que todas estas competências virão para os Municípios (educação, Segurança Social e saúde), é a minha dúvida. Não sei se alguém aqui consegue esclarecer. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se pretende usar da palavra, Senhor Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Passo à Senhora Vereadora da Ação Social.”

Catarina Silva (Vereadora):

“Muito boa tarde a todos e a todas, Senhor Presidente, caríssimo Presidente de Câmara, Vereadores, Senhores Deputados, comunicação social e colaboradores deste Município. Fazendo aqui um esclarecimento relativamente a estas transferências de competências, o que estamos a propor é adiar para abril de 2022, sendo que poderíamos assumir neste final de ano.

O que acontece aqui é que, efetivamente, a interpretação do Presidente de Junta Humberto está correta, o que está previsto é anualmente ser transferido para o Município o valor monetário de 105.079,00 €. Ao contrário da educação, e no caso do Município de Pombal, não está prevista a transferência de recursos humanos – transferência direta da Segurança Social para o Município. Portanto, a Segurança Social tem nos seus



MUNICÍPIO DE POMBAL

quadros, aqui em Pombal, no âmbito da ação social propriamente dita, dois técnicos superiores, que não vão passar para o Município de Pombal. Tem, ao abrigo de acordos atípicos, duas técnicas superiores, que têm vínculo com as suas instituições, mas que a passagem não é direta para o Município. Porquê? Porque não têm vínculo público; se tivessem vínculo público, isso era facilitado.

E por isso é que nós temos esta verba aqui, dos 57.062,00 €. O que esta coluna tem aqui, de acordos SAAS, é o Serviço de Atendimento de Ação Social, que é isso que vai ficar sob a responsabilidade do Município de Pombal. Ou seja, a partir de 1 de abril de 2022, e até lá, teremos que ter condições para assegurar esse atendimento.

Imaginemos: atualmente – e a deputada Marlene Matias sabe disso – nós temos já um serviço de ação social bastante... Ou seja, esta delegação de competências até já acabou por existir, ao nível da ação social. Porquê? Porque as técnicas das Comissões Sociais de Freguesia já desempenham muito este trabalho de atendimento. No entanto, não têm acesso às plataformas da Segurança Social, não instruem processos – podem até apoiar as técnicas que estão na Segurança Social, mas não fazem estes pedidos de rendimento social de inserção. E a partir de 2022, será da responsabilidade do Município fazer isto. Nós estamos a trabalhar no sentido de perceber como é que nos podemos organizar. Mas, para explicar os valores, destes 57.000,00 €, são para dois técnicos, que são, neste momento, as duas técnicas que estão a fazer este trabalho, os 25.000,00 € são para apoios eventuais – imaginemos, um desalojado, ou um incêndio numa habitação, e normalmente quem faz este tipo de apoios pontuais é a Segurança Social, esta verba vai passar para o Município, que são 25.000,00 € / ano. E depois – e este valor é igual para todos os Municípios – eles dão mais um recurso humano, ou pelo menos dão o valor do recurso humano.

Agora, eu não vou estar a especificar como é que nós vamos fazer, porque nós precisamos também de algum tempo para organizar este serviço, para tentar perceber como é que o vamos colocar no terreno, de forma a otimizarmos todos os técnicos que nós temos – e espalhados pelas freguesias temos oito técnicos superiores, é um valor já com algum significado. Mas, de qualquer forma, quero aqui deixar claro – e isto foi a indicação que o Senhor Diretor da Segurança Social deu – que isto é valor financeiro. Ou seja, nós não somos obrigados a contratar mais pessoas, se assim o entendermos.

Eu não sei se fui clara na explicação, também não sei se fui clara aqui relativamente ao Senhor Presidente de Junta, João Pimpão, que também questionou aqui relativamente aos valores, mas é o que me apraz comunicar.”

Colocada a votação a proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais – Domínio da Ação Social, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

João Antunes dos Santos (PPD/PSD), pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Senhor Presidente, só para dizer que a Bancada do PSD vota a favor desta proposta porque mantém a confiança no Senhor Presidente de Câmara e nos seus eleitos, ao contrário do Partido Socialista, que na Câmara se absteve, e aqui vota contra esta proposta.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Seguro dos Eleitos Locais – Lei n.º 29/87 de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, pela Lei n.º 53 F/2006, de 29 de dezembro, e pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto quem pretende usar da palavra. Esta proposta é conhecida. Há intervenções sobre esta matéria? A proposta consta do pacote de documentação que foi distribuído.”

Colocado este ponto a votação, foi a proposta da Câmara sobre Seguro dos Eleitos Locais aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estratégia Local de Habitação de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, pretende usar da palavra, ou algum Vereador? Senhor Presidente, por favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Bem, esta é a Estratégia Local de Habitação, que consta da nova geração de políticas de habitação, e é uma das responsabilidades dos Municípios e um requisito obrigatório para o acesso ao “Primeiro Direito”, que é um programa de apoio ao acesso à habitação, e visa concretamente encontrar soluções habitacionais para pessoas que vivam em condições indignas e que não tenham capacidade financeira para ter habitação adequada. É essa a Estratégia Local de Habitação, é este documento, é um documento que foi trabalhado também por muita gente, envolveu Juntas de Freguesia, Comissões Sociais de Freguesia, é um documento que também tem continuidade, e que foi desenvolvido pela Vereadora Ana Cabral, que acompanhou este processo, e pelo Chefe de Divisão Rui Lino, e que agora está a ser acompanhado pela Vereadora Catarina Silva, também pelo Vereador Pedro Navega, naturalmente com os serviços da Câmara Municipal, e que visa, neste momento, nós podermos, em 2022, ter acesso a financiamento para melhorar as habitações de pessoas que vivam em condições indignas. E portanto, este é um bom trabalho, é um bom diagnóstico. Nós queremos, no futuro, evoluir para uma Carta Municipal de Habitação, um documento mais abrangente. E creio que hoje, com este instrumento, já temos aqui uma alavanca boa para, no futuro, termos um documento mais abrangente sobre aquilo que é a política habitacional no Concelho de Pombal e as suas diversas dimensões.

Mas, Senhor Presidente, este documento também foi aprovado por unanimidade, e creio que merece o acolhimento de todos os intervenientes.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito bem, é um documento conhecido, extenso, que foi distribuído. Pergunto se há intervenções sobre ele. João Coelho, por favor, tem a palavra. Eu dei-lhe a palavra porque não vi que outra pessoa se tinha inscrito. Quer usar da palavra, ou quer prescindir?”

João Varela Coelho (PS):

“Uso da palavra, com certeza. Obrigado.

Efetivamente, concordando com aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente de Câmara, este Plano Estratégico Local de Habitação em Pombal tenta ser a concretização de um direito constitucional, que é o direito à habitação, definindo-o como um “Primeiro Direito” elementar.

Nós fizemos, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, em tempo útil, e os Vereadores do Partido Socialista também fizeram, precisamente a proposta para que fosse criada esta Estratégia Local, e naturalmente estamos de acordo com o documento, com o seu diagnóstico, com o levantamento de necessidades de habitação no nosso concelho, nomeadamente na questão da identificação de alguns pontos elementares – o aumento do preço dos imóveis, isso já é dito em vários fóruns por parte de todos os intervenientes políticos em Pombal, mas este aumento de preço do imóvel tem, naturalmente, exposto as fragilidades dos mais desprotegidos em termos sociais e económicos.

Portanto, é uma preocupação que nós comungamos, e esperamos que haja uma capacidade por parte da Câmara Municipal de concretizar aquilo que é definido no documento como um objetivo primordial, que é até 2024 erradicar esta necessidade, este problema de habitação indigna por parte de seiscentas e vinte e oito pessoas – e peço desculpa se estiver errado – e duzentos e noventa e cinco agregados. Partilhamos todos desse desígnio, como diz o Senhor Presidente da Câmara.

Só que, da análise do documento, já constatámos um problema, que é o não acompanhamento do Orçamento em relação àquilo que é o cronograma apresentado na Estratégia Local de Habitação, neste documento. Não tem correspondência no Orçamento porque – e corrija-me se estiver enganado – para 2022 estão previstos 100.000,00 € para este fim, quando o cronograma do documento já aponta a necessidade de trinta e oito soluções, para trinta e oito agregados no nosso concelho, e este valor é manifestamente insuficiente. De 2023 em diante, para todos os anos, está previsto 1.665.000,00 €, só que, em 2023, já há necessidade de cento e vinte e oito soluções de problemas para Pombalenses, e em 2024, cento e vinte e nove, e o valor que está previsto para 2025 e 2026, na casa dos 3.300.000,00€, vem tarde para o objetivo que estava elencado na Estratégia Local, que era de erradicar este problema já em 2024.

Aqui também podemos analisar como o Orçamento não é suficiente em relação às necessidades que o concelho apresenta, e como o Orçamento não responde a um documento que a própria Câmara põe aqui à consideração para ser votado. Esta conclusão é óbvia, mas eventualmente também pergunto – e isto só a título de esclarecimento – Porque é que, dividindo estes 6.760.000,00 € por duzentas e noventa e cinco soluções para agregados em Pombal, nós temos o valor médio de 23.000,00 €. Para recuperação de habitação, 23.000,00 € é um valor, atendendo às condições de mercado, atendendo às exigências de muitas das habitações – estamos a falar de um valor médio, quer dizer que há a previsão de que muitos destes terão que ser muito abaixo disto – eu



MUNICÍPIO DE POMBAL

pergunto, com 23.000,00 € por habitação, em termos médios, se resolvemos efetivamente este problema, ou se precisaremos previsivelmente de um acréscimo de dotação orçamental para concluir este desígnio – empregando a expressão que o Senhor Presidente da Câmara gosta de usar, os desígnios têm este problema: quando os definimos, temos que correr atrás deles.

Portanto, há que acelerar e há que investir, é isso que o documento nos diz. Eu gostava que o Orçamento que votámos há bocado tivesse respondido nesse sentido, e não foi o caso.

Muito obrigado.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Relativamente a este ponto que aqui debatemos, fazer aqui três considerações sobre o documento.

Primeiro, sublinhar que é um belo documento de diagnóstico, que tem muita informação sobre o nosso concelho, sobre o parque habitacional, sobre os agregados familiares. E portanto, estamos aqui na presença de um belo documento de diagnóstico.

Depois, sublinhar aqui duas ou três questões, nomeadamente algumas curiosidades. Na caracterização do parque habitacional do Concelho de Pombal, um número que mereceu a minha surpresa, é que 82% das pessoas não têm encargos com habitação no Concelho de Pombal, o que também diz aqui um pouco da forma como a população de Pombal trata a questão habitacional, e tem a sua saúde financeira acautelada nesta questão da habitação, na sua maioria.

Para além disso, temos aqui, depois, a questão que versa o documento, grosso modo, que tem a ver com os 295 agregados que carecem desta intervenção, e que em boa hora estão aqui identificados, no sentido de ser solucionado.

Relativamente à questão que o João aqui levantava, só recordar algo que o Presidente de Câmara acabou de responder, a pretexto do Orçamento, e a Senhora Vice-presidente também, que é um documento que tem todas as rubricas preparadas, e a devido tempo será dotado com o encaixe de saldos de gerência e com outras fontes de financiamento que aqui venham. E portanto, acho que essa pergunta, e esse reforçar, é de quem está à procura de argumentos para ter votado contra, apesar de já ter algum arrependimento.

Por fim, e voltando aqui à discussão deste assunto, só dizer outra coisa sobre a questão habitacional, porque este documento versa sobre o parque habitacional das pessoas carenciadas, mas também dá tónicas e dá pontos relativamente ao parque habitacional como um todo. E eu aqui cito uma referência que é feita, onde se diz que, em Pombal, a oferta imobiliária para arrendamento e aquisição é escassa face à procura, o que contribui para o exponencial aumento dos preços e condiciona as possibilidades de quem procura casa no concelho. Ora, um concelho tornar-se-á tanto mais atrativo quanto mais empregos tiver, quanto mais qualidade na educação tiver, quanto mais cultura tiver e oferta cultural, mas também, e é muito importante a questão habitacional.

E neste ponto, lanço também aqui o desafio, ou incito o Senhor Presidente a promover políticas de habitação, no sentido de conseguirmos encontrar em Pombal uma forma de nos tornarmos competitivos nesta questão do parque habitacional, nomeadamente na procura de soluções de loteamentos, de construções, de revisões de PDM, ferramentas que tem à disposição, por forma a que consigamos tornar o preço do fogo, o preço do terreno em Pombal mais competitivo, para que consigamos também nesta parte



MUNICÍPIO DE POMBAL

habitacional conseguir fazer face a esta ampliação de preço da habitação, e podermos também por aqui tornar-nos um concelho mais atrativo, também no que toca à questão habitacional.

E é tudo. Obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Neste ponto, não poderia deixar de enaltecer o trabalho dos técnicos superiores das Comissões Sociais de Freguesia, que muitas destas indicações que foram dadas para o documento e também dou os parabéns ao Município, e este documento elenca e faz o diagnóstico do estado de alma, no fundo, destas necessidades.

Como é óbvio, vamos ter que arranjar ferramentas para resolver estes problemas. Muitas destas situações – e o Renato disse-o, há bocadinho – nós, Juntas de Freguesia, conhecemos as realidades, muitas situações são casas particulares, mas vamos ter que estar aqui todos unidos para que, com ferramentas com que vamos ter que encontrar soluções, resolver aqueles problemas de pessoas – porque foram as pessoas que nos elegeram, e nós estamos aqui por essas pessoas.

Enaltecer esse trabalho e essa aposta que, na minha opinião, é ganha também nas freguesias, e nas Comissões Sociais de Freguesia.

Obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, este documento é muito importante, terá o nosso voto a favor.

Agora, pessoalmente, queria deixar aqui uma nota e um desafio aos privados do nosso concelho. É urgente fazer mais fogos e colocar mais fogos no mercado de arrendamento. Neste momento, as empresas do Concelho de Pombal estão a contratar, e não temos mão de obra, porque não há oferta de habitação. Se forem ver o que está a acontecer na nossa envolvência, nós estamos com muita dificuldade, nesta zona do litoral centro, de mão de obra, de mão de obra com baixa qualificação, porque não temos mercado de arrendamento que garanta a habitação dos nossos novos trabalhadores.

E isto é um assunto muito importante, também a nível da inclusão social, e da inclusão de migrantes.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Por favor, Senhor Presidente, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito rapidamente, creio que isto é uma matéria consensual, e agradeço todas as palavras que dirigiram aos técnicos e a todas as pessoas envolvidas neste trabalho, que é, mais uma vez, um trabalho de um grau de complexidade – e este ainda mais complexo, por tratar de pessoas – não estamos a falar de números, estamos a falar de pessoas; cada uma daquelas situações que está identificada neste trabalho é uma pessoa, e um agregado familiar que precisa de uma resposta.

E agora, vou, então, tentar responder às questões, na medida das minhas capacidades, naturalmente.

Em relação à pergunta que o João Coelho nos deixou, de, depois, alocar investimento a esta matéria: a nossa precaução quando fizemos o Orçamento foi precisamente essa, porque podíamos ter contraído o tal empréstimo para a habitação, ou para os parques industriais, ou para as zonas verdes, ou para isto, ou para aquilo, e se o fizesse para qualquer uma das coisas, ia faltar sempre para outra das coisas, e vínhamos aqui à



MUNICÍPIO DE POMBAL

mesma situação. Só para perceber, que quando nós queremos justificar uma posição, às vezes, depois, entramos nesta espiral.

Mas, relativamente a esta matéria em concreto, do Programa “Primeiro Direito”, existem verbas, que eu espero que ainda estejam cativas no PRR, e agora, o próximo passo – o que fizemos até agora foi identificar os agregados familiares e as várias propostas de resolução habitacional das situações identificadas, que tanto pode passar por construção de habitação nova, como reabilitação, aquisição e reabilitação, reabilitação de edifícios públicos, reabilitação de outros edifícios privados, ou pode passar por outro conjunto de soluções, como apoios ao arrendamento, relativamente a cada uma das situações. E o que vamos fazer com o IHRU é perceber até que ponto o IHRU vai conseguir financiar estas intervenções que nós vamos querer realizar no terreno.

E depois, tem que se passar aqui a um segundo passo, isto é direcionado a um público-alvo específico, e vai haver candidaturas. E as pessoas podem, ou não, ter interesse em fazer candidaturas. Ou seja, agora demos um primeiro passo, e agora vamos avançar com a negociação com o IHRU, para darmos os próximos passos relativamente a esta matéria. E o IHRU vai garantir-nos financiamento para podermos avançar com este processo. E naturalmente que nós, que já temos as rubricas abertas em sede de Orçamento, iremos reforçar essas rubricas, de acordo com a negociação, ou o acordo, a estratégia integrada que faremos, como todos os Municípios estão a fazer, com o IHRU. E relativamente às questões lançadas pelo Renato Guardado, pelo Humberto e pelo João Pimpão, dizer que, realmente, esse é que é o esforço, e nós sairmos fora desta esfera da habitação para fins sociais, e termos condições para que a habitação, que é um direito que eu considero muito importante para garantir a autonomia e emancipação das pessoas – e a habitação é um elemento decisivo para esse objetivo – que possa ser uma realidade.

Eu estava agora aqui a falar com o Vereador responsável por este pelouro, e neste momento, existem vários investimentos a serem feitos no mercado de habitação, existem vários prédios a serem construídos, vamos ter mais disponibilidade de apartamentos nos próximos anos, e eu espero que este trabalho todo, em conjunto – porque é um trabalho de uma comunidade – possa garantir que o nosso mercado de arrendamento seja também mais dinâmico, porque nós precisamos desse mercado de arrendamento dinâmico para vários fins. E espero que este pontapé de saída que hoje damos, com a Estratégia Local de Habitação, seja também um incentivo a que, realmente, o nosso mercado de habitação seja mais dinâmico nos próximos anos.

Colocada a proposta da Câmara sobre Estratégia Local de Habitação de Pombal a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o “Regulamento Municipal do Sistema de Uso Partilhado de Bicicletas – PomBike”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não sei se pretende usar da palavra o Senhor Presidente, ou algum Vereador.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito brevemente, este regulamento é sobejamente conhecido, já foi à reunião de Câmara, esteve em discussão pública e é uma temática que também já é do conhecimento generalizado.

Mas, queria dizer que, naturalmente, este sistema de uso partilhado de bicicletas se integra num objetivo, que é um objetivo maior, mais amplo, que visa incentivar a mobilidade suave no nosso território, e sendo um elemento de uma estratégia, que é uma estratégia mais abrangente, que nós queremos, nos próximos anos, ter mais pistas cicláveis, termos mais incentivos ao uso da bicicleta, não só para fins de lazer ou desportivos, mas também para fins profissionais. E essa é uma estratégia que também já foi elencada na intervenção que fizemos relativamente ao Orçamento, é uma estratégia mais ampla que queremos implementar, e que este sistema de incentivo ao uso partilhado de bicicletas é também um elemento importante dessa estratégia mais ampla, até porque também nos dá aqui um incentivo adicional, porque é um projeto que também está ligado à nossa estratégia para as Smart Cities.

E por isso, desejar que os Pombalenses, a partir do momento em que nós coloquemos este serviço à disposição, que será no início do ano, possam aderir a este projeto, para nós depois podermos progredir e aumentar aquilo que é um projeto que eu acho que tem condições para, no futuro, a médio prazo, ser alargado também a outros pontos do território.

Obrigado.”

Carla Leitão (PS):

“Uma boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, Pedro Pimpão, Presidente do nosso Município, e a todos os presentes, e a todos os que estão em casa.

Queria iniciar a minha intervenção referindo que é a primeira intervenção que eu tenho numa Assembleia Municipal. E tenho estado aqui a ouvir, de uma forma, penso que muito consciente, a tentar perceber tudo o que se passa aqui, e peço – e penso que todos devem respeito e consideração às considerações de cada interveniente nesta Assembleia, e à opinião de cada um.

Portanto, sendo assim, vou continuar, e gostaria que cada um pensasse naquilo que eu acabei de referir, e que pensassem um bocadinho nas suas intervenções, depois de cada pessoa dar a sua opinião, e de tentar perceber, através de algumas dúvidas, como é que as coisas se vão desenrolar, ou se desenrolam neste Município, tendo em conta diferentes temas.

Para além disto, queria também agradecer ao Senhor Presidente do Município o voto de pesar pelo meu pai, Herculano Leitão, e o relembrar do mesmo como alguém que nasceu em Lisboa, um Lisboaeta, que trouxe a família para viver em Pombal, que adotou esta cidade – que, na altura, era uma vila – e que representou o nosso Sporting de Pombal como atleta, treinador e sócio dessa entidade, desse clube que representa há muitos anos – quase cem – a nossa cidade, o nosso Município de Pombal.

Relativamente à proposta sobre o Regulamento Municipal do Sistema de Uso Partilhado de Bicicletas, o PomBike, e após ler a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, de 2 de setembro de 2021, eu e o Grupo do PS vimos colocar aqui algumas dúvidas. Apesar de já ser um regulamento muito conhecido, no entanto, temos aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

algumas dúvidas, e gostaríamos também de deixar algumas considerações, e que fossem esclarecidas, se possível, em resposta nesta Assembleia, uma vez que não basta disponibilizar a utilização das bicicletas, pois também é preciso pensar nas infraestruturas para a sua utilização e para a segurança nesta utilização.

Gostaríamos de saber como é que o Executivo pretende – e citando o Senhor Presidente do Município – “ajudar as pessoas a perceber a mais valia de começarem a ter comportamentos sustentáveis, e que isto passa não só pela bicicleta, mas também por como incentivar as pessoas.” Nós pensamos que para que exista esta consciencialização de comportamentos sustentáveis, não será também importante que se coloque em primazia a segurança pessoal? Pensamos que, primeiro, temos de promover a segurança, e só posteriormente os comportamentos sustentáveis, para que possa existir uma promoção natural de ambos.

Agora, vou deixar aqui algumas questões. Como é que os utilizadores do projeto PomBike vão aderir tranquilamente a este projeto se não se sentirem seguros? Será uma via pintada no chão, sem separação física, suficiente? Como pensam executar este projeto, construindo as ciclovias com separação física? Será que Pombal tem capacidade para ser uma cidade ciclável, sem que seja realizada uma intervenção transformadora do que é a cidade atualmente?

Relativamente à caução, outra dúvida que nós temos. Relativamente à caução de um utilizador, cliente ocasional, gostaríamos de perceber como vão aplicar a prestação de caução, no valor de 300,00 €.

De acordo com o regulamento, será através de cartão de crédito, como referido no art.º 10.º, ou prestada através de cheque emitido à ordem do Município de Pombal, por transferência bancária para NIB, a indicar aquando da adesão ao serviço, ou através de cartão de crédito, no caso de registo na App PomBike, conforme referido no art.º 11.º. Não colocamos aqui questões sobre isto. No entanto, gostaríamos de perceber, e de deixar aqui uma consideração nossa, se for uma família de quatro utilizadores, serão 1.200,00 € - 300,00 € por utilizador? Mesmo sendo um pagamento de 300,00 €, será este fiável? Será que todas as pessoas têm capacidade para disponibilizar estes valores? Dúvidas que nós temos, tendo em conta este ponto da caução.

O Senhor Presidente disse também que é uma decisão que tem que se tomar nos próximos anos, mas que não podem estar agora a fazer ciclovias para, daqui a uns anos, irem rebentar com as ciclovias para aumentar os canais que passam por baixo da cidade.

Termino, então, dizendo-lhe que o Executivo, desta forma consciente, vai ter tempo suficiente para pensar e organizar a implementação deste projeto, que se pretende uma mais valia, com um comportamento que se pretende seguro, saudável e sustentável. No entanto, aqui durante o decorrer da Assembleia, eu penso ter ouvido a Senhora Vereadora Isabel Marto referir que este projeto iria iniciar já em 2022. Ou seja, o que eu percebi foi que as bicicletas serão disponibilizadas em 2022. A minha dúvida é, tendo em conta a segurança, se a nossa cidade é segura para disponibilizar bicicletas, em termos do número de pessoas, cerca de trinta e cinco, para isso.

Disponibilizamo-nos, e gostaríamos de participar de forma construtiva neste projeto, se assim o Executivo o entender.

Obrigada.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Tinha de falar sobre este assunto, sendo eu um praticante de BTT, este é um assunto que me interessa especialmente, e acho que interessa a toda a população em geral, porque, de facto, podemos seguir o princípio de “mente sã em corpo são” praticando um pouco de atletismo, e no caso, de ciclismo. Eu conheci pessoas que tinham diabetes, tinham colesterol, e já tomavam medicação, e passaram a praticar BTT de forma regular, e até de alguma forma intensa, e deixaram de tomar medicação para essas doenças.

E portanto, eu sugiro e proponho a todos os membros da Assembleia Municipal que experimentem esse prazer – aliás, eu tenho uma bicicleta que tem alma, passo mais tempo com ela, por vezes, do que com a minha própria mulher. Mas, isso são contingências da vida.

Mas, também queria dizer, em relação à Senhora Deputada do PS, que eu tenho andado na rua, na estrada, na cidade, de bicicleta, só que nós também, às vezes, cidadãos, como também não gostamos muito de respeitar e seguir atrás das viaturas automóveis, por causa dos gases, também passamos por cima dos passeios, e ultrapassamos pela esquerda, e pela direita, e também não cumprimos bem as nossas regras, e os ciclistas também não cumprem bem as suas regras – embora também não exista, de facto, cultura dos cidadãos, dos motoristas, dos condutores, não existe também uma cultura de respeito pelas bicicletas. Tudo se constrói lentamente, e tudo se constrói praticando.

Claro, a Câmara Municipal deve ir criando condições para que haja pistas reservadas para ciclistas, para que, de facto, não existam acidentes, porque é sempre grave, e eu já vi amigos meus a serem vítimas de acidentes.

Mas, eu considero importantíssima, neste aspeto – no aspeto ambiental, no aspeto da saúde, sobretudo, mas também no turismo, no lazer – considero importantíssima esta medida da Câmara Municipal de Pombal, e quero aqui deixar essa minha opinião.

Por isso, deveremos votar a favor.

Obrigado.”

Alexandre Santos (PPD/PSD):

“Deixe-me dizer que com a questão do regulamento, concordo em completo com aquilo que é apresentado – aliás, em reunião de Câmara foi aprovado por unanimidade. E deixe-me pegar nas palavras do companheiro José Gomes Fernandes, para dizer que isto traz muito mais vantagens do que apenas uma questão de utilidade pública, também a questão da redução da pegada ambiental, da questão de uma prática saudável na população de Pombal, dos seus visitantes, mas também no inculcar na população mais jovem a consciência de que se podem deslocar de uma forma mais amiga do ambiente.

Permita-me aqui expandir um pouco do tema, e deixar também um desafio à própria Câmara Municipal, de que com este programa, que nesta fase inicial, numa fase inicial com trinta e cinco bicicletas, se possa, depois, também perceber a potencialização de expandir as redes cicláveis a todo o Concelho de Pombal, ligando o próprio concelho desde o mar até à serra, tornando-o um dos grandes pontos de atração turística, como o companheiro José Gomes Fernandes dizia, tanto pela prática de BTT na serra até ao mar, e também pelo próprio desenvolvimento de caminhos turísticos na cidade de Pombal e nas suas freguesias.

Muito obrigado.”

João Varela Coelho (PS):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Só queria questionar a Câmara Municipal se houve algum desenvolvimento em relação à autoria do projeto – confesso que desconheço o ponto de situação, foram identificados em devido tempo os primeiros responsáveis pela criação desta ideia no nosso concelho, penso que o Senhor Presidente da Câmara terá falado com os mesmos, não sei em que ponto é que essa conversa ficou, se há um compromisso de a Câmara Municipal assumir perante esses autores da ideia alguma compensação pelos direitos de autor inerentes a um projeto que inclusive foi merecedor de um processo de concurso, e ganhou esse concurso.

Portanto, deixo essa pergunta, um pouco marginal, mas, ainda assim, entronca com o que estamos aqui a falar. E gostava de saber, porque acho que essa homenagem a quem inventou este projeto é devida.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Presumo que não se referisse em termos jurídicos aos direitos de autor, isso é só para obras intelectuais e científicas, mas referia-se a uma designação comum, vulgar. Muito obrigado.

Não sei se pretende usar da palavra, Senhor Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito rapidamente, Senhor Presidente.

Tentando dar as respostas o mais objetivamente possível, relativamente à adoção de comportamentos sustentáveis, nós não podemos impor nada a ninguém, não é essa a minha visão da sociedade. As pessoas têm que assumir responsabilidade individual e coletiva das práticas que fazem, e cada um é que sabe o que é que faz com a sua saúde, sendo que há regras que têm que ser cumpridas, aquelas que se prestarem com a saúde pública e aquelas que se prestarem com o relacionamento com a saúde dos outros – e a nossa liberdade termina quando começa a liberdade dos outros. A partir daí, é uma margem individual para cada um analisar da forma como quer encarar a vida. E comportamentos sustentáveis é nós criarmos condições para que as pessoas possam ter esses comportamentos sustentáveis – as pessoas e a comunidade em geral. Agora, compete às pessoas quererem ou não quererem ter esses comportamentos sustentáveis.

E portanto, quando falamos em comportamentos sustentáveis – e foi a questão que a Carla deixou no início – é nós criarmos condições, e estarmos alinhados com este objetivo. E então, tudo aquilo que fizermos, nesta perspetiva integrada das várias dimensões do nosso trabalho autárquico, é para termos em conta o objetivo maior, que é proporcionar e promover a adoção de comportamentos ativos e sustentáveis, porque entendemos que é o melhor, é o melhor para a nossa comunidade.

E projetos como este atingem esse objetivo, porque o facto de termos bicicletas disponíveis para qualquer pessoa poder usar na cidade é um incentivo para as pessoas poderem andar de bicicleta – já não preciso eu de comprar uma bicicleta para ter um comportamento sustentável, e querer andar de bicicleta. Tenho aqui uma oportunidade que a nossa comunidade organizada, nomeadamente a Câmara Municipal, entendeu que é uma mais valia, que é um serviço prestado às pessoas, que podem andar de bicicleta, e fazer as suas deslocações de bicicleta – e por isso é que existem várias docas espalhadas pela cidade, precisamente para promover e incentivar o uso da bicicleta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E agora, vamos ver qual é que vai ser a adesão das pessoas, isso é que era interessante, que as pessoas aderissem, porque eu também sei que existem outros locais onde não há tanta adesão a este sistema. Vai depender das pessoas, e eu espero que os Pombalenses adiram em massa, percebendo os benefícios que têm para a sua saúde, e para o coletivo, e para o nosso ambiente, de terem esse tipo de comportamentos. E nós, enquanto gestores da coisa pública, o que temos é que alinhar os nossos investimentos com estes objetivos macro.

E por isso, é esse o nosso compromisso, assim como nós dissemos na nossa intervenção, à medida que nós formos intervindo no espaço público, irmos criando mais condições para facilitar o uso da bicicleta. Por isso é que vamos ter pistas cicláveis, e por isso é que no próximo mês de janeiro vamos ter quatro quilómetros do corredor ribeirinho, onde não é uma ciclovia, mas também é uma pista ciclável, onde as pessoas vão poder andar de bicicleta e a pé, que são os dois meios de transporte preferenciais deste tipo de intervenções. Mas, é um incentivo para as pessoas andarem de bicicleta – e já lá andam, e aquilo ainda nem foi inaugurado.

É este tipo de intervenções no espaço público, como na questão da Avenida da Europa, do Barco até à Repsol, que temos já uma ciclovia feita, em condições de total segurança para os ciclistas. Mas, não vamos conseguir fazer isso em todo o território, e esse é que é o grande desafio. O grande desafio – e também é um desafio que é um desafio de consciencialização da forma como nós andamos na estrada – nós, condutores de automóveis, nós, ciclistas, nós, peões, que temos a responsabilidade coletiva, porque acontece isso em outros países, e que vocês conhecem, que são pessoas também viajadas, onde há coabitação normal entre o carro e a bicicleta, e as pessoas respeitam, e respeitam as distâncias. E portanto, isso tem que acontecer. E não é por não haver ciclovias na cidade que as pessoas não vão andar de bicicleta; pelo contrário, as pessoas devem andar de bicicleta, porque se as pessoas cumprirem o Código da Estrada, tanto os ciclistas, como os automobilistas, não há problema nenhum, coabitam. Agora, se pudermos, nas intervenções futuras, criar zonas dedicadas para ciclovias, isso é o ideal – temos a Ciclovia do Atlântico, que foi uma das obras mais emblemáticas, que une as praias todas do nosso distrito, é um bom incentivo ao uso da bicicleta, em condições de total segurança. Não vamos conseguir fazer isso no território todo.

E por isso, aquilo que nós queremos é, com as nossas intervenções no espaço público, nomeadamente no espaço urbano, criar condições para que isso aconteça, e podermos ter ligações entre todas as freguesias em pistas cicláveis – que é diferente de nós, em estradas onde não temos berma suficiente para ter passeio e para ter ciclovia – que nem todas as estradas dão para isso, poucas dão para termos essas extensões – podermos ter também um incentivo para que as pessoas andem de bicicleta, de forma segura.

E naturalmente que a vossa disponibilidade é muito bem-vinda, e estão à vontade, quer com o Vereador Pedro Navega, quer com a Vereadora Gina Domingues, para darem os vossos contributos, as vossas sugestões, para nós criarmos mais zonas de segurança para os nossos cidadãos andarem de bicicleta.

Em relação à caução, o que está previsto é a diferença entre um utilizador ocasional e um utilizador regular – ou seja, os cidadãos de Pombal que usam a bicicleta todos os dias não terem a mesma obrigatoriedade de requisitos que tem uma pessoa que só usa de vez em quando. E por isso é que as cauções são maiores, precisamente para garantir,



MUNICÍPIO DE POMBAL

realmente, que não há extravio de bicicletas, como há noutros sítios, etc. E portanto, é essa a justificação.

Relativamente às questões levantadas pelo José Gomes Fernandes e pelo Alexandre Santos, dizer que é mesmo isso que nós queremos, é as pessoas andarem mais de bicicleta – andarem mais de bicicleta na estrada, andarem mais de bicicleta na serra, andarem mais de bicicleta no dia a dia, termos mais pessoas, mais crianças e jovens a irem para a escola de bicicleta, ganharem confiança a andar na estrada, e nós termos uma coabitação, que deve ser uma coabitação responsável. E é isso que nós temos que ajudar a construir, nem que seja criarmos aí alguns programas de incentivo a que, quer os automobilistas respeitem as regras dos ciclistas, quer os ciclistas também respeitem as regras dos automobilistas, e podemos criar algumas campanhas, ou algum programa para ajudar nesse sentido, complementando também, a curto, médio e longo prazo, com mais pistas cicláveis para o nosso território.

Por último, agradecer ao João Coelho a referência que faz, porque me permite fazer aqui este agradecimento especial, no término deste ponto, ao Alexis Carrasqueira, ao João Jesus e ao Nuno Martinho, estes três jovens falaram num sistema de uso partilhado de bicicletas em 2011, num concurso de empreendedorismo, tal como já existia noutras cidades. E portanto, também creio que é positivo para estes jovens perceberem que ideias que vão trazendo a várias iniciativas, nomeadamente de partilha de concursos de ideias, que são concretizadas, que são executadas. E por isso, essa referência especial a estes jovens Pombalenses, que devem estar orgulhosos de este projeto terminar todo este procedimento que concluiu, e ser implementado no terreno em 2022.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Não há mais intervenções? A Mesa não regista mais intervenções, podemos pôr à votação.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta da Câmara sobre o Regulamento Municipal do Sistema de Uso Partilhado de Bicicletas – PomBike.

Ponto n.º 2.16. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Temos agora um ponto para conhecimento, no entanto, eu não pretendo deixar de perguntar se há alguma intervenção sobre este ponto, no sentido apenas de pedido de esclarecimento, não de discussão política, não de debate político.”

João Varela Coelho (PS):

“É muito rápido, era só perceber, porque constatei com alguma surpresa uma abstenção num voto que tinha a ver, penso eu, com uma contração de despesa, da parte da Junta de Freguesia de Almagreira, esse voto vinha da parte da Senhora Vereadora Isabel Marto. Fiquei surpreendido, gostava de perceber, até porque é dentro de um processo que é bastante exigente para com os Presidentes de Junta, justificação de 1.000,00 €, que eu



MUNICÍPIO DE POMBAL

tive oportunidade de ver o processo, é um processo que exige quase uma clemência, um entendimento e uma deferência para com a Câmara Municipal, para justificar uma despesa de 1.000,00 €. É realmente muito difícil ser Presidente de Junta nestas condições, e depois ainda levar com uma abstenção sobre uma coisa que é tão pacífica, penso eu. Fiquei surpreendido, penso que até possa ser uma gralha. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não é um pedido de esclarecimento, é um comentário, uma observação, que está fora da discussão. Como disse, não há discussão sobre este ponto, limitei-me a abrir a discussão para pedidos de esclarecimento, que, segundo o Regimento, se limitam à formulação sintética de pergunta suscitada pela matéria enunciada – é assim, pelo menos, que interpreto o Regimento.

De todo o modo, pergunto se há mais intervenções sobre este ponto, para pedidos de esclarecimento. Não há.

Chegamos, assim, ao fim da nossa ordem de trabalhos.

A Assembleia tomou conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, pretende usar da palavra antes do final? Por favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, associar-me a esses votos de boas festas para todos, e que 2022 seja um ano de muitas realizações. E dizer que, tal como tem sido tradição nos últimos anos, e já há muito tempo nesta casa, como a conheço, no final há um cabaz de Natal para todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem.

Então, eu queria apenas, para encerrar os trabalhos, desejar a todos um excelente Natal e um bom ano de 2022 e que os nossos trabalhos sejam profícuos nas próximas sessões. Muito obrigado. Bom ano.”

Nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e três horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu João Manuel Carreira da Conceição Coucelo (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: